

REVISTA DE GVIMARÃES



Sociedade Martins Sarmento

FICHA TÉCNICA

Revista de Guimarães
Volume 132, ano 2022

Edição e Propriedade:
Sociedade Martins Sarmiento

Redação e administração:
Rua Paio Galvão
4814-509 Guimarães
<http://www.msarmiento.org>
E-mail: revista@msarmiento.org

Diretor:
Antero Ferreira

Conselho Científico:
Ana Maria Fernandes,
Henrique Barreto Nunes,
Maria Manuela Martins,
Paulo Teodoro Matos

Composição:
Casa de Sarmiento

Capa:
Vasco Carneiro

Revisão:
Autores e Casa de Sarmiento

Impressão e acabamento:
Empresa do Diário do Minho, Lda.

Periodicidade:
Anual

Depósito Legal n.º: 42512/90
ISSN 0871/0459

Direitos reservados por:
Sociedade Martins Sarmiento

Índice

ANTERO FERREIRA – Apresentação	11
ARMANDO COELHO F. DA SILVA, ANTÓNIO SILVA ARAÚJO, RUI LOBATO F. DA SILVA – O culto das <i>Matres</i> e a iconografia castreja nas <i>Alturas do Barroso</i> . <i>Notícia de três estátuas associáveis ao Alto do Castro (Paradela do Rio, Montalegre, Vila Real)</i>	13
AMÉLIA POLÓNIA – Transferências e redes de cooperação na Primeira Idade Global. O Papel das mulheres autóctones no estado da Índia.	63
JOSÉ MANUEL LOPES CORDEIRO – Dinheiro de emergência: a emissão de cédulas em Situação de Crise	85
PRÉMIO DE HISTÓRIA ALBERTO SAMPAIO - 2022	97
NUNO MEDEIROS – Edição para o grande consumo em Portugal: cem anos de Romano Torres (1885/86-1990)	99
ATIVIDADE DA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO	247
GONÇALO CRUZ – Campanha arqueológica de 2022 na Citânia de Briteiros. <i>Notícia preliminar</i>	249
ANDRÉ FILIPE OLIVEIRA DA SILVA – O Espólio da Casa do Costeado: seis séculos de História	263
Publicações catalogadas na Biblioteca da Sociedade Martins Sarmento em 2022	273
Ofertas para as coleções da Sociedade Martins Sarmento em 2022	285
Festa do 9 de Março – Lista de premiados (2022)	295

**Prémio de História
Alberto Sampaio
2022**

Edição para o Grande Consumo em Portugal: Cem anos de Romano Torres (1885/86-1990)¹

Nuno Medeiros²

Resumo: Este texto procura entender os modos como o mundo social da produção editorial da cultura impressa e publicada se estrutura historicamente na criação do livro e na sua circulação. O livro destinado ao grande consumo e à venda alargada surge como um laboratório interessante para o entendimento desse mundo social, cultural e económico, o da edição, porquanto constitua um ecossistema privilegiado de inauguração ou de teste de formatos, de processos narrativos e de formas de circulação e disseminação, e de modalidades de relacionamento com a criação e o recorte das obras editadas. O objecto que corporiza aqui esse estudo é o da Romano Torres, uma editora lisboeta centenária com actividade no espaço da língua portuguesa entre 1885-1886 e 1990. A fonte principal da pesquisa foi o acervo documental do Arquivo Histórico Romano Torres. A investigação empreendida sobre esta editora corresponde a uma exploração de caso a partir da qual se produz um conhecimento mais profundo e circunstanciado de um conjunto de mecanismos e processos sociais de construção editorial do mundo do livro com efeitos no contexto mais geral da edição para o grande consumo em Portugal entre o final do século XIX e o final do século XX.

Palavras-chave: Editora Romano Torres, edição de grande consumo, livro e cultura impressa, séculos XIX e XX.

Introdução

Casas como a editora e livraria Romano Torres, que constituirá o foco empírico deste texto (através do seu arquivo histórico e do espólio dos seus livros editados),³ tendem a ser

¹ Trabalho distinguido com o Prémio de História Alberto Sampaio, no ano de 2022.

² Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nmedeiros@letras.ulisboa.pt

³ Todas as referências directas que, ao longo deste texto, são feitas a documentos específicos do Arquivo Histórico Romano Torres o serão com exclusão da localização no arquivo, até porque com a recente transferência da Universidade

perspectivadas como excêntricas a modelos de legitimidade e de autoridade cultural assentes em formas de consagração instituídas a partir da ideia de autoridade conferida por terceiros, como a crítica, a academia, o sistema escolar ou até movimentos intelectuais, mobilizados ou não em torno de tertúlias e de espaços informais.

O que este estudo propõe é uma abordagem que recorde ao mundo literário que há uma perspectiva que subordina simbolicamente a edição à criação autoral⁴ (reproduzindo um viés analítico que aqui se pretende ultrapassar),⁵ sublinhando que os processos sociais e históricos de edificação cultural e comercial da cultura impressa não são remíveis a um único agente, sendo antes o resultado de processos complexos que pressupõem a intervenção colaborativa e tensional de múltiplos agentes, como o editor. Com efeito, nunca será ocioso lembrar que os agentes culturais e artísticos habitam um mundo social que configuram através da institucionalização de sistemas caucionários de autorização e legitimação da produção e do consumo nos quais as componentes de mediação e prescrição são cruciais (DANTO, 1964; BECKER, 1984).

Uma parte significativa dos estudos científicos que incidem sobre o universo da edição suprime ou menospreza o trabalho e o contributo de um vasto grupo de editores. Este grupo esteve praticamente ausente dos estudos conduzidos no seio das universidades e centros de investigação. Na realidade académica portuguesa, a eliminação dos editores considerados menores, populares ou comerciais do plano de observação é a regra nos estudos sobre edição

Nova de Lisboa para a Biblioteca Nacional, são previsíveis alterações nos códigos e até na inscrição física.

⁴ Como sublinha Gustavo Sorá (2010: 24), na «medida em que recorta as obras dos autores das teias de relações sociais que permitem [a] sua publicação, a história literária reproduz a ilusão biográfica». Segundo a perspectiva assim criticada, quando confrontado com o génio criador e criativo do escritor e da sua *auctoritas*, o editor corresponderia somente a um agente de mercado cuja existência seria, por isso, meramente instrumental para o autor.

⁵ Este viés foi baptizado de falácia intencional por William Wimsatt e Monroe Beardsley (1954: 3-19). A falácia intencional faz radicar exclusivamente no autor a fonte primeira e última dos sentidos a extrair de um texto. Para os autores, de maneira inversa ao pressuposto da falácia intencional, que denunciam, o fabrico do livro dota-se de atributos criadores tanto quanto a sua escrita atribuível a um ou mais autores.

contemporânea, sobretudo a edição do século XX.⁶ É como se não existissem ou não contassem.

A Romano Torres seria uma dessas casas de edição menores ou até desconhecidas, pelo menos a julgar pelo discurso hegemónico que o autor deste texto ouviu reiteradamente quando falava do seu objecto empírico de estudo a interlocutores variados. Como justificar, então, que uma editora arrumada rapidamente como editora popular ou de livros populares, tomada como pouco interessada no risco cultural e no rasgo literário, tivesse mantido um espólio de exemplares de livros publicados, um acervo de materiais e objectos variados (de expositores a matrizes litográficas, passando pela placa com o nome da editora e livraria aposta sobre a entrada do seu espaço comercial) e, sobretudo, um arquivo histórico muito preenchido, diversificado, vasto e duradouro, recuando alguns documentos a finais do século XIX?

É este património documental e material, que chegou praticamente intacto à actualidade através do zelo dos seus editores, que se tornou o cerne da análise aqui levada a termo. O objecto empírico da investigação que dá corpo a este texto reporta-se ao estudo da actividade da Romano Torres, uma editora que nunca saiu da órbita familiar do fundador (ilustrando o carácter dinástico e familiar do universo do livro), desde os tempos primordiais do periódico *O Recreio* e da Empresa Editora «O Recreio», em 1885-1886, passando pela João Romano Torres & Companhia, inaugurada em 1907, até à Livraria Romano Torres-João Romano Torres & Companhia, Limitada, formalizada em 1976, e à cessação da sua actividade editorial no ano de 1990, depois de mais de um século de actividade.

Metodologicamente, a pesquisa efectuada concretiza um estudo de caso a partir do qual se procede à exploração e análise da edificação em Portugal de uma cultura impressa para um público consumidor do livro na vertente da produção literária destinada a camadas populacionais mais alargadas ou seja, ao maior número de pessoas possível, num país confrontado durante quase todo o século XX com níveis enormes de analfabetismo. A base desta pesquisa correspondeu ao estudo aprofundado e multidimensional da actividade, do funcionamento e da relação com o contexto literário

⁶ Há excepções a esta ausência de pesquisa (DOMINGOS, 1985; MELO, 2015).

e social de uma empresa como a editora Romano Torres, com uma acção centenária na concepção e publicação de livros.

A actividade da Romano Torres ergueu-se suportada por uma lógica comercial, de venda alargada e de relação descomplexada com uma procura que sempre procurou despertar, sem pretensões de purismo nem de vanguarda estética ou literária, mas igualmente sem os menosprezar nem atacar. E essa espécie de premissa, assumida na prática e no discurso dos seus editores, encontra a sua vocação num desígnio de edição para o grande consumo, para a compra reiterada e o mais ampliada possível no quadro de uma sociedade estruturalmente presa por atavismos culturais e de acesso ao impresso. E disso se parece tratar na acção da editora, a de uma viabilização consumada pelo mercado de leitores e de clientes. Esta matriz editorial não é correlativa de uma editora auto-definida como popular, termo ausente do vocabulário da Romano Torres, sendo muito difícil encontrá-lo nos títulos e subtítulos das suas publicações e das colecções, nas descrições das obras nos seus catálogos ou nos textos publicitários aos livros editados. Por outro lado, desde a génese da editora, é notório o cuidado tipográfico das edições e o investimento nas ilustrações que os acompanhavam. A editora é igual a si mesma, sem destoar grandemente do contexto coetâneo do livro em que emergiu; não é remível a automatismos classificatórios como os que procuram apor o selo de popular a certo tipo e modo de oferta.

O percurso da editora acompanha o processo de transformação da edição em Portugal do último quartel do século XIX ao último quartel do século XX, enquanto campo de relações sociais entre agentes diversos com participação, posição e interesses específicos e enquanto mercado gerador de transformações nos consumos e nas próprias configurações laborais e profissionais desses agentes, bem como nos modos e processos produtivos desse bem cultural tão particular que é o livro. E uma dessas modificações operou-se ao nível da própria produção escrita, tanto nas maneiras plurais do seu recorte e concepção até chegar eventualmente a canais de circulação junto de um público leitor, como nas diversas vias de profissionalização na escrita, incluindo o estatuto e autonomia do escritor.

O livro destinado ao grande consumo e à venda alargada emerge em vários sentidos como um laboratório fecundo para o mundo da edição, inaugurando ou testando formatos, processos narrativos e modos de circulação e disseminação, bem como modalidades de relacionamento com a criação e o recorte das obras. O universo em que se move a Romano Torres está bem distante da abulia criativa e do monolitismo editorial. O seu editor mais longo e mais decisivo, Carlos Bregante Torres, encarna até a figura polifacetada do editor que alia à condução do negócio e à prescrição cultural que dele decorre a condição de escritor, tradutor, revisor e compilador laborioso e incansável, próximo da figura ideal-típica do produtor cultural absoluto, participando activamente em várias etapas e desempenhando diversos papéis da construção da cultura impressa tal como o século XX a foi concebendo, projectando e modificando.

O estudo aprofundado do percurso da Romano Torres revela como, longe de se tratar de um elemento meramente catalisador das dinâmicas autorais, a editora se erige como instância capaz de nelas intervir, balizando a actuação dos escritores, tradutores e adaptadores que congregarava para o seu catálogo, determinando-a até em múltiplas ocasiões. Interrogar a actuação editorial a partir do caso aqui analisado é, então, perceber como o intrincado sistema de relações e de contexto influi na acção dos agentes e nas suas disposições, revelando como na produção e circulação cultural a autonomia de cada campo só pode ser explicada à luz da sua permeabilidade. No fundo, o que interessa a este estudo é saber como é que o funcionamento de uma editora que publica livros para o grande consumo⁷ acabou por intervir na sua oferta e nos modos como a procurou fazer circular, interferindo simultaneamente na transformação do mercado do livro, nos modos como este chegou aos leitores e no processo da própria edificação do catálogo, materializado e transmutado através de um itinerário feito

⁷ As expressões *livros para o grande consumo* ou *edição para o grande consumo*, nas quais o presente estudo assenta o seu foco delimitador, representam uma opção conceptual de rejeição de um estatuto ontológico e imaterial dos textos, centrando a sua força explicativa nos suportes e nos modos de circulação, entendendo-os como resultado dinâmico e mutável de processos socialmente colaborativos e historicamente contingentes.

de cooperações e tensões entre vários actores – nacionais e internacionais – do mundo do livro.

O objecto de investigação deste estudo corresponde, então, aos modos de editar o livro e aos fenómenos sociais e históricos que esse processo encerrou na morfologia da produção cultural em Portugal durante a época contemporânea, aqui delimitada pelas datas extremas da actividade da Romano Torres (1885-1886 e 1990), o caso escolhido para analisar. Sublinhe-se que este texto não procura ser um portal para o conjunto da edição portuguesa dos anos compreendidos entre o final de oitocentos e o final de novecentos. Constitui um estudo de caso que configura um observatório para um entendimento mais profundo e circunstanciado de mecanismos e processos de construção editorial do mundo do livro com efeitos no contexto mais geral da edição para o grande consumo no Portugal contemporâneo.

As fontes principais encontram-se no belo acervo documental e bibliográfico do Arquivo Histórico Romano Torres, que se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal, tendo sido a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa o seu primeiro lugar de depósito, tratamento, organização e disponibilização ao público. Também o espólio de livros da editora, de fotografias, de desenhos originais, de documentos familiares e de objectos detido por Francisco de Noronha e Andrade se revelou imprescindível à análise empreendida, tal como a longa entrevista sistematizada ao último editor da Romano Torres, acrescentada de muitas conversas e trocas de impressões. Apesar do recurso a arquivos diversos e externos à actividade da editora, como os que se podem encontrar no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, é nos dados fornecidos directamente pelo património da Romano Torres e da família dos seus editores que reside a força e a sustentação empírica deste estudo.⁸

⁸ As letras maiúsculas, os itálicos, os sublinhados e os carregados que surgem nas citações deste texto estão conformes aos respectivos originais. A língua utilizada nas citações de documentos de arquivo é a dos documentos originais. Sempre que são referidos ou citados documentos do Arquivo Histórico Romano Torres não haverá menção a esse acervo. Exceptuada indicação em contrário, os créditos das reproduções de desenhos originais pertencem ao espólio de desenhos originais, materiais, objectos e equipamentos da Romano Torres (de Francisco de Noronha e Andrade) e os créditos fotográficos pertencem ao Arquivo pessoal e familiar de Francisco de Noronha e Andrade.

A abordagem empreendida opera-se numa compreensão aprofundada da actividade da Romano Torres desde a sua génese até cessação da actividade da editora à entrada para a última década do século XX. Nas três partes deste texto projecta-se o itinerário da Romano Torres ao longo do seu século de existência, num exercício de compreensão dos traços salientes na actividade de produção cultural da editora articulada com os dados sociais, económicos e políticos do contexto em que actuou e que contribuiu para configurar. Acompanhando o trajecto desta editora e dos seus timoneiros ao longo das suas várias fases, vai sendo possível desenharmos com maior nitidez as linhas estratégicas da sua actuação face à circulação do impresso e essencialmente do livro, os intuítos prescritivos e comerciais dos seus editores, o sistema de relações que vão estabelecendo com as forças culturais, económicas e políticas com que se defrontam, a inserção institucional e associativa precocemente revelada e as metamorfoses e continuidades do catálogo cuja identidade escorou o posicionamento da empresa, bem como a dinâmica de ligações familiares e de rede de colaboradores que se criou e manteve num quadro de pequeno mundo, como foi o da edição em que a Romano Torres publicou e comercializou livros. Deste modo, é possível entender como a edição se engendra enquanto conjunto de mecanismos de construção de uma cultura escrita publicada e impressa em livro. A riqueza do material arquivístico encontrado traduz-se numa abundância de possibilidades de materialização desse entendimento, contribuindo decisivamente para uma história social da edição de livros e da cultura impressa em Portugal no último século e meio.

A actividade da Romano Torres e o espírito e labor dos seus editores demonstram ser necessário desmontar visões tradicionais dos modos como se gera a autoridade cultural, como se produz a cultura pelo livro e como se configuram os sistemas da sua circulação. A legitimidade, nas suas várias – e nem sempre concordantes – acepções, resulta de processos de negociação e interferências recíprocas de complexidade crescente que, além de abalarem e interferirem nas estruturas autónomas de vários campos (como o autoral), suscitaram e suscitam modalidades alternativas de constituição canónica ou, pelo menos, referencial (RADWAY, 1997; WRIGHT, 2007). E será esta a ideia central deste texto.

1. OS PRIMEIROS ANOS E A OBSTINAÇÃO DOS LIVROS: A EMPRESA EDITORA «O RECREIO»

D'O *Recreio* à Empresa Editora «O Recreio»

Em 29 de Outubro de 1885 era publicado o primeiro número d'O *Recreio*, *Publicação Semanal, Litteraria e Charadistica*, criado e dirigido por Ignacio Moreira. No número 26, de 9 de Agosto de 1886, na primeira página, sob o título «Expediente» (figura 1), dá-se conta aos leitores e aos colaboradores que «d'este numero em deante toda a correspondencia deve ser dirigida a João Romano Torres, Rua Nova de S. Mamede, aos Caldas, 26, 3.^o - Lisboa» (*O Recreio*, 1886b: 201). Para João Romano Torres, que acabara de adquirir a publicação, trata-se de um acto refundacional, que significará para o editor o início de um percurso editorial através do qual se dará origem a uma editora cuja actividade chegará ao último quartel do século seguinte, comemorando 100 anos e estabelecendo um catálogo que a tornou reconhecível e reconhecida no espaço do livro dentro e fora de Portugal.

Nascido a 8 de Fevereiro de 1855 em Lisboa, João Romano da Rocha Torres de Jesus não foi o pioneiro da família no mundo do livro. Colhia filiação, recente ou mais recuada, nos dois lados da família, sendo filho de Lucas Evangelista da Rocha Torres, um ex-estudante de medicina que tinha acabado por se dedicar ao trabalho de tipografia e edição, e de Maria Romana do Nascimento Machado, com antepassados livreiros. Para além de João Romano, Lucas Evangelista e Maria Romana tiveram outros quatro filhos: Luís Marcelino Machado da Rocha Torres, Manuel Machado Lucas Torres, Fernando Augusto Machado da Rocha Torres e Maria Carlota Machado Torres Chaves.

Encetando o seu contacto com o mundo tipográfico através da casa de impressão e de edição do pai, João Romano Torres mostra cedo vontade e ambição de se autonomizar nesse universo, dando expressão ao domínio do ofício entretanto aprendido. Segundo informação do próprio, estabelece-se aos 22 anos, em 1877, «com uma imprensa propria, muito modesta» (João Romano Tor-

O RECREIO

PUBLICAÇÃO LITTERARIA E CHARADISTICA

ASSIGNATURAS Lisboa — Cada n.º 10 rs. pago ao acto da entrega) Provincias — Semestre (26 n.ºs) 330, Trimestre (13 n.ºs) 175. — Pagamento adiantado.	N.º 26 9 de Agosto de 1886 1.º ANNO	VENDA AVULSO Cada numero 10 rs. A correspondencia deve ser dirigida a I. M. Moreira, T. da Pálua, 6, 2.º — Lisboa.
---	--	---

EXPEDIENTE

Participamos aos srs. assignantes e colaboradores que d'este numero em deante toda a correspondencia deve ser dirigida a João Romano Torres, rua Nova de S. Mamede, aos Caldas, 26, 3.º — Lisboa.

Com o presente numero termina a assignatura do 1.º semestre, formando-se assim o 1.º volume d'esta publicação. Na proxima semana será distribuida a capa pertencente a este volume.

O desejo de tornar o *Recreio* uma revista de litteratura devêras interessante, leva nos á necessidade de augmentar o seu formato em duplicação, para assim poder ter cabimento a variedade de artigos com que desejamos melhorar as columnas d'esta publicação. O preço de cada numero passa, portanto, a ser de 20 réis, continuando ainda assim a ser uma das publicações mais economicas do nosso paiz.

Esperamos pois que os srs. assignantes continuarão a prestar o auxilio da sua assignatura e receberão de bom grado esta noticia.

CHRONICA

A novidade mais importante e mais attrahente da semana, foi a inauguração da orchestra no *Restaurant Arcada*, durante os seus appetitosos jantares.

Na verdade, foi uma ideia magnifica! Sentar-se uma pessoa á meza, e comer saborosos pichés ao som dos mais harmoniosos trechos de musica, com que a orchestra nos

recreia, é devêras delicioso: o cavaco torna-se mais amêno, e até parece que se desenvolve mais o appetite.

Os proprietarios do *Restaurant Arcada* entenderam, e com toda a razão, que deviam obsequiar os seus freguezes, dando-lhe jantar ao som de musica, o que decerto é reunir o util ao agradável; e o publico, applaudindo esta idea, vae concorrendo todos os dias áquelle excellente *Restaurant*, mostrando assim o seu bom gosto pelos *jantares harmonicos*, e a sua consideração pelos dignos proprietarios.

Terminada a salutar refeição, têm os freguezes, sem se incommodarem muito, o ensejo de passearem na *Esplanada dos Recreios*, brillantemente illuminada a luz electrica, ou de assistirem, no theatro do Colyseu, á execução d'uma opera lyrica, dos principaes e mais distinctos maestros estrangeiros.

E então, opera lyrica barata, ao alcance de todas as bolsas!

A empresa do Colyseu é digna de todo o louvor, pelo grande serviço que está fazendo ao publico, proporcionando-lhe, até mesmo pela insignificante quantia de duzentos réis, occasião de ouvir o mais variado e interessante repertorio do theatro lyrico italiano.

A companhia, que a empresa nos apresentou, conquanto não seja

Figura 1 Página de rosto do número 26 de *O Recreio, Publicação Litteraria e Charadística*, de 9 de Agosto de 1886.

res, 1915: 179), sendo esta, segundo os dados disponíveis, a primeira tentativa de independência ou, pelo menos, de exploração de caminhos empresariais externos ao perímetro da Lucas & Filho, arriscando num projecto apenas seu. Não se sabe exactamente se esta pioneira tentativa de autonomização editorial correspondia a um ensaio totalmente excêntrico a algum modo de apoio empresarial e eventualmente financeiro do pai Lucas Evangelista. O certo é que as dificuldades enfrentadas e o malogro precoce do projecto terão obrigado João Romano a inflectir o percurso que o conduziu a essa precursora experiência, forçando-o a abandoná-la e a regressar a um caminho de tarimba por conta de outrem. Nesse final dos anos 1870 é acolhido pelo editor Henrique Zeferino de Albuquerque, editor e tipógrafo (MARQUES, 1934). Convidado por Henrique Zeferino a integrar o pessoal da sua oficina tipográfica, João Romano ocupa durante vários anos a sua direcção, daí saindo para se estabelecer novamente por conta própria.

O itinerário desenhado nestes anos seminais, começando na casa tipográfica do pai Lucas Evangelista, passando pela primeira aventura editorial a solo e acabando no regresso ao trabalho subordinado em contexto onde a edição, a tipografia e a livraria coexistiram, foi determinante na vida e nas escolhas de João Romano Torres enquanto editor de livros. A experiência que acumula através destes avanços e retrocessos, associada a um percurso que o colocou em contacto com realidades, procedimentos e agentes diferentes no universo da cultura e produção impressa, obrigando-o a conhecer o fracasso pessoal, mas oferecendo lições de que não se desmemoriará, pesarão seguramente nas suas decisões ulteriores e nos modos como singrará novamente como editor por conta própria. A sua formação nestes anos de transição, feita de descobertas, aprendizagens e vicissitudes, caldeou uma *persona* editorial que marcará a história da edição contemporânea em Portugal.

O roteiro que estabelece antes de chegar à fundação da sua própria empresa e à consolidação que se lhe seguiu, transporta João Romano para quotidianos de trabalho que lhe exigem adaptação a ritmos, destinatários e missões diversas, fortalecendo certamente influências familiares (paternas, através de duas dimensões relevantes, a literata ou cultivada e a tipográfica ou de oficina e, provavelmente, também maternas, com a componente

de ressonância genealógica livreira), complexificadas por um sincretismo com as necessidades dos projectos de Henrique Zeferino e de si mesmo, em termos financeiros e na relação com autores, tradutores e eventualmente gráficos e ilustradores na construção de um catálogo editorial e de um programa de publicação.⁹



Figura 2 João Romano da Rocha Torres de Jesus. Fonte: Espólio familiar de Francisco de Noronha e Andrade.

⁹ A hipótese de que a especificidade do trajecto de João Romano Torres no variado universo da produção do impresso o particulariza e forma enquanto actor editorial foi já levantada por João Luís Lisboa, que aponta este como «um dos aspectos a marcar a diferença na formação de João, relativamente aos irmãos» (2014: 76).

A meio do decénio de 1880, João Romano considera-se reunir condições para uma reentrada independente no campo da edição. Vai fazê-lo adquirindo a referida revista *O Recreio*, nome com que baptiza a editorial com que começa a editar, logo em 1886. A chancela hesitará, mesmo quando em futuras edições se mantém o nome de batismo: *Empresa Editora do Recreio*, *Empresa Editora «O Recreio»*, *O Recreio*, *Empresa Editora e Tipográfica* ou simplesmente *O Recreio*. As edições, os catálogos e até o timbre de muita da documentação utilizada pela editora criada por João Romano e prosseguida pelo filho e pelo trineto ostentarão até ao fim a data seminal situada em 1885. É discutível que assim seja, embora se trate de um pormenor. Com efeito, é nas próprias páginas do referido dicionário enciclopédico *Portugal*, que se reconhece que a Empresa Editora «O Recreio», «que tirou o título d'um semanario com que iniciou as suas publicações, foi fundada em 1886 por João Romano Torres.» (*Empresa Editora do Recreio*, 1912: 134). Não é improvável que João Romano tenha começado a colaborar com o periódico ainda em 1885 e antes de adquirir a sua propriedade, sendo certo que foi Ignacio Moreira quem publicou e dirigiu a primeira série, terminada a 9 de Agosto de 1886 e encetada em 29 de Outubro do ano anterior.

No número inicial, *O Recreio, Publicação Semanal, Litteraria e Charadistica* apresenta o seu programa. Na linha de um certo filão explorado em Portugal desde, pelo menos, meados do segundo quartel de oitocentos, trata-se de um puro periódico de entretenimento – ou recreação, então termo dilecto – temperado com informação instrutiva e literatura, muito em voga na altura. O que se procurava era, como em tantos outros projectos semelhantes, em Portugal e no estrangeiro, tornar «acessível, de um ponto de vista material e simbólico, um conjunto de produtos culturais a uma população recentemente alçada à capacidade de leitura, que possuía um acervo modesto de capital simbólico e um domínio pouco profundo da tradição literária.» (ROGERS, 2008: 17). A designação do periódico não era nova, realidade que denotava não só a proliferação de revistas, jornais e folhas impressas de carácter informativo e educativo, e também recreativo (TENGARRINHA, 1989), mas também o facto de que as fórmulas enunciativas e a titulação escolhida conheciam uma certa dialéctica de repetição e

mimetismo, conseguindo prevalecer no tempo, ainda que baseadas em projectos diversos.

Provavelmente já ligado à publicação, João Romano terá vislumbrado na instabilidade ligada à gestão de Ignacio Moreira a sua oportunidade de regressar à actividade de editor por conta própria. Adquire o periódico, mantendo a sua natureza e o título, procedendo a algumas mudanças, que marcarão a nova série, a segunda, logo a partir do número um. Substitui o subtítulo «Publicação» pelo de «Revista», aprofundando a identidade do periódico, agora rebaptizado *O Recreio, Revista Semanal, Literaria e Charadistica*.¹⁰ Cessa a indicação de venda avulsa e aumenta o preço das assinaturas para Lisboa (passa a 20 réis) e para fora de Lisboa (passa a 580 réis por semestre ou 300 réis por trimestre, pagas para as províncias sempre de modo adiantado). Passa a ser consagrado espaço logo na primeira página com a morada para envio de anúncios, outra novidade na publicação, numa mudança de estratégia para rentabilização d'*O Recreio* como veículo da sua própria sustentabilidade financeira. A partir do número três, de 30 de Agosto de 1886, passam a existir anúncios publicitários na última página, estratégia concebida para garantir a sobrevivência d'*O Recreio* de modo que a revista cumprisse o seu papel no novo desenho empresarial pensado pelo editor, funcionando simultaneamente como espaço de promoção de outras propostas editoriais de João Romano. O periódico é publicado até ao número 26 da 25.^a série, saído no dia de Natal de 1899.

Os intentos de João Romano para *O Recreio* não consistiam somente em transformações, já que uma descaracterização poderia provocar riscos desnecessários para a continuidade e crescimento de uma revista que se via como o esteio de um cometimento editorial mais vasto. A linha gráfica mantém-se e as secções são praticamente as mesmas,¹¹ embora se dedique mais espaço aos textos de cariz literário e histórico. João Romano procura informar os leitores deste equilíbrio: «Começamos hoje a publicação da segunda série do *Recreio*. A empresa, grata para com todos os seus

¹⁰ Ainda na sua primeira série, o periódico chegara a perder o vocábulo «semanal», ostentando o título *O Recreio, Publicação Litteraria e Charadistica*.

¹¹ Ao longo do tempo, *O Recreio* contempla as secções Chronica, Perfis biographicos, Palcos particulares, Curiosidades historicas, Primores poeticos, Secção romantica, Bibliographia, Sorrisos e Album charadistico.

assignantes e mais leitores, resolveu melhorar, quanto lhe fôr possível, o jornal, procurando torná-lo bastante curioso, instructivo e agradável» (*O Recreio*, 1886c: 1). A fórmula pretendida não é complicada: manter o público leitor, fidelizando-o e incrementando o seu grau de assiduidade e relacionamento com a compra continuada da revista, ao mesmo tempo que explora as possibilidades de alcançar novas camadas de público a quem seduzir. A acção de João Romano é pensada e assente em plano. A refundadora edição d'*O Recreio*, *Revista Semanal, Litteraria e Charadística* pode, assim, começar a cumprir o desígnio que João Romano deseja consumir, projectando-o para a arena da edição de periódicos de natureza diversa e de livros não periódicos, erigindo finalmente a sua condição de editor independente. Não passará muito tempo até à edição de outras obras, desenhando-se a história da editora que nos primeiros anos portará o nome da revista, a Empresa Editora «O Recreio».

A edição de periódicos por editores de livros não é coisa rara no Portugal do século XIX. E João Romano reconhecia-se e desejava-se reconhecido efectivamente como editor de livros. O recurso ao recomeço paulatino na edição, a partir de uma revista, utilizada como plataforma de relançamento, indica essencialmente uma via de prudência para quem, não dispondo de liquidez suficiente para um início imediato em várias frentes, está disposto a fortalecer o seu montante de capital, apalpando o terreno e dominando as várias fases do mercado, tornando-se, do mesmo passo, visível, já que a existência concreta de um projecto em curso – no caso, a revista *O Recreio* –, estruturado e conhecido é um meio valioso para testar a viabilidade de uma editora. O mercado editorial do Portugal de finais do século XIX é frágil, como o não deixará completamente de ser posteriormente, gerando negócios com travejamento precário, dependentes de uma iniciativa em que tudo se aposta para o prosseguimento da actividade: uma colecção, um autor, um periódico ou um livro específico.

Poucos dias antes de João Romano assumir perante os leitores a condição de novo condutor dos destinos da revista, nas páginas d'*O Recreio* anuncia-se a saída d'*O Recreio*, *Almanach Litterario e Charadístico para 1887*,¹² dizendo-se que «[s]ahirá por

¹² Com o longo sub-título *Adornado com o retrato e elogio biographico do dis-*

todo o mez de Agosto este interessante almanach, contendo, além do calendario e mais assumpto do costume, diversos artigos litterarios, contos, poesias, anedotas, conhecimentos uteis, sortes de prestidigitação, charadas, enygmas, logogriphos, perguntas enygmaticas, problemas, etc., etc.» (*O Recreio*, 1886a: 192), e convidando-se os leitores e assinantes da revista a colaborarem no novo almanaque. Promovia, deste modo, o editor a articulação – e até intermutabilidade – entre a revista e o almanaque, potenciando as hipóteses de sobrevivência da primeira aventura editorial de João Romano fora da revista na nova fase da sua vida profissional.

O almanaque constituía um dos géneros cuja circulação não era recente e que terá sido um dos elementos nucleares no processo de diversificação e ampliação do mercado editorial. De periodicidade anual e vendido a 200 réis, o almanaque *O Recreio* tomava, portanto, o mesmo nome da revista, editando-se cinco números entre 1886 e 1890. João Romano está ciente de que com a edição do almanaque *O Recreio* dá um passo não isento de risco. Puxa os leitores do almanaque para a liça, mantendo com eles um fluxo de informação e interpelando-os, o que demonstra, uma vez mais, que o editor leva a cabo um projecto editorial que, dialogando com esses leitores, pretende suscitar consumo e compra recorrentes, criando procura e consolidando as possibilidades de crescimento.

Em 1889 dá-se a primeira mudança de sede, que deixa a primeira morada da empresa, tomada de empréstimo do amigo Henrique Zeferino e situada na Rua Nova de São Mamede, número 26, em Lisboa. A nova localização situa-se na Rua do Diario de Noticias, 93, 3.º, correspondendo igualmente ao endereço da Lucas & Filho ou Imprensa Lucas, empresas editoriais e tipográficas do pai e de um dos irmãos de João Romano. Tanto neste importante aspecto do acesso a instalações e equipamentos que tornassem possíveis empresas capazes de produzir livros e outras edições com um grau mínimo de exequibilidade, como noutros aspectos nucleares da actividade, entre os quais o da adjudicação de trabalhos

tingto poeta e charadista Matheus Peres por Francisco Antonio de Mattos e contendo, além do calendario e mais esclarecimentos proprios d'um livro d'esta ordem, uma variada collecção de artigos humorísticos, contos, poesias, composições enygmaticas, etc.

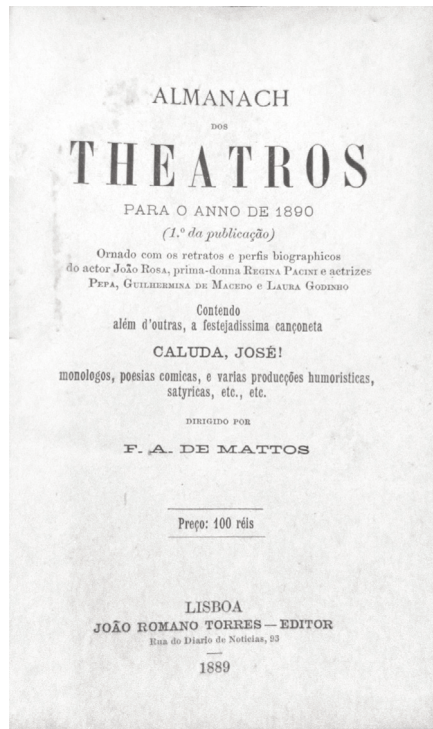


Figura 3 Página de rosto do *Almanach dos Theatros para o anno de 1890*.

de composição e impressão, o caso de João Romano Torres é demonstrativo de que o meio dos negócios editoriais, livreiros e tipográficos vive muito da inserção dos seus agentes no interior de redes de contactos mais ou menos antigos, de conhecimentos no seio do ofício e de solidariedades dentro da própria família, sobretudo se no seio desta existirem outros membros com implantação no universo do impresso. Esta característica não só não é nova nem específica do século XIX, como tende a uma forte perpetuação no século seguinte (CURTO, 2007; CURTO, DOMINGOS, GONÇALVES e FIGUEIREDO, 2007; MEDEIROS, 2010).

Com a trasladação para local dotado de outro tipo de condições, a actividade editorial de João Romano mostrava-se fortalecida. Esta fase da sua vida editorial verá o prosseguimento da aposta em almanaques anuais, iniciando-se em 1889 a edição do

Almanach dos Theatros, no caso para o ano de 1890, em formato *in octavo*. João Romano experimentava uma publicação que não implicasse uma periodicidade muito exigente quanto à rotatividade de notícias e dados informativos: contemplava perfis biográficos de atrizes e actores, contendo ainda canções, escritos satíricos e humorísticos, poesia, monólogos e as plantas dos teatros de Lisboa, demandando um tipo de consumo que não caducasse rapidamente. A publicação prossegue com chancela João Romano Torres – Editor até 1910. Nestes primeiros anos, a casa que João Romano erige assume-se em grande medida como editora de vulgarização, apostando no entretenimento polvilhado de informação útil, publicando periódicos mensais ou anuais e investindo nos almanaques, vocação de que se vai libertando, movimento que culmina no dealbar da década de 1910.

João Romano Torres e a preferência pelo romance traduzido

Mas será no romance que o editor encontrará um dos esteios para o seu florescimento e crescimento. Género editorial de amplo sucesso junto do público, é no romance que se vão abrigar autores e editores de oitocentos, de modos nem sempre compatíveis entre si. O sucesso do romance folhetinesco, permitindo alargar a camadas de leitores crescentemente mais expressivas a fruição leitoral do texto romanceado, gera sentimentos contraditórios no campo autoral, suscitando a crítica acerba e o ataque de muitos intelectuais. Como noutros contextos nacionais, os processos que conduziram ao aumento do volume de produção editorial e à multiplicação dos modos como ela nasce e se apresenta ao leitor, em suma, os processos que levaram à transformação e crescimento do mercado da literatura e da edição, geraram fortes sentimentos e tensões assentes na perspectiva pessimista acerca desses processos, não raro assimilados à desvalorização da literatura (RAVEN, 2007). A denúncia de uma literatura industrial, produzida em série, visava as dimensões estéticas e formais das obras, mas também as condições em que essa produção ocorria.¹³ E aqui, o des-

¹³ A recriminação da industrialização da literatura e dos efeitos da tecnologia massificante na qualidade do que se editava não era um exclusivo português. Na

tinatário das acusações era o escritor que sucumbia à sedução do ganho fácil, mas também o dono do jornal e o editor que tornavam públicos os seus textos, amiúde ao sabor da imposição opinativa directa do público e das cartas que remetia aos periódicos.

A literatura tratada como objecto mercantil e de especulação financeira para maximização de proventos era verberada pelos supostos lúdimos representantes da grande literatura, atacando a literatura para o vulgo e o seu cunho desvalorizador das obras e da imagem auto-adsrita do escritor, que se projectava de maneira militante como «obreiro da civilização ao serviço do povo» (SANTOS, 1988: 176) e não como assalariado dependente dos caprichos de um mercado ao qual procura agradar de modo rápido e fácil com base em fórmulas de pouca exigência e sofisticação. A condenação, de timbre inapelavelmente elitista, era, por isso, também ética, aludindo à própria condição social dos putativos romancistas a soldo, assimilados a gente desprovida de formação e de hábitos dissolutos.

O libelo dirigido ao romance de tipo folhetinesco como fautor da degradação procurava igualmente fundar essa diagnosticada degradação no efeito de dissolução cultural imposto pela importação dos modelos estrangeiros, sobretudo franceses, e pela tradução dos seus temas e autores. A preferência pela edição de traduções de títulos não nacionais ou pela adaptação de temas cuja realidade não era a portuguesa seria portadora, segundo os detractores, de consequências deletérias no romance nacional. As letras nacionais correriam assim, na pena de quem reprovava o alargamento da circulação do romance traduzido, sério risco face a uma literatura que consideravam comercial e imoral. A crítica, que frequentemente amalgamava estilos, títulos e autores de origem francesa de estirpe e densidade diversa, a quem os comentários reprovadores eram essencialmente dirigidos, apontava a certas traduções, cuja qualidade deplorável denunciava. As traduções, tantas vezes feitas anonimamente, obedeciam a imperativos de contenção de custos e de rapidez de entrega. A defesa de uma li-

Grã-Bretanha, por exemplo, muitos verberaram a *railway fiction* como tendência ignóbil que se abatia sobre o ofício da edição, que se contrapunha frequentemente à pureza abnegada com que se idealizava – falsa e ideologicamente – o labor dos antigos impressores e da feição eminentemente estética do seu trabalho (EISENSTEIN, 2011: 184-197).

teratura especificamente portuguesa, escrita por autores portugueses que pudessem ser reconhecidos, não deixa de ser uma resposta baseada na ideia de independência criativa face ao «industrialismo litterario»¹⁴ (HERCULANO, 1851/1873: 104) e editorial proveniente de França, a que o campo em Portugal não lograva oferecer contrapartida eficaz, queixando-se da sua difusão.

Indiferente à imputação de um jaez industrial, é este novo espécime literário que representa «a verdadeira revolução romântica» (CHARLE, 1990: 138), tornando viáveis as condições para o estabelecimento definitivo do *best-seller* como uma das marcas distintivas da edição moderna. O romance, principalmente o que se disseminava em tradução, constituiu uma das traves-mestras que suportaram provavelmente a maior parte da dilatação do público-leitor de livros durante o século XIX. A entrada no domínio do romance, o género que poderia significar a afirmação ou a derrota da empresa editorial de João Romano, havia acontecido em 1888, com a edição da que é a sua primeira publicação literária desde que adquirira a revista *O Recreio: A Magnetisada*, romance de Georges Maldague, pseudónimo de Joséphine Maldague, cuja edição original datava de 1885, apenas três anos antes. Decidido a singrar no meio editorial, João Romano vai apostar nas traduções francesas do romance folhetinesco de provas dadas.

Apresentado como «romance realista», *A Magnetisada* é o número inaugural da Bibliotheca do «Recreio». A «versão» é de José Carcomo, cunhado de Henrique Zeferino. João Romano não facilita, propondo o livro ao comprador nas duas grandes fórmulas editoriais oitocentistas, volumes completos e fascículos. É o editor quem assume esta opção de espectro largo, avisando que se publica «regularmente um fascículo cada semana, contendo quatro folhas de impressão, pelo preço de 40 réis, pagos no acto da entrega. A expedição para a provincia é à vontade do assignante: póde ser feita aos fasciculos, ou aos volumes já brochados.» (*O Recreio*, 1888a: 672). Em volumes a obra cabe em dois, vendidos a 360 réis cada. João Romano exhibe logo nesta fase inicial de diversificação um domínio da relação com uma comunidade de compradores que persegue como mercado.

¹⁴ Alexandre Herculano antecede esta expressão com o qualificativo ignóbil.

Por outro lado, João Romano quer apelar a uma procura que possa aceder aos autores de grande circulação e aos títulos franceses, essencialmente, e também espanhóis, que garantam compra e retorno do investimento editorial. As traduções são terreno que domina, e no qual estriba grande parte do seu crescimento enquanto editor, mesmo que não se oriente apenas – nem sobretudo – pelas novidades. Logo a seguir ao título *A Magnetizada*, correlata de um original recente, surge *O Cego da Fonte de Santa Catharina*, texto com muitas décadas da autoria de François Guillaume Ducray-Duminil, não inédito em Portugal. Em versão de Guilherme Rodrigues, a publicação era semanal, a 40 réis por fascículo. Avisa em Setembro de 1888 o editor:

Toda a obra constará de tres volumes, dividida em 60 capitulos, impressa em bom papel e typo novo. (...) Todas as pessoas que obtiverem oito assignaturas realisaveis, terão direito a um exemplar gratis, tanto em Lisboa como na provincia.

Acceitam-se propostas para correspondentes, offerecendo a empresa um exemplar gratis em cada oito assignaturas e a commissão de 20 p. c. (*O Recreio*, 1888b: 64)

Quer na forma da mensagem passada aos potenciais interessados, quer no que o editor está disposto a oferecer em troca de um consumo continuado, detecta-se já um leque de práticas focadas na sedução do cliente e na cativação do leitor. Por outro lado, desenha-se nestes anos primaciais um padrão que tende a afastar o editor de obras desconhecidas ou de autor desconhecido, que, não estando excluídas, vão ser minoritárias no catálogo. Estando consciente de que o público disponível para lhe consumir as edições estaria em crescimento, mas que ainda assim formaria um efectivo curto para equivaler a uma procura segura e suficiente, o editor precavia-se, «na medida em que a probabilidade de assegurar as vendas tenderia a aumentar se fossem seleccionados títulos e autores que, nos países de origem e até noutros, tinham já comprovada popularidade» (SANTOS, 1988: 232).

Ciente desta realidade, João Romano concentra esforços nas traduções, que passam a constituir um dos pilares da editora até ao seu ocaso, um século mais tarde. Prosseguem as edições de obras de escritores franceses e espanhóis oitocentistas, apresentados ao público português em fascículos ou em volumes completos,

encadernados ou brochados. A extensão dos volumes e a ambição em publicá-los demonstrada pelo editor só se tornava possível pela via da venda serial e regular de parcelas de cada livro, dividido em fascículos semanais (normalmente de 16 páginas) e, por vezes, em tomos mensais (normalmente de 80 páginas), adquiridos maioritariamente por subscrição de assinatura, conferindo a cada projecto a possibilidade de se ajustar a um plano decorrente do limiar mínimo de assinaturas e dos custos associados. Constituindo uma variante da edição de obras por subscrição, esta fórmula de produção editorial ocupa um lugar preponderante no comércio do livro em Portugal dos séculos XIX e XX, apesar da diversa fortuna que a sua utilização sofreu nos múltiplos projectos em que foi aplicada. Artur Anselmo assevera que «os editores de cadernetas e fascículos trabalharam sempre com o credo na boca, aproveitando as lições do passado para não se deixarem abater pelas dificuldades económicas» (1997: 103).¹⁵

A oferta de leitura fragmentada procurava, antes de mais, suscitar uma regularidade de compra, cuja garantia de continuidade se consubstanciava num contrato de subscrição por assinatura. Semanal, quinzenal ou mensalmente, o intuito dos editores era assegurar um afluxo de capital capaz de sustentar um investimento com a liquidez assim gerada, criando um sistema de alta rotatividade no investimento de consecução de obras, e ao mesmo tempo acicatar um consumo de leitura dessas unidades fragmentadas de texto que resultasse num possível hábito e, portanto, numa fidelização de consumo (BOTREL, 2007).

Em linha com os títulos oferecidos pela imprensa em folhetins, o fraccionamento das obras em fascículos – ou cadernetas, como eram também chamados – fomentava o ingresso de novas tipologias sociais de leitores (BOTREL, 1996) no consumo de unidades narrativas que se apresentavam curtas, periódicas, progressivas e de preço mais acessível, ou menos inacessível, se se preferir, por comparação à aquisição ou aluguer de livros como unidades inteiras. Inscrita num esquema económico de viabilidade empresarial e de consecução editorial a um ritmo constante ou

¹⁵ A edição parcelarizada em fascículos constituiu um recurso persistente em Portugal, verificando-se com frequência nos procedimentos e na programação económica dos editores ao longo do século XX (MEDEIROS, 2010).

crescente, a prática de produzir texto legível para fruções diversas de modo serial e entrecortado em unidades uniformes inscreve o procedimento do editor igualmente como prática social de engendramento, transformação ou diversificação de outra prática social, a leitura. Por outro lado, a solução de editar uma obra em fascículos num registo de produção por entregas, pode ter configurado também, pelo menos para alguns casos, uma forma de teste da procura, verificando o editor qual a saída que teria determinado romance ou livro traduzido antes de o procurar republicar como livro em volume ou volumes. No fim de cada volume dava-se ao leitor, suposto coleccionador, as páginas para a colocação das estampas que ilustrariam a obra e que eram também oferecidas como brinde, recurso corrente na época e visível nas edições de João Romano.

Este conjunto de estratégias editoriais – isto é, decisões e práticas dos editores carregadas de intenção e com um determinado objectivo de inserção num domínio social mais vasto, o da produção cultural e da vida intelectual através do impresso – passa a fazer parte do quotidiano de um grupo que logrou a diferenciação e autonomia profissional justamente em oitocentos. Estas práticas ilustram, ainda que de forma muito esboçada, o conjunto variado de modalidades que as editoras usavam para interpelar os leitores e suscitar o consumo do livro, prescrevendo géneros, temas e autores, e construindo um catálogo que sobrevivesse ao desinteresse e à rarefacção de compradores. Desta forma, o editor constitui uma procura, que tenta manter e até alargar, considerando-se aqui procura não apenas na sua dimensão de comercialização e circulação, mas como resultado da actuação configuradora de uma audiência que queira aceder à cultura impressa por via dos conteúdos e títulos disponibilizados por esse editor.

João Romano persistia no seu rumo de edificação de um catálogo que o tornasse reconhecível e que lhe garantisse condições de continuidade. Em 1889 e 1890 saem os cinco volumes de *Piquillo Alliaga ou Os Mouros no Tempo de Philippe III*, de Eugène Scribe, em versão de Guilherme Rodrigues. Entre 1891 e 1893 edita *Os Mystérios de Paris*, de Eugène Sue, num volumoso empreendimento de oito volumes. O editor mostrava conhecer as fórmulas para a difusão alargada do impresso, apelando aos sucessos

de mercado e incorporando no seu catálogo títulos e autores que via como constituindo valores seguros.¹⁶ Seguem-se outros títulos como *O Trapeiro de Paris*, de Félix Pyat, em cinco volumes (1894), *O Marquez das Sete Igrejas*, de Manuel Fernández y González, em quatro volumes (1894 e 1895), ou *As Obras de Misericórdia: romance de costumes*, de Enrique Pérez Escrich, em quatro volumes (1897 a 1902).

O romance traduzido depressa se transforma num dos timbres mais distintivos da editora fundada por João Romano, não lhe faltando mesmo uma representação de Alexandre Dumas, no caso a *A San Felice: romance histórico*, publicado em seis volumes nos anos 1890 em formato *in octavo*. Concentrando-se nos autores de proveniência francesa e espanhola, nos primeiros anos do século XX o editor já podia exhibir um lastro de produção editorial a partir da tradução de romances que abarcava, por exemplo, as Obras Completas de Enrique Pérez Escrich, vendendo cada fascículo a 20 réis, cada tomo a 100 réis e cada volume a 500 réis, correlatos de 12 títulos, divididos em três ou quatro volumes. Nessa transição secular consuma-se igualmente a edição de um dos empreendimentos maiores que nessa época João Romano deu à estampa: a obra completa de Pierre Alexis de Ponson du Terrail *Os Dramas de Paris*, em torno da qual foi desenvolvida a mais famosa personagem do escritor, Rocambole. Atento ao que se ia fazendo e aos ecos dos êxitos editoriais estrangeiros de literatura do tipo serial e que provasse apelar a camadas de público mais vastas, João Romano decide-se a editar a colecção completa e ilustrada, apresentando-a como o romance de Rocambole. Profusamente ilustrados

¹⁶ A obra de Eugène Sue, sobretudo *Les Mystères de Paris*, publicada no *Journal des Débats* em 1842 e 1843, foi nuclear no estabelecimento do modelo *roman-feuilleton* de literatura de grande consumo oitocentista baseada no triângulo edição industrializada, tiragens extensas e periódicos de grande circulação. Conheceu um sucesso imediato em França, mimetizado depois noutros mercados europeus e não europeus do livro. Em Portugal, o émulo inspira uma plêiade de imitações. A própria Romano Torres editará já no século XX *Os Mistérios do Povo*, de Sue, num aproveitamento editorial do filão. Daniel Compère afiança que *Les Mystères de Paris* correspondem a um romance de grande relevo, «não apenas por causa do seu sucesso e da inflexão da sua incidência social, mas porque cria uma nova relação entre o romancista e o seu público, que participa de certa maneira na elaboração do texto e no destino das personagens.» (COM-PÈRE, 2011: 27).

– com 700 gravuras – e vendidos em fascículos de 50 réis e tomos de 300 réis cada, os dez volumes eram comercializados em versão brochada a 15.000 réis e em versão encadernada em «capas especiais» de percalina a 20.000 réis.

As edições completas não tinham certamente como alvo um grupo social em crescimento em Portugal, o operariado,¹⁷ já que o preço corresponderia *grosso modo* à quantia mensalmente auferida por uma família em que ambos os adultos laborassem em contexto fabril, o que nem sempre aconteceria (CABRAL, 1977). Os compradores de livros completos não proviriam em grande quantidade das fileiras de operários, apelando mais ao gosto, expectativas e aspirações culturais de franjas urbanas ligadas a outros ramos de actividade, essencialmente do comércio e serviços. A escassez de efectivos desta última categoria social seria complementada precisamente pelo operariado, mas em aquisição parcelarizada, mais barata e viável. As assinaturas e a venda regular ou avulsa de fascículos revestiam-se, desta maneira, de uma importância capital no projecto de solvência financeira de João Romano, promovendo a criação de condições de uma edição para um consumo cada vez mais alargado.

Não se pode dizer que uma parte significativa destas edições formasse uma colecção, concebida e apresentada como tal ao leitor. Se a série em torno de Rocambole não levanta dúvidas a respeito da sua formulação editorial por João Romano como colecção, outros agregados de títulos não parecem revestir-se de semelhante enunciação editorial, materializando-se essa unidade frequentemente *a posteriori*, na sequência da edição de uma certa quantidade de livros de determinados autores, como Rocha Martins e os Romances Historicos Originaes de Rocha Martins, por exemplo. Nos derradeiros anos de oitocentos e nos alvares de novecentos, são publicados títulos de modo isolado e divulgados enquanto tal, como *As Damnadas de Paris*, de Jules Mary, ou *Anna Bolena*, de Ramon de Luna. Mas não é menos verdadeiro que o fortalecimento da capacidade editorial de João Romano traduzisse igualmente um progressivo efeito unificador e programático nas publicações que ia realizando. O que é uma preocupação crescente em conferir

¹⁷ Em 1881 o operariado fabril aumentou cerca de 40% relativamente a 1852 e em 1910 quase quadruplicou relativamente a 1881 (MARTINS, 1997).

sentido à sua actividade filiava-se numa tendência da paisagem editorial do século XIX, visando «a formação cultural e o estímulo ao espírito coleccionador tão comum no tempo.» (RIBEIRO, 1999: 199).

No domínio do romance, a tendência clara de tradução no interior de um paradigma serial e folhetinesco, firmado num enredo de aventuras e emoção ao qual não faltam quadros sociais e dimensão moralizante, colheu a maior parte do interesse de João Romano, com clara preferência pelas denominações literárias de origem francesa, em linha com o panorama editorial português (RIBEIRO, 1999) e internacional (BARBIER, 1981; MOLLIER, 2001a). Na produção do editor houve, porém, lugar para o escritor português, não obstante a sua diminuta proporção, de que são exemplo Carlos Sertório (com *Duas Chronicas* e *Novellas Portuguezas*) e Ladislau Batalha (*Mysterios da Loucura: romance portuguez* e *Misérias de Lisboa: romance de actualidade*), logo nos primeiros anos da década de 1890.

O editor multiplicado: das várias chancelas ao enciclopedismo, história e biografia

Por outro lado, um editor em busca de tarimba e afirmação pode também desenhar um percurso durante o qual deixa um lastro de livros e periódicos estampados com marcas de edição diferentes, mudando o nome da chancela com que apresenta os impressos aos leitores e clientes. Deste modo, o aparente trajecto errático de um editor que vai publicando com várias chancelas é explicado pela exploração que vai fazendo de vias alternativas até chegar a um eventual catálogo que transpareça algum tipo de unidade e se torne passível de reconhecimento – comercial, simbólico ou ambos – capaz de estabilizar uma actividade e a sua expressão empresarial. Nos primeiros tempos e até à entrada em funcionamento da João Romano Torres & C.^a – Editores em 1907, João Romano editou com a Empreza Editora O Recreio, com O Recreio – Empreza Editora e Tipographica, com a Typographia do Dicionario Universal Portuguese, com a Typographia do «Recreio», com a Leituras Populares – empreza vulgarizadora dos bons romances, com o seu próprio nome, João Romano Torres – Editor.

As publicações que foi dando à estampa surgem, portanto, com diversas chancelas, contemporâneas umas das outras.

Os próprios endereços conheciam, até à estabilização na Rua Alexandre Herculano, números 70 a 76 (figura 4), um ritmo de mudança que em certas ocasiões foi intenso. A morada só se fixa a meio da década de 1900, com a mudança para a Rua Alexandre Herculano, durante décadas o lugar identificativo da sede da editora (até à transferência nos anos 1970 para o Largo de São Mamede). O carácter flutuante da sede nos primeiros anos pode corresponder ao aproveitamento de espaços cedidos por familiares, colegas e amigos, podendo também ser correlato de mudanças motivadas pela necessidade de adaptação imposta por aumento de tiragens ou de número de títulos, ou até por imposição de flexibilização orçamental em função de rendas mais ou menos elevadas face à liquidez do projecto de João Romano e ao plano editorial que ia traçando em cada momento.

A actividade editorial de João Romano conhece nos anos finisseculares de oitocentos e nos alvares de novecentos um surto no decurso do qual se multiplicam os grandes projectos, tornados viáveis pela lógica da serialização e da assinatura. E não é apenas nas traduções romanescas e aventurosas de grande venda que o editor aposta com intensidade. Provavelmente impulsionada pelas comemorações em 1880 do tricentenário de Camões e revivificada pelo *ultimatum* britânico de 1890, a veia da história como traço marcante e perene da obra editorial de João Romano Torres e da editora que fundou vibrará até ao ocaso da actividade desta, em final do século XX – na edição literária do romance histórico e na edição enciclopédica e biográfica.

O aproveitamento de uma certa exaltação dos feitos pretéritos de Portugal é visível, por exemplo, no modo como o nome de Artur Lobo d'Ávila surge no catálogo editorial de João Romano, com o romance *A Descoberta e Conquista da Índia pelos Portugueses: romance historico*. O romance havia saído previamente em folhetim no *Diário de Notícias*, tendo recebido um prémio literário. Percebendo o potencial da situação face ao contexto, João Romano depressa coopta o texto e o seu autor para o universo da sua produção editorial, lançando o livro em 1898 em edição ilustrada por Enrique Casanova, por A. Brandão e pelo



Figura 4 Sede da editora na Rua Alexandre Herculano, números 70 a 76. Fonte: *Portugal. Dicionario Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artístico.*

próprio autor. O editor fez questão de mencionar ao leitor que aquela era uma edição comemorativa do IV Centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia.

João Romano dá mostras de conhecer e dominar os parâmetros do jogo editorial e os instrumentos comuns às estratégias dentro e fora de portas para a disseminação dos romances, procurando activamente a capacidade que o romance possui para migrar

entre suportes como factor propulsor de vendas, sobretudo no atinente ao folhetim e à sua relação com o mercado do livro e as estratégias editoriais (MIGOZZI, 2005; MOLLIER, 2001b; 2008; OUTEIRINHO, 2003) a que não deixou de ir aliando o prémio literário como elemento de consagração de notabilização no mundo do livro. O folhetim configura-se, pois, como forma editorial que não antagoniza a edição de livros,¹⁸ estimulando o mercado nos seus vários termos, da autoria à leitura-compra, passando pela mediação dos editores. A circulação alargada obedecia a lógicas intrínsecas ao texto e à sua estruturação formal e temática, assente em premissas narrativas específicas, mas também a intenções de expansão associadas à parcelarização e à redução de custos para o próprio cliente, tornando viável a sua aquisição a classes que chegavam à condição de alfabetizados, mas em que a liquidez disponível não abundava, tornando mesmo impossível a camadas operárias urbanas de posses modestas qualquer acesso ao livro sobre forma de pequeno volume ou mesmo em fascículos, restando o folhetim como hipótese (LECLERCQ, 1974).

É, portanto, nesta fase que se inicia a vocação de João Romano pelo romance histórico, investindo o editor activamente no género e incorporando-o como emblema editorial. Francisco José da Rocha Martins, jornalista e activista politicamente comprometido e versátil, encontrou em João Romano um editor empenhado, fulcral no desenvolvimento da carreira do escritor na vertente da literatura de base histórica. Rocha Martins emerge como autor prolífico no âmbito do romance histórico pela mão de João Romano, que lhe publica uma série de extensos livros. A relação entre autor e editor cimenta-se numa colaboração estreita, cujo resultado frutifica num conjunto de obras concebido e pensado a partir de um plano geral. Já dobrado o início do século XX, no primeiro triénio dos anos 1900 publicam-se por assinatura os livros *Madre Paula. Romance historico do reinado de D. João V* (figura 5), *Maria da Fonte. Romance historico, Bocage. Romance*

¹⁸ Entre livro e periódico estabeleceu-se uma coexistência que funcionou, «mais no sentido da complementaridade do que num propósito de exclusivismo» (RIBEIRO, 1999: 209). Anne-Marie Thiesse, fazendo recurso da categoria «romance popular» para caracterizar um sector do universo editorial francês oitocentista, afirma mesmo que o «livro popular se desenvolve na esteira da imprensa, nunca se chegando a separar verdadeiramente» (THIESSE, 1990: 515-516).



Figura 5 Desenho original da capa de *Madre Paula*, de Roque Gameiro e Alfredo de Moraes. Fonte: Arquivo Histórico Romano Torres.

original e *Gomes Freire. Romance historico original*, todos de Rocha Martins, em edições ilustradas por Alfredo de Moraes, um dos grandes ilustradores da editora, e Alfredo Roque Gameiro.

Nestes quatro títulos cada fascículo apresentava-se com o formato *in octavo* grande, sendo vendido a 40 réis e cada tomo a 200 réis, acompanhando a publicação do romance um conjunto de dezenas de estampas, entre ilustrações e gravuras a partir de fotografia, a colocar em local indicado no final de cada um dos volumes de bem mais de 1.000 páginas. Informava-se ainda nas folhas finais dos tomos existirem «capas especiaes» para a encadernação dos volumes da obra, vendidas a 400 réis. A própria empresa fornecia um serviço completo ao assinante, com a opção de fazer a própria encadernação, com o empaste a orçar os 200 réis, via estratégica para a obtenção e, sobretudo, fidelização de clientes, garantido entrega da integridade da obra editada em livro. Sinal inequívoco de uma actividade planeada e munida de claro sentido de sustentabilidade financeira, apontando para uma gestão comercial e uma organização editorial capazes de fornecer leitura a um público de recorte variado e em alargamento e de conferir à aquisição de uma obra volumosa e graficamente cuidadosa um certo efeito aparençado a nobilitação cultural passível de ser lida e exibida.

Surtem depois os títulos *Mestre de Aviz. Romance historico original* (de 1904) e *Rei Santo. Chronica do reinado de D. Pedro V* (de 1907). Esta última obra é um exemplo de encomenda editorial, que estabelece condições para a sua redacção e até conclusão, ilustrando com clareza a dimensão social de prescrição e mediação cultural da edição. Segundo o recibo de adiantamento pela venda da «propriedade» do romance a João Romano, assinado por Rocha Martins em 22 de Junho de 1904, «escrito expressamente por encomenda do referido editor», o autor comprometia-se a fazer entregas semanais de um fascículo, a ser pago no acto da entrega, depois de um pagamento inicial de 60.000 réis, por conta da obra a redigir. João Romano, já conhecedor das idiossincrasias autorais e dos múltiplos aspectos envolvidos na produção e disponibilização ao público de uma obra publicada, em volumes inteiros ou em cadernetas e fascículos, reserva-se a prerrogativa de fazer concluir o texto da obra, «caso haja interrupção na referida entrega», exigindo ainda o plano do original, a fornecer

pelo autor juntamente com o primeiro fascículo. João Romano assume-se como editor de corpo inteiro, intervindo nas obras e interferindo no campo autoral através de estratégias como o comissionamento de livros, participando no modo como o livro seria apresentado e produzido, incluindo estrutura e calendário de apresentação do texto, garantindo a finalização da mesma se o autor o não fizesse.

A outra via explorada por João Romano é a edição de obras enciclopédicas e dicionarísticas. O editor não ignorava tendências e comportamentos do mercado do livro que despontaram no decurso do século XIX, com o estabelecimento de uma tradição editorial ligada à articulação de um saber vulgarizado e instrutivo com obras que incentivassem a repetição da procura, sobretudo a partir do último quartel da centúria. A dimensão das obras propiciava modelos fraccionados de produção e compra, tornando exequíveis no tempo e no orçamento a sua consecução e a sua compra. O propósito de alargar o espectro de interessados susceptíveis de se transformarem em leitores fiéis e compradores assíduos era assumido abertamente, surgindo múltiplos projectos de edição para o povo. Trata-se de um negócio que cresce e se desenvolve em processo concomitante com o da transformação do próprio papel do editor como personagem reconhecida e não confundível em absoluto com o tipógrafo e com o livreiro, assumindo crescentemente o editor a dupla vertente de mediador cultural e negociante, tributário em grande medida do alargamento do público leitor a que se assiste no século XIX.

João Romano, partindo de um imperativo cuja tracção se situava no sucesso de vendas e no consumo alargado, participa activamente neste processo, trilhando um duplo caminho, entre os trabalhos de natureza historiográfica e descrição histórica e os de timbre enciclopédico e dicionarístico. Em 1899 edita o *Diccionario Chorographico de Portugal. Parte continental e insular designando a população por districtos, concelhos e freguezias, a superficie por districtos e concelhos*, do amigo Francisco António de Matos. Será, no entanto, no dealbar de novecentos que o editor vai investir assumidamente nos domínios da vulgarização do saber e da instrução, de âmbito histórico ou enciclopédico.

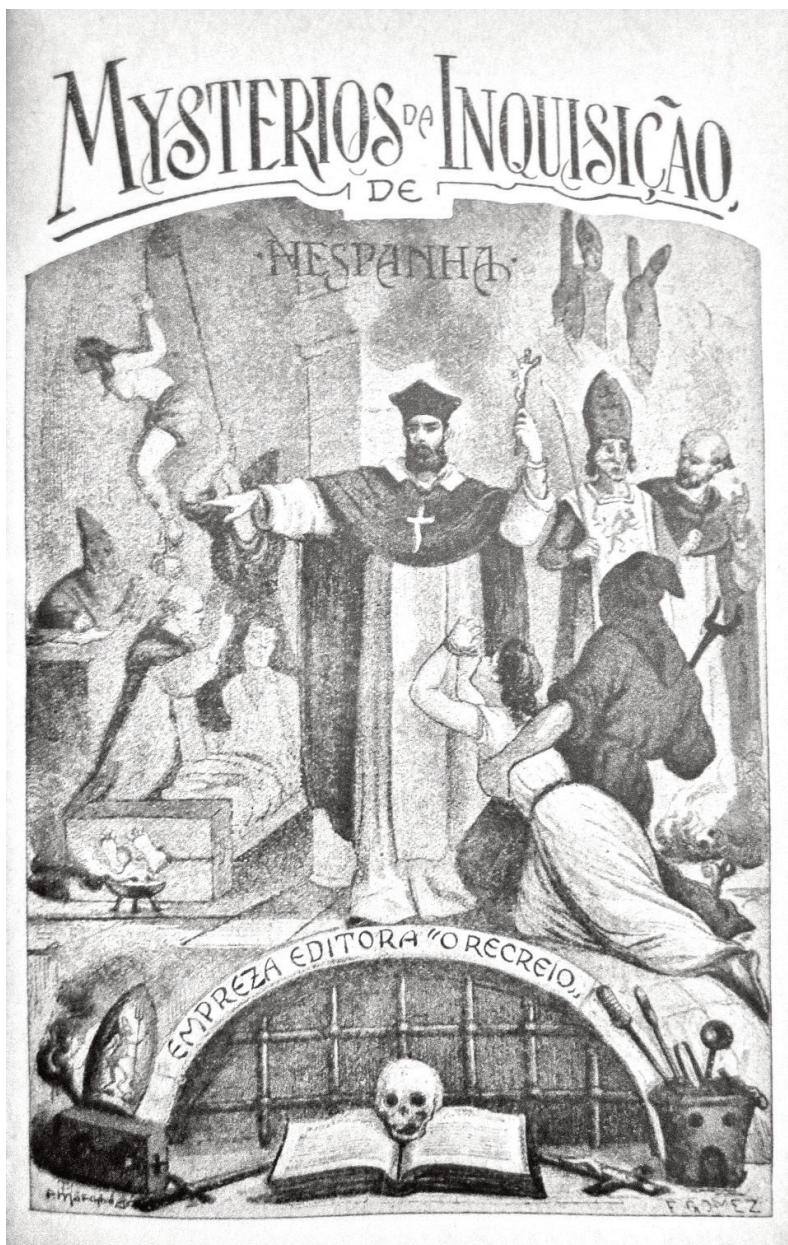


Figura 6 Página de rosto de *Mysterios da Inquisição de Hespanha*.

O público a quem se destina um conjunto assinalável de edições não é homogéneo, pautando-se as realizações de João Romano neste particular pela intenção insistente de conquistar um público o mais vasto possível, mesmo que isso signifique uma mescla de fórmulas: vender em parcelas suportáveis uma edição de luxo, apresentada como tal. É o caso da *Historia de França*, do francês Henry Martin, cuja edição original é dos anos 1830. Esta obra em múltiplos volumes *in octavo* é apresentada em 1903 como sendo de luxo, ilustrada com 1.180 gravuras, vendendo-se cada tomo a 100 réis. Modelo semelhante é adoptado para a publicação da *Historia de Roma. Desde a sua origem até à invasão dos barbaros*, do igualmente francês Victor Duruy. Tal como no romance de costumes ou baseado em enredo de moral ou aventura, também aqui João Romano revela predilecção pelos originais franceses, não raro pegando em títulos já editados em Portugal. É o caso de *Les Mystères de l'Inquisition*, de Victor de Féréal, que edita em fascículos baratos, de 20 réis, e tomos de 100 réis, com o título *Mysterios da Inquisição de Hespanha* (figura 6), totalizando dois volumes *in octavo*.

A tradução do livro de Féréal há-de custar a João Romano (e ao filho Carlos Bregante Torres) uma indemnização de 200 pesetas à editora espanhola Taltavull y C.^a, que em 1915 irá acusar a editorial portuguesa de copiar os desenhos e de efectuar uma tradução da sua versão sem ter pago os respectivos direitos. A Romano Torres não contestará a acusação e procurará inclusive negociar o valor indemnizatório.¹⁹ Este episódio sinaliza uma prática relativamente comum no meio editorial português do século XIX e inícios do século XX, que consistia numa política de edição de facto consumado no atinente a traduções para publicação em Portugal sem o pagamento dos devidos direitos ao editor que os detivesse, sendo igualmente indicativo de um campo pautado nacional e internacionalmente por uma incipiente regulamentação e pela debilidade dos sistemas então existentes para aplicação dos dispositivos legais concernentes ao comércio internacional de direitos autorais e editoriais.

No âmbito mais estritamente da edição enciclopedista, João Romano alinha a sua intervenção editorial com a convergência a que se assistiu em Portugal a partir do século XVIII, articulando

¹⁹ Confirmam-se missivas da Taltavull y C.^a – Editores à João Romano Torres & C.^a de 11 e 15 de Fevereiro de 1915.

nas suas edições a tradição dicionarística com a indexação e acumulação enciclopédica e fabricando durante várias décadas um significativo conjunto de dicionários e obras enciclopédicas. Em 1904 e 1905 publica em dois volumes o *Diccionario da Lingua Portuguesa. Prosodico e ortographico*, de Fernando Mendes, o director da *Encyclopedia das Famílias*, do irmão Manuel Lucas Torres. Ainda em 1904 lança o primeiro dos sete volumes de *Portugal. Diccionario Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artístico*,²⁰ uma «[o]bra illustrada com centenaes de photogravuras e redigida segundo os trabalhos dos mais notaveis escriptores por João Manuel Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues».²¹ Os dois redactores desta ambiciosa ventura foram incumbidos pelo editor de erigir uma obra de referência e consulta quotidiana que substituísse e unificasse «um avultadissimo numero de publicações das especialidades de que trata, cuja consulta, nem sempre facil, é offerecida ao leitor nos seus topicos mais interessantes.» (TORRES, 1904: 1).

Do dicionário *Portugal*, editado em fascículos de 60 réis ou tomos de 300 réis, escreveu Artur Anselmo ter sido «a primeira enciclopédia portuguesa pensada e realizada em termos comerciais» (ANSELMO, 1997: 102). O editor que a imaginou não a pensou «para eruditos, que poucas novidades decerto aqui encontram», achando-se concebida e concretizada antes como «um diccionario, que embora propriamente de consulta o fosse tambem de vulgarisação» (TORRES, 1904: 2). O último volume sai do prelo em 1915, 11 anos depois do primeiro, fechando uma obra marcante, que o editor terminou, sem, contudo, percorrer um caminho linear. O resultado final satisfaz João Romano, embora não tenha frutificado financeiramente como o editor talvez tivesse esperado. Bem recordado das dificuldades encontradas por Henrique Zeferino na conse-

²⁰ O subtítulo é, em si mesmo um manifesto programático do dicionário: *abrangendo A minuciosa descripção historica e chorographica de todas as cidades, villas e outras povoações do continente do reino, ilhas e ultramar, monumentos e edificios mais notaveis, tanto antigos como modernos; biographias dos portuguezes illustres antigos e contemporaneos, celebres por qualquer titulo, notaveis pelas suas acções ou pelos seus escriptos, pelas suas invenções ou descobertas; bibliographia antiga e moderna; indicação de todos os factos notaveis da historia portugueza, etc., etc.*

²¹ Conforme página de rosto de cada um dos volumes do dicionário *Portugal*.

cução do seu inacabado *Dicionário Universal Português Ilustrado*, João Romano evitou cair nas armadilhas em que o seu amigo e mentor se enredara, preferindo uma obra completa e publicada a uma ambição desmesurada e contrária a hipóteses de término efectivo.

Mediante uma produção que foi crescendo e que consolidou uma identidade que foi plasmando nos livros e nos outros impressos que editou nos primeiros anos de ofício independente e bem-sucedido, João Romano é um dos intérpretes das transformações no campo da edição que concorreram para que o século XIX fosse – como noutros espaços nacionais sucedera mais precocemente e com maior escala e intensidade – também em Portugal uma centúria de transição em direcção a um consumo cultural verdadeiramente alargado, gerando um contexto de produção, mediação e fruição de tendência massificadora (MOLLIER, SIRINELLI e VALLOTTON, 2006), capaz de forjar um campo editorial de crescente heterogeneidade interna a partir do qual emerge um novo actor com vocação e vontade de interferência e mediação cultural no espectro da produção impressa, o editor (MOLLIER, 1988; 1999; 2007). O labor de João Romano é editorial. Concebe, planeia e executa um programa assente no pressuposto da oferta de leitura a um mercado potencial que procura estimular, suscitando compra fiel e persistente. É uma personagem tornada possível pelas mudanças de oitocentos, constituindo uma figura profissional anteriormente inexistente no campo do livro. A sua componente de mediação cultural já não deriva de uma vocação intrínseca para a composição tipográfica ou de uma capacidade de venda do livro acabado (INFELISE, 1997). Promove a criação sem o fazer a partir do interesse mecenático ou protector das letras.

Se a emergência do editor moderno durante o século XIX é urdida nos encontros e desencontros de itinerários diferentes entre realidades nacionais, não o é menos no interior do campo mais restrito onde actuam os agentes do mundo tipográfico. Se, na comparação internacional, em Lisboa, no «Rio de Janeiro e em Paris não se ascendia nem da mesma maneira, nem no mesmo momento, ao almejado status de editor bem estabelecido» (MOLLIER, 2014: 83), dentro de portas os processos são igualmente diversos. Aliás, a situação da edição portuguesa de oitocentos ilustra um universo do livro portador de ambivalências muito próprias. O potencial

espaço de circulação do impresso, sobretudo do livro, é inquestionavelmente grande, agregando o espaço linguístico herdado do império falante de português, embora restrito essencialmente a círculos letrados, muito delimitados demograficamente (NUNES, 1990; SCHAPOCHNIK e ABREU, 2005). Este campo de possibilidades contrasta com o verdadeiro *petit monde* dos agentes do livro que já na época se concentrava em Lisboa, habitando um círculo de sociabilidades familiares e profissionais pouco extenso, intercambiando favores e funcionando como recursos mútuos ao serviço da actividade editorial.

O aperto das circunstâncias de mercado em que actuavam em Portugal, com um número percentual de possíveis leitores claramente inferior ao de outros mercados contemporâneos do livro, fez com que os editores que aqui se desenvolveram procurassem bem mais do que apenas encontrar autores dispostos a serem editados, ainda que a preços módicos e em condições pouco favoráveis. Por si só, essa gestão dos procedimentos editoriais seria provavelmente ruínosa para a generalidade dos que quisessem fazer vida como oficiais de edição. Pelo contrário, os editores oitocentistas que se mantiveram em actividade souberam suscitar a procura nos seus recortes específicos e diversos, inovando ou incorporando inovações nos seus métodos de trabalho. Mesmo que isso implicasse, para muitos, enveredar por processos em que a consagração editorial de um autor, título ou género não obedecesse a critérios de despojamento cultural e criatividade pura. Serão estes quem alimentará um conjunto de oficinas de impressão e quem fomentará a possibilidade de muitos escritores desconhecidos e nunca nomeados poderem fazer carreira na escrita, mimetizando, adaptando ou traduzindo.

Apesar, portanto, das dificuldades e do peso da estrutura, o mercado do livro cresce e diversifica-se. A título de exemplo, tome-se como indicador deste incremento a produção de papel verificada nos últimos quinze anos do século XIX. Nos primeiros 30 anos da actividade editorial de João Romano, estreada na Empresa Editora «O Recreio», isto é, desde 1885-1886 ao início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a produção de papel terá passado do valor de referência 109-107 para 292 (depois do pico de 324 em 1913) (REIS, 1986), tornando o preço final do papel menos

oneroso. O início da actividade de João Romano na Empresa Editora «O Recreio» foi, aliás, simultâneo ao arranque da transformação tecnológica e comercial da indústria papelreira nacional de final de século, que cresceu com base na produção feita a partir da massa de madeira, mais exigente tecnologicamente e totalmente dependente de importações de matéria-prima (ALVES, 2000), por comparação às matérias-primas até então prevalentes no sector, restritas ao trapo, às raspas de papel e à palha.

O editor João Romano Torres surge, de certa forma, como síntese de vários caminhos. Segunda geração de gente ligada à impressão e à edição, especializa-se desde logo exclusivamente na actividade de editor.²² A sua ligação ao mundo do livro não se opera preferencialmente pelas sociabilidades intelectuais, embora cultive alguns contactos a que saberá recorrer no seu trajecto e no da casa editorial que construiu. Mas também não é um representante exemplar de quem entra na vida editorial rentabilizando apenas uma experiência ofical e de base social afecta aos profissionais de longa linhagem tipográfica. Não existindo notícia de que possuísse formação superior, a sua vantagem não pôde colher simbolicamente desse filão. Sem rejeitar a dimensão de fermento e de pura criação cultural, João Romano torna-se editor bem-sucedido, alicerçando esse sucesso na aceitação e lançamento de fórmulas que contribuirão decisivamente para que o livro e o seu mercado leitoral constitutivo pudessem medrar em Portugal.

E este processo revestiu-se de importância fulcral para o desenvolvimento e crescimento do negócio do livro e das práticas editoriais, projectando a edição portuguesa para novos patamares processuais e técnicos. Apesar das fragilidades e condicionamentos persistentes, a edição portuguesa fortalecia-se na entrada para o novo século. Também João Romano está preparado para subir de nível nos alvares de novecentos, formalizando em 1907, de sociedade com o filho Carlos Bregante Torres, uma nova firma a partir dos caboucos da Empresa Editora «O Recreio», a João Romano Torres & C.^a.

²² Ressalve-se que João Romano é editor sem deixar completamente o negócio tipográfico. Possuindo um parque instalado, a Typographia do Recreio não deixou de compor e imprimir para outras editoras, sem que esse fosse obviamente o fulcro da actividade.

2. RECOMPOSIÇÃO DO CATÁLOGO E POSICIONAMENTO EDITORIAL

Nasce a João Romano Torres & Companhia

Em 24 de Janeiro de 1907 oficializa-se por escritura a formação de uma sociedade denominada Empresa Editora «O Recreio», formalizada com a firma João Romano Torres & Companhia, tendo como outorgantes João Romano da Rocha Torres de Jesus e o seu filho Carlos Bregante Torres. Nascia a moderna casa editora Romano Torres. Doravante, o nome Romano Torres não mais sairá como identificação aposta em todas as publicações da agora editorial de João Romano e Carlos Bregante. A denominação Empresa Editora «O Recreio» não desaparece como qualificativo formal, traduzindo o facto desta formalização em sociedade constituir uma alteração à editora e não o início de uma nova empresa. A partir desse momento, a Empresa Editora «O Recreio» passa «a girar comercialmente» sob a nova firma (Empresa Editora do Recreio, 1912: 135). João Romano detinha dois terços do capital social, o que lhe conferia primazia nas quotas. Por outro lado, o artigo oitavo estabelecia que a divisão de ganhos apurados se faria a cada trimestre mediante a seguinte fórmula: do total de ganhos separar-se-iam 150.000 réis, cabendo a Carlos Bregante 90% e a João Romano 10%; do restante, 65% pertenceriam a João Romano e 35% a Carlos Bregante.²³ As contas apuradas para os anos em que vigora esta distribuição (até 1916)²⁴ mostrarão que esta fórmula beneficiou consistentemente

²³ Conforme escritura de 24 de Janeiro de 1907, lavrada de folhas 55 a 57 no livro número 421 do cartório notarial do notário António Tavares de Carvalho (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ANTT, Nono Cartório Notarial de Lisboa, livro número 421, caixa 85).

²⁴ Em 23 de Março de 1916, através de escritura, modifica-se o artigo 8.º, determinando-se que os dois sócios «farão entre si a divisão dos ganhos que se apurarem, em duas partes iguais (cincoenta por cento a cada socio). Quanto a perdas, se as houver, serão divididas na mesma proporção estabelecida para os ganhos». Escritura de 23 de Março de 1916, lavrada de folhas 22 verso a 23 verso no livro número 656 do cartório notarial do notário António Tavares de



Figura 7 Carlos Bregante Torres. Fonte: Espólio familiar de Francisco de Noronha e Andrade.

João Romano. As perdas seriam divididas na proporção estabelecida para o segundo grupo de ganhos: 65% incumbiriam a João Romano e 35% a Carlos Bregante.

Registam-se, então, mudanças na empresa, que demonstra querer subir o nível formal e a sistematização do seu funcionamento, que passava a contar com dois elementos a dirigi-la em igualdade de circunstâncias. Segundo o artigo quinto, a

administração da sociedade compete aos dois sócios, que deverão em tudo proceder sempre de comum acordo. Fica, porem, o socio Carlos Bregante Torres encarregado não só da direcção dos trabalhos, mas também escripturação. A caixa é especialmente incumbida ao socio João Romano Torres, que é o unico, portanto, a quem compete arrecadar as receitas e pagar as despesas.²⁵

Carvalho, p. 23 (ANTT, Nono Cartório Notarial de Lisboa, livro número 656, caixa 23).

²⁵ Escritura de 24 de Janeiro de 1907, lavrada de folhas 55 a 57 no livro número

A direcção editorial fica oficialmente atribuída a Carlos Bregante, competindo a parte financeira ao pai. E esta distribuição é tornada formal por escritura, embora em si não corresponda a uma total novidade na actividade da editora. Carlos Bregante não era, nesta altura, um novato na condução de tarefas de timbre editorial. E a colaboração com o pai não se iniciara agora. O que era novidade é que com a escritura refundacional essa colaboração era tornada oficial, e em posição de equidade decisória, mas com o predomínio na relação directa com o mundo do livro. E o mundo do livro sabia do papel que Carlos Bregante já desempenhava desde, pelo menos, o início do século. Revelava possuir o cromosoma editorial de que fala Philippe Schuwer (1986), chamando a si todas as responsabilidades da gestão editorial da João Romano Torres & C.^a, a que junta a condição de autor e tradutor de muitos volumes publicados, bem como de director de colecções na editora, sempre sob o pseudónimo de A. Duarte de Almeida.

Carlos Bregante Torres nasceu em Lisboa a 29 de Setembro de 1879, sendo o primogénito dos cinco filhos do primeiro casamento de João Romano, com Amélia Vieira de Bregante, filha de Inácio Maria de Bregante, descendente de italianos radicados em Portugal desde finais do século XVIII (ANDRADE, 1975: 185), e de Maria Firmina Vieira Bregante. O irmão Lucas de Bregante Torres nasce em 7 de Maio de 1881, Henrique de Bregante Torres (também editor e com quem Carlos Bregante manterá forte relação) nasce em 30 de Janeiro de 1884, Maria Emília de Bregante Torres nasce em 6 de Agosto de 1885 e Maria Romana de Bregante Torres nasce em 23 de Agosto de 1890. Tal como o pai, e ao contrário do avô Lucas (que frequentara o ensino superior), o percurso escolar de Carlos Bregante não é muito prolongado. Prosseguiu estudos até aos 11 anos, em 1890, compreendendo a escola primária e os primeiros anos liceais. Os primeiros passos profissionais tê-los-á dado muito provavelmente com o pai, mergulhando numa socialização precoce com o mundo do livro editado, colaborando intensamente com João Romano e cumprindo um trajecto de tarimba na Empresa Editora «O Recreio» que desembocará na formaliza-

421 do cartório notarial do notário António Tavares de Carvalho, pp. 55 verso e 56 (ANTT, Nono Cartório Notarial de Lisboa, livro número 421, caixa 85).

ção de uma sociedade comercial entre pai e filho, através da qual este entra oficialmente para a editora como um dos proprietários.

O ano de 1907 não é, por isso, para a editora um ano fundacional, mas de refundação, dadas as permanências da orientação da casa nos seus projectos. Não houve, pois, nenhum momento seminal nesta formalização de uma sociedade que já operava oficiosamente em conjunto. O que o acto normativo societário parece sinalizar é um caminho em direcção a uma actividade cada vez mais afastada de alguns modos produtivos de matriz mais artesanal, solidificando formalmente a empresa e conferindo ao seu funcionamento um cunho de revitalização, associado a uma natureza que rapidamente se vai assumir como intrinsecamente editorial. Procuravam João Romano e Carlos Bregante uma nova estrutura para afrontar uma realidade que nacionalmente contribuíram para transfigurar, no quadro de um sector que oscilava ainda entre uma «atomização do acto de editar, com iniciativas e encomendas espalhadas por tipografias, novas e antigas, e simultaneamente, (...) [a] consolidação de algumas empresas» (LISBOA e MELO, 2015: 31), afirmando-se num espaço urbano, Lisboa, que se dotava de «bolsas industriais, classes médias e uma pequena burguesia de dimensão suficiente para justificar o desenvolvimento do que, no Portugal do início do século XX, podiam ser as suas indústrias culturais.» (TRINDADE, 2014: 200).

Um dos traços denunciadores dessa transição e da dualidade que lhe é intrínseca é visível no tímido número de empresas que se designavam por editoras, perdurando as referências a livrarias, imprensas, tipografias e mesmo papelarias e litografias, não obstante as dinâmicas de transformação que se iam insinuando. Estas dinâmicas são detectáveis, antes de mais, no próprio espaço comercial e empresarial do livro em Lisboa, nas suas tendências de crescimento e de segmentação.

Com efeito, se excluirmos os estabelecimentos que se dedicavam a ambas as vertentes do mercado livreiro, enquanto as livrarias passam de 37 em 1895 para 41 em 1905, um crescimento relativo de 10%, as editoras passam, na mesma década, de 13 para 37, o que significa uma variação de cerca de 180%. (...) Assim, o aparecimento de editoras parece indicar que, concomitantemente a um alargamento do mercado com relativa expressão, há sobretudo uma diferenciação do mesmo com algum grau de acentuação. (ALVES, 2015: 49).

A própria Romano Torres inscreverá o lexema livraria como prefixo formal da sua actividade, e isto já em 1936, através de escritura de 15 de Julho, na qual o artigo segundo estabelece que a «denominação é substituída por Livraria Romano Torres e a firma sob que serão feitas as operações sociais é, como tem sido até agora, João Romano Torres & C^a.»²⁶ Só no segundo terço do novo século, portanto, e apenas após a morte do fundador, caía a referência explícita à génese d' *O Recreio*, para se adoptar uma terminologia em que o termo livraria ainda permanecia com lugar emblemático de destaque. E, até ao fim, remanesciam como elementos identificadores o nome de família (traço comum às entidades que então se dedicavam à impressão e à publicação de livros e periódicos) e o do fundador.

No caminho trilhado pela nova sociedade é a mediação da edição de livros e a especialização como editor que interessam, o que significará a breve trecho a abdicação do vector de impressão e tipografia. Em Junho de 1919 a empresa procede à venda «de todo o material tipográfico incluindo as duas machinas de impressão e motor electrico» no valor de 5.000\$00.²⁷ Carlos Bregante, com o apoio do pai, opta estrategicamente por não se dispersar funcionalmente, poupando ainda em custos fixos de manutenção e produtividade que justificassem a posse de material e oficina de impressão. Doravante, as componentes tipográficas dos trabalhos da editora passariam inapelavelmente pela adjudicação externa, grande parte deles a entregar à Imprensa Lucas, à Imprensa de Manuel Lucas Torres e à Lucas & Filho, dos tios Manuel Lucas Torres e Fernando Augusto Torres, e à Tipografia Henrique Torres, do seu irmão Henrique, reproduzindo o fluxo intra-familiar de encomendas que foi até muito tarde uma das marcas de água da matriz de negócio da Romano Torres.

²⁶ Escritura de 15 de Julho de 1936, lavrada de folhas 36 verso a 40 no livro número B-75 do cartório notarial do notário Fernando Tavares de Carvalho, p. 38.

²⁷ Veja-se a entrada número 444, de 30 de Junho de 1919, do Livro de Diário [número 1] da João Romano Torres & C.^a. Veja-se ainda Livro de Inventários e Balanços número 1. A partir deste momento, a não ser que exista indicação diversa, todas as vezes que os valores correspondam a escudos aparecerá apenas o símbolo do cêntimo (\$).

Dos conhecimentos úteis ou gerais à permanência da história como eixo editorial

Em linha com as incursões enciclopedistas consumadas ainda no século XIX, a sociedade formada por pai e filho ensaia novos caminhos pela edição baseada no conhecimento, acompanhando as tendências de sedimentação académica e política da ciência enquanto discurso sobre o mundo e a realidade, movimento mais vasto que o campo editorial português – como o estrangeiro, antes dele – procurou acompanhar. Nesta linha saem em 1910 duas obras traduzidas a partir das respectivas versões espanholas, conforme indicação dos próprios livros: *Os Grandes Phenomenos da Natureza: descripção scientifica e prática àcerca dos comêtas, dos vulcões, dos tremores de terra, trovoadas, raios, etc. elaborada segundo os mais notáveis trabalhos de Flammarion, Arcimis e Ballore* e *Os Astros e a Terra: descripção geral e minuciosa de todos os corpos celestes, da terra, dos varios planetas inhabitaveis, dos vulcões, dos tremores de terra, etc., etc.* Ambos os títulos, editados previamente em fascículos, são encimados pela inscrição *Sciencia ao Alcance de Todos*, a colecção onde se pretendia que fossem arrumadas as obras deste tipo, as únicas exclusivamente na área das ciências naturais que a editora publicará.

João Romano e Carlos Bregante lançam também uma *Encyclopedia de Conhecimentos Uteis*, em volume único. Vendida em tomos de 100 réis e fascículos de 20 réis, trata-se de um «[m]annual necessario a todas as boas donas de casa, contendo uma variada collecção de receitas e segredos familiares»,²⁸ contemplando ainda trechos literários, pensamentos, anedotário, conselhos práticos e de etiqueta e informações instrutivas. Editada na segunda metade dos anos 1900, a *Encyclopedia de Conhecimentos Uteis* é inserida na série que João Romano baptiza de Bibliotheca do Povo, que acaba por emparelhar como colecção com a *História de Portugal*, de Nicolas La Clède, numa tradução cuja revisão, anotações e continuação teriam ficado a cargo de «uma Sociedade de Homens de Letras»,²⁹ fórmula de legitimação através da autoridade gremial e

²⁸ Confirmam-se anúncios ao livro nas contracapas dos tomos d'*A Encyclopedia de Conhecimentos Uteis*.

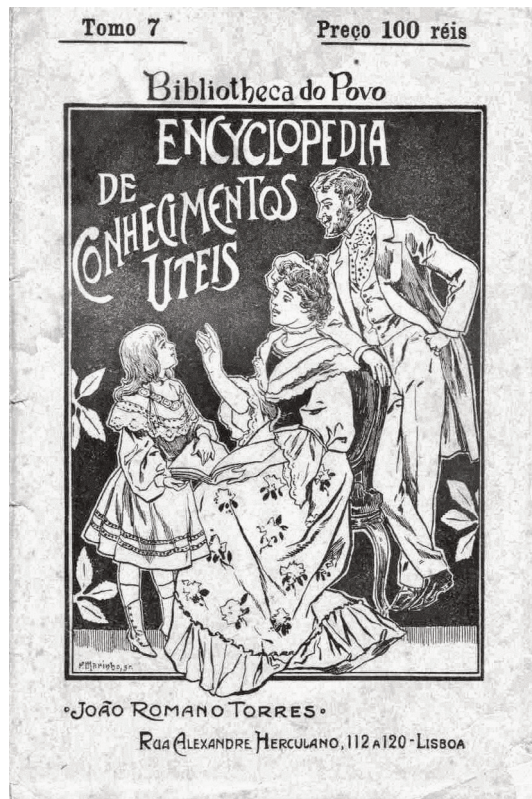


Figura 8 Capa de um tomo da *Encyclopédia de Conhecimentos Úteis*.

académica³⁰ que, afinal, correspondia ao labor solitário e ingente de Fernando Mendes, que o editor encarrega de tomar conta dos sete volumes, o que factualmente o converte em co-autor do livro. Aliás, do quarto ao sétimo volume, dedicados à dinastia de Bragança, que saem entre 1908 e 1911, o nome de Fernando Mendes surge explicitamente como autor, elidindo-se o nome de La Cléde. Saindo em fascículos ilustrados de 20 réis e tomos de 100 réis (depois, dez centavos), com capas de Pires Marinho Júnior (autor igualmente da ilustração da capa d'A *Encyclopédia de Conheci-*

²⁹ Capas dos tomos da publicação.

³⁰ Refira-se que esta busca de autoridade formal nunca foi apanágio consistente da Romano Torres, que optava por outras vias de interpelação do público a quem destinava as suas edições.

mentos Uteis, figura 8, e que assinará um extenso e sortido conjunto de capas para a Romano Torres), fotografias e ilustrações buriladas de Alberto de Souza, publica-se entre 1905 e o início da década de 1910. Com o extenso novo contributo de Fernando Mendes, intitulado *Historia Contemporanea de Portugal. De 1815 a 1912* (editado em fascículos correlatos de dois volumes entre 1911 e 1912), a editora já podia apresentar ao mercado uma história de Portugal completa e vendida parcelarmente, o que alargaria as suas hipóteses de venda.

Fernando Mendes passa a ser um dos maiores colaboradores de João Romano e de Carlos Bregante. Ainda da lavra de Fernando Mendes sai a partir de 1908 *A Dynastia de Bragança. Historia de Portugal desde a Restauração de 1640 ate aos recentes acontecimentos políticos*, volumosa obra em seis volumes, em boa parte integrados anteriormente no livro de La Clède, noutra parte tendo já sido dados à estampa como *Historia Contemporanea de Portugal. De 1815 a 1912*. Não se trata de um texto novo, mas de um livro novo, que resulta portanto da junção dos últimos volumes da *História* de La Clède com os volumes da *Historia Contemporanea de Portugal. De 1815 a 1912*. Com *A Dynastia de Bragança*, os editores inventam uma nova publicação, inexistente enquanto tal anteriormente, apesar de produzida com texto previamente editado. A argúcia editorial engorda não apenas o catálogo, mas proporciona obra diversa, posta a circular com a premissa de aumentar o espectro de consumo de um mesmo texto. Estes grossos volumes de Fernando Mendes – sempre superiores às 1.000 páginas – prenunciam a colaboração materializada já nos anos 1930 noutro dos grandes projectos editoriais da Romano Torres, a colecção Portugal Histórico, de que foi o primeiro director, sendo de sua autoria os primeiros sete volumes. Agregações e desagregações de livros posteriormente a uma primeira edição não foram, pois, acções desconhecidas na Romano Torres.

A história persiste – e persistirá até ao fim – como um dos suportes da editora. Desde os tempos seminais, a editora fizera da história, sobretudo da história de Portugal, um dos pomos da sua actividade. No início da década de 1920 os volumes de outro autor, Armando Ribeiro, bem como a *Historia Contemporanea de Portugal* (de Fernando Mendes), a *Historia de Portugal* (de La

Cléde) e o *Descobrimento do Brazil* são agregados num conjunto a que a Romano Torres dá o nome de *Cronicas da Historia Patria*. Num outro registo, menos frequente, mas que não deixou de ir emergindo na actividade da editora e pontuando algumas publicações, aparecem obras debruçadas sobre circunstâncias actuais e contemporâneas da sua própria realização. Não serão discursos de matriz historiográfica mais distanciada no tempo, dada a quase simultaneidade entre os acontecimentos descritos e a sua ocorrência, constituindo outrossim narrativas de análise imediata e ritmo de elaboração muito rápido. A ilustração mais típica e impressiva deste aspecto será o trabalho de dimensão mais reduzida que César da Silva assinou na Romano Torres: *A Revolução de 14 de Maio*, com 116 páginas. Excurso acerca do movimento revolucionário de 14 de Maio de 1915, o livro é escrito literalmente em cima dos acontecimentos, terminando com a indicação da data em que se completou a sua escrita, 18 de Junho de 1915. Este caso ilustra igualmente a capacidade de escrita de alguns escritores e tradutores com que a Romano Torres pôde contar, contribuindo vincadamente para o ritmo e intensidade imprescindíveis à cadência produtiva exigida pelos seus modelos editoriais, estribados na produção serializada (COUÉGNAS, 2008) e parcelarizada e na oferta comercial com prolongamento textual.

A edição de obras de ambição mais abarcante e internacional, versando sobre temas históricos irrestritos à história de Portugal é também durante muito tempo apanágio da Romano Torres. Continuou, por um lado, a dar alguma atenção a edições relativas a acontecimentos pretéritos, de que é exemplo a obra de Louis Blanc, *Historia da Revolução Franceza*, com publicação encetada em 1908 e vendida por assinatura a 100 réis o tomo, dando origem a dois volumes completos em 1910. E também não ignorou, por outro lado, também na vertente externa, o momento presente e a sua relevância, designadamente a conflagração da Primeira Guerra Mundial, sobre a qual irá publicar em fascículos ainda antes do fim da década de 1910 os livros *Historia Illustrada da Guerra de 1914*, de Bernardo d'Alcobaça (um pseudónimo de atribuição provável a Pedro Herculano de Moraes Leal), e *A Grande Guerra: chronica episodica e anedoctica da conflagração europeia*, de Vasco de Lucena. Já antes, no período imediatamente anterior



Figura 9 Capa de *O Golpe Alemão*. Documentário da actualidade: 1936.

ao conflito mundial, a editora publicara o volume ilustrado de Eduardo de Noronha, *A Guerra nos Balkans* ou, como surgia no interior do livro, *A Questão do Oriente: a guerra nos Balkans*, sobre o momento que antecedeu a primeira conflagração mundial, que não se iniciara ainda aquando da edição do livro.

Não tendo sido um dos géneros mais cultivados pela editora, que sempre preferiu a obra de temática mais pretérita, o texto de veia histórica (mas não necessariamente historiográfica) incidindo em acontecimentos coevos do momento presente a partir da recolha e sistematização documental, numa espécie documentário escrito, foi conhecendo presença ocasional no catálogo. Um outro exemplo, ainda no plano de tópicos internacionais, consiste na publicação em 1936 de um volume de Fernando Ralph, o único deste

pseudónimo de João Amaral Júnior na Romano Torres,³¹ intitulado *O Golpe Alemão. Documentário da actualidade: 1936*, e com uma capa formada pela figura desenhada de Adolf Hitler enquadrado por uma bandeira com a cruz suástica (figura 9). Merece menção o facto de que, tal como Eduardo de Noronha, na aparentada obra *A Guerra nos Balkans*, também Fernando Ralph tem assomos de profecia no seu livro, que termina desta forma:

Tal é a situação no momento em que fechamos êste resumo encetado na data memorável de 7 de Março [de 1936] – data que marcará para o mundo ou o início duma era nova no entendimento mútuo das nações ou o desencadear duma guerra tenebrosa cujo fim bem poderá ser o imperio da Fôrça ou o Caos, coisas éstas que pouco se diferenciam no muito irmãs que são. (RALPH, 1936: 200).

Regressando à década de 1910, duas das traves-mestras da editora até então vão articular-se, coligando a herança dicionarística com a veia enciclopedista para produzir mais um cometimento editorial de monta que se traduz na publicação entre 1917 e 1921 do *Diccionario Universal Illustrado Linguistico e Encyclopedico*, dirigido por Eduardo de Noronha. Com onze volumes *in-octavo* grande (23,5 por 16 centímetros), vendia-se em fascículos semanais de 16 páginas (40 réis) ou tomos mensais de 72 páginas (200 réis), saindo cada volume encadernado a 9.000 réis e, já nos anos 1920, a 33\$00. Será a derradeira edição do género a possuir a chancela da Romano Torres, encerrando um período de edição dicionarística de ambição geral, pautado por obras de referência e de grande fôlego. No caso do *Diccionario Universal Illustrado Linguistico e Encyclopedico* o escopo é o mais alargado possível. À semelhança do que sucedera com o dicionário *Portugal*, terminado apenas dois anos antes de ser iniciada a publicação dos volumes dirigidos por Eduardo de Noronha, o projecto é concebido para um leque o mais lato possível de destinatários, com a ênfase colocada no valor de aquisição sem que o intuito prejudicasse a qualidade e exaustividade.

³¹ Conforme recibo de 10 de Dezembro de 1938, comprovando a liquidação de direitos do volume escrito «sob o pseudónimo de Fernando Ralph» e atestando ainda remuneração de direitos autorais pelos «6 volumes originais» da colecção Dramas da Espionagem, que o autor escrevera sob o pseudónimo de George Lody.

Antes, num outro domínio no livro que procura fazer a síntese entre a obra de cariz científico e o manual de utilização prática, tinham saído entre 1908 e 1910 os quatro grossos volumes (cada um com mais de 700 páginas) do *Diccionario de Hygiene e Medicina*,³² cuja autoria, embora não indicada, coube a Fernando Mendes. O escritor personificava na sua colaboração com a editora a figura de um autor multifacetado, capaz de se entregar a trabalhos de natureza muito diversa, o que será um dos traços mais constantes na actividade da Romano Torres ao longo do seu trajecto. Aproveitando a voga dicionarística encetada pela editora no final dos anos 1890, publicava-se sobre saúde, um tema diverso do escopo linguístico, histórico e corográfico, e que acabará por não vingar no longo prazo como elemento identificador da Romano Torres.

A editora não deixa, todavia, de consagrar várias obras ao tema da saúde, sobressaindo dois títulos, editados em fascículos: *A Mulher Medica na Familia* (1922) e *O Medico da Familia* (terminado de editar em 1931), ambos dirigidos por A. Duarte de Almeida. As obras são formuladas e veiculadas como manuais e não como álbuns (apesar de um formato com comprimento de 24 centímetros), reforçando o seu propósito de um uso prático, mesmo que formassem quando completas volumes de 740 e 800 páginas, respectivamente. *O Medico da Familia* é uma das obras que fecha o ciclo de livros especificamente dedicados à saúde, que incluiu ainda títulos saídos nos anos 1920 como *Gymnastica Respiratoria. Teorica e pratica, Manual Pratico de Gynastica* ou *Para Gosar Saúde. Como Viver 100 Anos*, este, já de 1931 e integrado como volume na série Livros Interessantes.

Em mais do que uma ocasião o tema da saúde constituiu o pano de fundo que se intersectou com a sexualidade. E era a questão sexual que, nesses casos, se impunha efectivamente como tema dominante. Tome-se o caso paradigmático da Biblioteca Scientifica Sexual, colecção iniciada provavelmente nos anos 1910 e inteiramente dedicada a questões da sexualidade e que não se abstém de

³² Cujo título completo é: *Diccionario de Hygiene e Medicina ao alcance de todos abrangendo Cuidados especiaes para com as crianças e com as mães – Hygiene curativa, profissional e preventiva – Hygiene da vista, da voz, do ouvido – Causas, symptomas e tratamento de todas as doenças – Medicina para casos urgentes – Accidentes, envenenamentos, etc. Plantas uteis e medicinaes – Aguas mineraes – Regimen. Etc., etc.*

tratar e aprofundar os tópicos que a época consideraria mais arrojados. Fá-lo orientando o leitor para uma óptica caucionada cientificamente, como se vê, por exemplo, no volume *Onanismo* (figura 10), da autoria do recorrente Dr. Henri Boissier – como é identificado na capa – ou do Dr. Desormeaux – como consta do interior do livro. A abreviatura académica não pode faltar, garantindo o carácter legítimo e sério do conteúdo e da forma como é explorado, sendo o autor apresentado como «Professor de medicina legal e membro da Academia de Medicina de Paris» (BOISSIER/DESORMEAUX, s.d.: página de rosto).

A colecção Biblioteca Scientifica Sexual compunha-se, no que terá sido uma primeira série, de mais de vinte pequenos volumes brochados vendidos a 1\$00,³³ formato que obviamente visava a circulação alargada dos livrinhos. A década de 1920 parece ter trazido uma reconfiguração da colecção, que ostenta títulos diversos dos que a integravam no período anterior,³⁴ aumentando o seu número de páginas e o preço, que passa para 3\$00 e depois para 5\$00. A natureza científica permanece como nota dominante na apresentação da colecção. Esta preocupação é ilustrada na perfeição pelo livro de Paul Durand, *Hygiene do Amor*, com versão de A. Duarte de Almeida, editado já na segunda metade dos anos 1920, e que corresponde a uma abordagem de molde científico, cristalinamente enquadrado na primeira frase do texto: «Os prazeres sexuaes é uma das partes da hygiene, que exige as mais sérias meditações.» (DURAND, s.d.: 5). Ou ainda por *A Arte de Amar e Ser Amado. Escola de amor para o sexo forte*, título de um «Dr. Jaf», «um homem de sciencia cujo nome se tornou ha muito conhecido no campo».³⁵ A publicidade a esta obra apresenta-a como

³³ Por ordem, os títulos são os seguintes: *Virgindade e Desfloração, Geração e Fecundação, O Casamento, O Coito e o Amor, Gravidez e Parto, Impotencia e Esterilidade, Pederastia (Inversão Sexual), Hysterismo, Onanismo, O Amor e o Vicio, Anatomia e Funções dos Orgãos Genitales, O Amor Conjugal, Doenças Venereas, A Esterilidade e a Impotencia Vencidas, A Syphilis, A Prostituição, Segredos do Casamento, Segredos da Geração, Hygiene Sexual, O Acto Breve, Amores Lesbios (Vicios Femininos) e Amores Sensuaes.*

³⁴ Segundo o Livro de Inventário Auxiliar número 1, em 31 de Dezembro de 1928 os títulos da colecção são os seguintes: *A Perseverança do Amor, O Altar de Vénus, A Arte de Amar e Ser Amado, Amor e Segurança, Vida Sexual, Fisiologia do Amor, Prazeres Secretos do Amor, Que Devem Saber as Mulheres, Amor e Sensualidade, Prazeres do Amor e Higiene do Amor* (p. 7).



Figura 10 Capa de *Onanismo*.

«um inigualável tesouro dos processos mais ocultos das receitas da mais incontestável eficácia em matéria amorosa para, por todos os meios conhecidos, se alcançar o gôso divino que resulta da vida sexual bem compreendida.»³⁶ Com a Biblioteca Científica Sexual a Romano Torres acabou por fornecer abundante material bibliográfico para o debate que então se produzia em Portugal em certos círculos acerca de questões ligadas à sexualidade, à procriação e à liberdade afectiva.

Esta permanência da perspectiva científica como denominador comum da colecção deliberadamente publicitado por Carlos Bregante sinaliza a vontade do editor em propor os volumes como

³⁵ Publicidade inserta em *Arte de Conquistar os Homens*, de Luiza Moore, Lisboa, João Romano Torres & C.^a, s.d. [1926], s.p. [p. 126].

³⁶ *Ibid.*, s.p. [p. 126].

obras fundamentadas e tituladas de modo menos exuberante, características que ao mesmo tempo lhe poderiam evitar problemas com os poderes públicos, anseio em que nem sempre terá sido bem-sucedido. Pelo menos um dos livros da colecção nesta sua segunda fase foi proibido pelo esquema censório da ditadura: *Altar de Vénus: os prazeres secretos do amor*,³⁷ da autoria do Dr. Jaff e editado em 1922 numa tradução de A. Duarte de Almeida.³⁸ A proposta editorial da colecção não procurava, no entanto, reduzir os volumes que a compunham a um excuro neutro e técnico da actividade sexual humana, cujo mercado, aliás, haveria de ser pouco expressivo. A estratégia de ampliar as vendas de cada número da Biblioteca Científica Sexual percebia-se na publicidade que a editora fazia da mesma, suportada por frases apelativas como a que promovia *A Arte de Amar e de Ser Amado* como «Escola de amor para o sexo forte» apresentada num «esplendido volume bem ilustrado».³⁹

O romance histórico ou o outro lado da história como alicerce da editora

O apelo das edições de base histórica, fosse de cariz mais descritivo, didáctico-enciclopédico ou biográfico, fosse de natureza ficcional, avultando o romance histórico como género de eleição,

³⁷ Este livro conheceu uma edição anterior na Romano Torres, provavelmente na primeira fase da colecção, com subtítulo mais sugestivo do que o que veio a subsistir na segunda fase da colecção: *Altar de Vénus: os prazeres secretos do peccado*.

³⁸ Nos arquivos do Secretariado Nacional de Informação, Direcção dos Serviços de Censura, em depósito no Arquivo Nacional da Torre do Tombo não se encontra o relatório de apreensão deste volume da Biblioteca Científica Sexual, podendo esse documento nunca ter sequer existido. Este, como outros apuramentos, de obras da Romano Torres proibidas pela censura ou alvo de cortes resultam do cotejo de várias fontes (Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, 1939; Associação dos Editores e Livreiros Portugueses, 1974; Presidência do Conselho de Ministros – Comissão do Livro Negro Sobre o Fascismo, 1981; ALVIM, 1992; BRANDÃO, s.d.), incluindo os arquivos do Secretariado Nacional de Informação, Direcção dos Serviços de Censura, depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

³⁹ Publicidade inserta em *Os Olhos do Mal*, de Oscar Vaudin, Lisboa, João Romano Torres & C.^a – Editores, s.d. [1923].

cunhara a produção e a identidade editorial da Romano Torres desde a sua génese. Para além de obedecer a uma certa preferência dos editores (muito clara em Carlos Bregante) e à identificação de um nicho que, apesar da mudança nas circunstâncias políticas, literárias e de mercado editorial, logrou perseverar, a opção pelo livro de carácter histórico ou baseado em momentos e personagens significativos historicamente era lógica porque proporcionava um equilíbrio ao catálogo, matizando o peso das traduções e franqueando a porta da editora à colaboração de autores nacionais.

A assunção de um devir editorial suportado em boa medida pela edição de livros de base histórica inscreveu-se, por isso, duplamente no labor da editora. Por um lado, cunhou uma matriz de apresentação simbólica que persistiu na auto-referenciação da Romano Torres, que não deixou de procurar nesta via a projecção de uma certa legitimidade, por contraponto a outros géneros e tipos de edição que a casa também albergava. Por outro lado, o peso da história configurou uma aposta comercial permanente, cuja consistência se jogou na forte interligação editorial entre o registo enciclopédico e o historiográfico, como as biografias ou os livros temáticos, e o registo ficcional, traduzido essencialmente no romance histórico.

João Romano e Carlos Bregante prosseguirão a via percorrida desde as primeiras edições de Artur Lobo d'Ávila e de Rocha Martins, embora com protagonistas diversos. Francisco Rocha Martins permanece nos anos 1910, é certo, como autor da editora, nela publicando logo no princípio da década dois livros de um volume cada: *A Flôr da Murta*, romance acerca do reinado de Dom João V, e *A Ribeirinha*, ficção sobre a amante de Dom Sancho I. Mas a exuberância da colaboração entre escritor e editores está esmaecida. Há reedições no decénio seguinte, durante o qual vem a lume em 1922 a última obra de Rocha Martins na editora: *Spartacus: a agitada história d'um homem na eterna asperação do mundo*. Por outro lado, a Romano Torres continuou a publicar títulos traduzidos, destacando-se os romances históricos de Antonio Contreras (*Rainha e Mendiga*) e de Edmond Ladoucette (*Amor de Maldição, O Bastardo da Rainha e As Favoritas de Luiz XIV*).

A generalidade destes títulos vendia-se no regime de assinatura permanente, recurso costumeiro da edição de então, e so-

bejamente utilizado por João Romano e Carlos Bregante, facilitando uma venda mais espaçada, mas mais duradoura no tempo, transformando a própria ideia de processo linear na edição, pois subvertia o conceito de lançamento da obra associado a um período limitado, alterando igualmente a noção de número de ordem de impressão ou edição (já que tornava mais difícil, senão conceitualmente pelo menos materialmente, falar em primeira impressão ou edição, distinguindo-a de posteriores impressões ou edições). Além disso, flexibilizava os comportamentos de compra, pois consentia práticas como a retoma de uma colecção interrompida.

As primeiras décadas do novo século destacarão, no entanto, três nomes acima dos outros no romance histórico editado sob chancela da Romano Torres: César da Silva, Eduardo de Noronha e, sobretudo, António de Campos Júnior. Os títulos destes escritores constituíam sucessos de venda, obtendo os favores do público. Foi no domínio do romance histórico que Campos Júnior pontificou, género que interessou aos editores e que granjeou fama e sucessivas edições à obra deste militar, numa carreira literária assente essencialmente na ficção. Tanto o folhetim publicado em jornal como o meio editorial do livro franqueavam as portas a este tipo de literatura, promovendo a sua multiplicação finissecular, num momento em que o espaço para a tradução conhece alguma redução no catálogo das editoras portuguesas (LOPES, 2001).

O jornal *O Século*, onde Campos Júnior foi redactor, publica grande parte da sua obra em folhetim, editando posteriormente a Typographia da Empresa do Jornal «O Seculo» as primeiras edições em livro desses romances. Em livro saem dois títulos em 1899: *Guerreiro e Monge*, o seu primeiro romance histórico, e *O Marquez de Pombal*. Ambos os livros conhecem rapidamente novas edições. Em 1901 sai a primeira edição de *Luiz de Camões*, seguindo-se-lhe a segunda edição em 1904. Saíndo dos prelos em ritmo acelerado, em 1903 é dada à estampa *A Filha do Polaco*. João Romano e Carlos Bregante estão atentos à carreira literária e, sobretudo, editorial de Campos Júnior, que vêm como um autor reconhecido pelo público, perfeitamente capaz de integrar o catálogo da sua editora, tanto pela temática do romance histórico⁴⁰ como pelo su-

⁴⁰ A expressão «romance histórico» é, aliás, a nota comum na subtitulação destes romances de Campos Júnior publicados na editora de *O Século* e depois re-

cesso de vendas dos seus livros. As suas diligências para captar o escritor e os seus escritos para o catálogo da João Romano Torres & C.^a, que no final da década de 1900 e durante vários anos da década seguinte ainda surge em vários livros como Empresa Editora «O Recreio»,⁴¹ obtêm sucesso e transformarão António de Campos Júnior num dos autores-emblema da casa, cujas edições e reedições se sucederão até meados dos anos 1960.

Motivados pelo interesse na edição de todos os romances históricos do autor, os editores da Romano Torres adquirem os direitos das obras publicadas previamente, ao mesmo tempo que se esforçam por garantir a exclusividade de originais ainda não publicados. O primeiro inédito cujos direitos são comprados pela editora é o texto de *A Rainha-Madrasta*, adquirido em 1911. O ritmo de aquisição e de edição é rápido, consumando-se a comercialização destes títulos por fascículos e tomos, podendo ser agregados em volumes a encadernar, e depois em volumes. Em 1921, o catálogo da Romano Torres contava com as seguintes obras do autor: *A Estrela de Nagasaki*, *A Filha do Polaco*, *Guerreiro e Monge*, *Luiz de Camões* (figura 11), *O Marquez de Pombal*, *A Rainha-Madrasta*, *Santa Patria*, *A Senhora Infanta*, *Pedras que Falam* e *O Pagem da Duqueza*.⁴² Este conjunto constituía-se de edições parcelarizadas em tomos de 100 ou 200 réis, disponibilizados em assinatura permanente em versões ilustradas com gravuras e capas a cargo de Alfredo de Moraes.

Campos Júnior assume-se desde logo como o autor português mais rentável da editora nessa época, reeditando Carlos Breghante e João Romano logo na década de 1920 as obras do autor

tomados pela Romano Torres. A estratégia de autoclassificação de uma obra neste género – funcionando como mecanismo orientador da recepção – não era nova. «Desde meados do século XIX que os (sub)títulos de romances históricos se autoclassificam como tal» (PUGA, 2006: 9).

⁴¹ Formalmente, a designação comercial da firma João Romano Torres & C.^a mantém-se Empresa Editora «O Recreio» com a firma João Romano Torres & C.^a até 1936. Só com a escritura de 15 de Julho desse ano, o nome comercial da editora passa a Livraria Romano Torres. Veja-se escritura de 15 de Julho de 1936, lavrada de folhas 36 verso a 40 no livro número B-75 do cartório notarial do notário Fernando Tavares de Carvalho.

⁴² A primeira edição de *Os Últimos Amores de Napoleão*, a continuação de *A Filha do Polaco*, é de 1923, tendo sido adquirida a Maria das Dores Teixeira de Campos, viúva de Campos Júnior, conforme recibos de 1923.

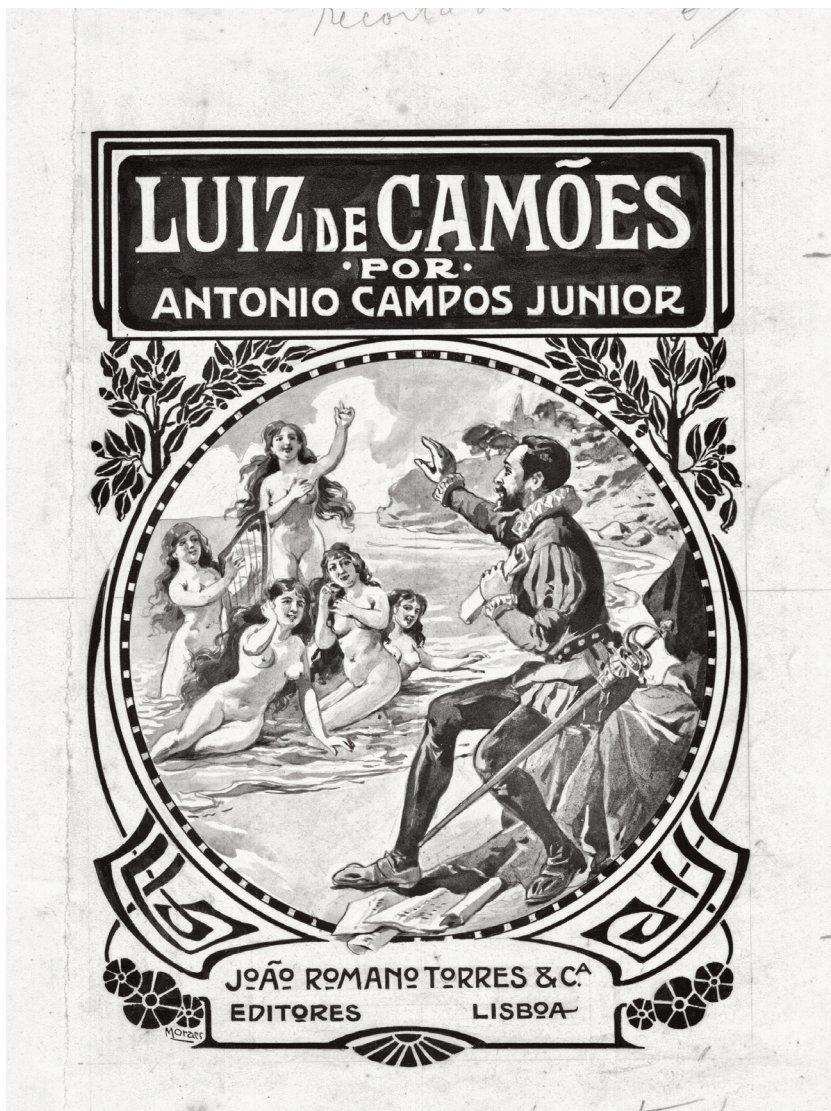


Figura 11 Desenho original da capa de *Luiz de Camões*, de Alfredo de Morais.
Fonte: Arquivo Histórico Romano Torres.

num ritmo muito rápido e relativamente incomum. As sucessivas reedições não significavam o fim da sua comercialização a partir da fórmula por assinatura. No caso da terceira edição de *Santa Patria*, por exemplo, fomenta-se a compra por assinatura, que podia ser feita através da compra de tomos de 1\$25 e de volumes completos brochados, ao preço de 15\$00 cada. Ambas as modalidades envolveriam uma prática antiga, a oferta de um brinde constituído por uma estampa reproduzindo quadros da história de Portugal.

O surto editorial de António de Campos Júnior é inegável, constituindo um dos esteios de vendas da casa que o adoptou. O ritmo de reedições baixa, mas não o seu número, convertendo o autor no escritor português mais reeditado na história da Romano Torres. *Luís de Camões* chega à quinta edição em 1954, marca atingida por *A Filha do Polaco* em 1960 e por *Pedras Que Falam* em 1964. A sexta edição de *O Marquês de Pombal* é posta à venda em 1959. Em 1962, *A Ala dos Namorados* conhece uma quarta edição. A última reedição na Romano Torres de uma obra de Campos Júnior data de 1965, respeitando à sétima edição de *Guerreiro e Monge*, bem mais de meio século volvido sobre a estreia deste título na editorial. Os livros de Campos Júnior constituíram o reduto mais identificativo do romance histórico no catálogo da Romano Torres, sobrevoando as mudanças ocorridas na actividade da editora entre as décadas de 1910 e 1960 e remanescendo como uma das suas marcas mais reconhecíveis, com vários títulos a conhecerem uma carreira de várias décadas. Em termos de quantidade de edições, na editora apenas ombreiam com Campos Júnior os nomes de Emilio Salgari e, sobretudo, de Max du Veuzit.

Para além do fenómeno editorial Campos Júnior outros nomes pontificam como pesos pesados do romance histórico editado na Romano Torres nos alvares do século XX, disputando as posições cimeiras. Um desses nomes é Alfredo Augusto César da Silva. Não esgotando o seu contributo na ficção histórica, é neste género que se consubstancia uma grande fatia da sua escrita, que o autor divide com a narrativa episódica e de sistematização factual, que alberga sob o designativo crónica. É nestes dois géneros que César da Silva se notabiliza na sua relação com a Romano

Torres. Num itinerário semelhante a tantos outros casos, César da Silva circulou enquanto autor pelas empresas editoriais da família Torres. Em 1900 publica *O Descobrimento do Brazil* na Imprensa Lucas. Henrique Torres edita-lhe *Mosteiro dos Jeronimos: historia e descripção do monumento* e *A Rainha Santa Izabel. Romance historico*.

A inserção dos seus livros no catálogo da Romano Torres significará um período de prodigalidade na escrita, sucedendo-se os manuscritos entregues à editora. A estreia dá-se com *Amôres de uma Rainha: romance historico do reinado de D. Affonso VI*, na entrada para a segunda metade da década de 1900, em edição ilustrada por Roque Gameiro e Alfredo de Moraes com gravuras a cores, com os fascículos a serem vendidos por 40 réis, os tomos por 100 réis e cada um dos dois volumes brochados por 3.000 réis. Em 1909 começa a publicar-se a extensa obra *O Marechal Saldanha*, romance histórico ilustrado por Alfredo de Moraes e Pires Marinho, dupla que muito se articulará na concepção dos desenhos de capa e miolo de múltiplas obras da Romano Torres nas primeiras décadas de novecentos. Em 1910 sai novo romance histórico, *Os Patuleias*, ultrapassando o milhar de páginas. Ambos os títulos são reeditados poucos anos depois.

Entre 1914 e 1930, exceptuando as reedições, César da Silva só assina na Romano Torres obras de índole descritiva e cronística, filiadas numa narrativa não ficcional de divulgação e vulgarização de fundo histórico, abandonando o romance histórico e especializando-se em obras de dimensão mais reduzida, todas emolduradas pela expressão «crónica episódica», indicação de que, segundo o autor, não se trataria de uma investigação historiográfica: *A Execução dos Tavoras: cronica episodica. Elementos para a reconstituição da época de D. José I*, *O Conde de Castelo Melhor: chronica episodica do reinado de D. Affonso VI*, *A Derrocada de um Trono: cronica dos dois ultimos reinados em Portugal (1889-1910)*, *D. Carlota Joaquina: chronica episodica*, *O Prior do Crato e a Sua Época: cronica episódica*, *O Marechal Saldanha: cronica episodica das lutas liberais em Portugal* e *Inês de Castro: cronica episodica*, o derradeiro livro de César da Silva com chancela da Romano Torres. Nestas obras César da Silva mostra-se refractário a que possam confundir os seus exercícios com empreendimentos

historiográficos mais profundos, livrando-se, de uma assentada, de críticas ulteriores e posicionando leituralmente estas obras num consumo não erudito e, portanto, mais lato no seu público potencial. Há reedições durante os anos 1930, embora a obra publicada pareça não resistir no catálogo da editora muito para além desse decénio.

O terceiro nome a reter desta fase em que o romance histórico foi assegurado na Romano Torres pelo triunvirato autoral referido é o de José Eduardo Alves de Noronha. Antigo oficial do exército, dedica-se com afinco ao jornalismo e à escrita, que abraçará a tempo integral depois dos 50 anos. É um autor de sucesso considerável e plural nos géneros prosseguidos ainda antes de encetar a sua colaboração com a Romano Torres. A sua primeira obra na editora não é, porém, no domínio da história, nem tampouco no romance, correspondendo antes à direcção de um labor de grande fôlego e duração estendida temporalmente: o *Diccionario Universal Illustrado Linguistico e Encyclopedico*. Fora desta ventura editorial, é no âmbito da ficção, sobretudo do romance histórico, que Eduardo de Noronha respalda a sua colaboração com a editora. O ano de 1921 é um momento de viragem no contributo literário do escritor para a Romano Torres.

Terminada edição do *Diccionario Universal Illustrado*, saem vários títulos da pena do escritor, formando uma sequência narrativa entre si. Editado em 1921, o seu romance histórico *O Conde de Farrobo e a Sua Época*, é rapidamente suplementado nesse ano e no seguinte com as sequelas *Millionario-Artista: romance histórico*, *A Sociedade do Delírio* e *Estroinas e Estroinices. Ruína e morte do Conde de Farrobo*. Com a série do Conde de Farrobo, Eduardo de Noronha assume adentrar território narrativo cujo domínio e bases factuais não lhes são conferidas por título formal ou prática de timbre académico. Procura dar o melhor de si para entregar ao leitor «uma narrativa romantizada, aligeirada de diálogo, entremeada de anedotas, matizada de episodios e de incidentes históricos, vividos, colhidos na lenda popular ou na tradição das famílias.» (NORONHA, 1922: 5).

Num lapso de tempo muito curto, correspondendo à primeira metade do decénio de 1920, sucessivas obras de Eduardo de Noronha engrossam o catálogo da Romano Torres, revelando não

apenas um escritor prolífico, mas também diverso, já que ao livro de timbre enciclopédico e à ficção histórica acrescenta a narração de factos e episódios e até obras como *Ellas na Intimidade. Notas e observações*, de 1925, «um livro de leitura amena»,⁴³ segundo anúncio da editora. Em 1929 chega às livrarias *Reinado Florescente: soberano pacífico. Alguns elementos para a reconstituição da época de D. Luiz*. O surto editorial vintista de Eduardo de Noronha na Romano Torres, aparentemente imparável, estanca ainda antes do começo da década de 1930, conhecendo um longo interregno, só interrompido em 1945, com a publicação de *O Conde de Farrobo: memorias da sua vida e do seu tempo*. Esta publicação sela a derradeira obra do autor na Romano Torres.

A lógica de produção e apresentação editorial deste conjunto de escritores hesita entre uma tendência inicial, ocasionalmente recuperada, de os inserir em séries associadas aos seus nomes tomados isoladamente (sob o designativo Obras de...) e uma prática, nem sempre consistente, de os federar como séries alojadas em colecções dotadas de amplo leque de agregação. Nos anos 1930, por exemplo, é comum que a publicidade aos livros de autores como António de Campos Júnior, Eduardo de Noronha, César da Silva ou Artur Lobo d'Ávila os cunhe a partir da formação de séries autónomas. Mais tarde nessa década, essas mesmas séries são aglutinadas sob o grande guarda-chuva de uma colecção baptizada como História Nacional. Outros nomes são igualmente apensados a esta colecção, como, por exemplo, José Rosado e o capitão Silva Neves, a propósito do livro *9 de Abril. Romance dos portugueses na Grande Guerra*, de 1933, embora sem a projecção e a dimensão dos escritores considerados primazes pela editora. A lógica de inserção destas obras em conjuntos de sentido unitário não era sempre a mesma. No último lustro dos anos 1930, a Romano Torres opta por anunciar os seus livros de ficção histórica a partir de um sortido compósito de obras de vários autores, aglutinando-os sob outra designação genérica a que recorreu amiúde: Romances Históricos, categoria em que a editora englobou títulos de Campos Júnior, Rocha Martins, Eduardo de Noronha, César da Silva e

⁴³ Contracapa de *Punhaes Misteriosos*, de Reinaldo Ferreira, Lisboa, João Romano Torres & C.^a, s.d. [1926].

ainda autores como Antonio Contreras (*Rainha-Mendiga*) ou Roger Peyre (*Napoleão. A sua vida e a sua época*).

De Carlos Bregante Torres a A. Duarte de Almeida: declinações do editor

Ao participar formalmente na empresa e ficar com a responsabilidade pelo seu rumo editorial, Carlos Bregante não é um aprendiz. Procura ocupar o seu próprio espaço e explorar novas direcções, tentando proceder a um equilíbrio nem sempre fácil. Por um lado, não deixa de preservar e até aprofundar e expandir um conjunto de temas e géneros que haviam sido até 1907 os alicerces que suportaram a actividade da editora e lhe conferiram uma identidade e um posicionamento face ao campo. Depois de consolidada a nova fase da vida interna da editora, com o seu fundador a delegar paulatinamente no filho o destino do catálogo, a autonomia de que Carlos Bregante goza na componente editorial levá-lo-á a territórios até então pouco explorados pela empresa, embora na sua maioria em áreas de certa forma contíguas ao espírito e à história da Romano Torres. Os anos 1920 e 1930 não serão laboratórios de loucas experiências editoriais que fracturassem em dois o percurso da Romano Torres (até então e depois daí), metamorfoseando a sua produção. Mas estes dois decénios marcarão seguramente um período em que a casa abraça novas ideias e aborda novos temas, congregando novos colaboradores, alguns dos quais influenciarão decisivamente o percurso da empresa e da sua oferta literária.

Uma das novidades consistiu no lançamento em 1925 de uma colecção de literatura para a infância, âmbito editorial até então inexplorado pela editora, e que começava a despontar como mercado. A literatura especificamente concebida e editada para a fruição infantil vivia um trajecto de aparição no ecossistema editorial, preparando-se para um surto de desenvolvimento que haveria de conduzir a uma lenta mas segura consolidação, estabelecendo-se um mercado que registou um aumento significativo de livros publicados e de colecções específicas a partir do início do século XX, acelerando nas décadas de 1910 e, sobretudo, de 1920 (PATRIARCA, 2012).

É neste quadro que o convite à inovação é dirigido à Romano Torres, na figura de Carlos Bregante, para efeitos da inauguração de uma colecção que reflectisse o novo mercado em formação. Esse convite foi feito por um tradutor com colaborações na Romano Torres, Henrique Vasco da Costa Marques Júnior, filho do editor Henrique Marques, ambos ligados a João Romano e a Carlos Bregante por laços de amizade e partilha de ofício (no caso de Henrique Marques). O *petit monde* dos editores, tão bem descrito por Henri-Jean Martin e Lucien Febvre (1958), e actualizado como *small world* por Lewis Coser, Walter Powell e Charles Kadushin (1982), permanecia como premissa do espaço social habitado pelas entidades produtoras e comercializadoras do livro impresso e, portanto, das sociabilidades resultantes. Hesitante ao princípio, o editor abraça a ideia proposta por Henrique Marques Júnior, nascendo a Colecção Manecas, nome sugerido por Carlos Bregante. A história é resumida pelo próprio Henrique Marques Júnior:

Tradutor de alguns livros da antiga e conceituada casa editora que publicou esta colecção [Manecas], e fiel ao meu apostolado infantil, tentei iniciar, por seu intermédio, uma nova colectânea de contos para crianças. Renitente a princípio, Carlos Bregante Torres acedeu em fazer êste tentâmen, sendo êle próprio quem deu à biblioteca o título: *Colecção Manecas*. (MARQUES JÚNIOR, 1928: 41).

Quando Henrique Marques Júnior começa esta colecção, que coordenou e na qual foi autor, leva já um percurso diversificado. Foi publicista, escritor, tradutor e investigador na área da literatura para a infância, domínio em que se especializou (BARRETO, 2002; VIDIGAL, 2003). Dirigiu literariamente várias colecções, antes e depois da Manecas. Adaptou, coligiu e traduziu um conjunto de títulos significativo, sendo igualmente autor de um conjunto muito razoável de originais dedicados ao público infantil de ficção e teatro, alguns em colaboração com outros escritores, como Leyguarda Ferreira na Romano Torres, editora onde se assumiu como um dos tradutores com mais títulos na Colecção Salgari. É um dos actores centrais na configuração de um sector do livro publicado dedicado à literatura para a infância, género que Marques

Júnior procura ajudar a sair da condição de parente desqualificado e ignorado pelo campo editorial.

O labor do director da colecção é correlativo do seu duplo papel: por um lado coordena literariamente a colecção, por outro, encarrega-se da escolha e também tradução e adaptação dos livros que a compõem. A Colecção Manecas principiou em 1925 com *A Gata Borralheira e outros contos de fadas*, numa adaptação de Marques Júnior. Em formato *in-octavo*, com 61 páginas e ilustrado no seu interior, o volume ostenta capa e frontispício de Carlos Ribeiro, que será o capista de serviço nos primeiros anos. O modelo gráfico da colecção destes tempos primevos está encontrado. Ainda em 1925 vêm a lume *O Gigante dos Cabelos d'Ouro e outros contos de fadas* e *O Barba-Azul e outros contos de fadas*.

O pequeno formato da colecção, com um número de páginas que raramente ultrapassaria as seis dezenas, a proposta gráfica e o baixo preço (3\$00), que assim se foi mantendo ao longo de muitos anos, contribuíram seguramente para a sua popularidade e longevidade. O ritmo não é intenso, preferindo o seu director um modelo de recolha e adaptação pouco compatível com a celeridade, sobretudo porque praticamente todo o trabalho assentava nos seus ombros. Nos anos seguintes, surgem outros volumes, como *A Princesa Pele de Burro*, *A Lenda dos Naufragos*, *D. Quixote de la Mancha*, *O Bailado das Fadas*, *A Princesa Rã*, *A Tabaqueira Mágica*, *As Noivas do Gigante*, *O Príncipe Morcêgo* ou *O Sapatinho de Natal*. A estrutura dos volumes editados sob a égide de Marques Júnior obedece ao modelo de colectânea, fórmula então comum em colecções de literatura para a infância.

Em 1935, ano em que se achavam reeditados vários títulos, dos livros da colecção que se encontram à venda só *O Príncipe Morcêgo* e *O Sapatinho de Natal*. Destes não frutificam do labor escrito e de concepção de Henrique Marques Júnior, pertencendo a sua redacção a Leyguarda Ferreira, que passará a desempenhar um papel determinante na colecção, vindo a assumir-se ainda como a mais longa e produtiva colaboradora literária da Romano Torres. Até à edição, em 1934, de *O Príncipe Morcêgo*, uma colectânea de contos originais de Leyguarda Ferreira, apenas *A Lenda dos Naufragos* não saíra da pena do director da colecção.

Esta primeira contribuição de Leyguarda Ferreira enfileira ainda na linha dominante da colecção como obra composta por várias histórias independentes, o que já não acontece com o livro seguinte, igualmente da pena da autora, *O Sapatinho de Natal*, de 1935, no qual a distinção por episódios remete para um tema aglutinador: *Episódios da vida de Jesus*. A entrada de Leyguarda Ferreira na Colecção Manecas opera uma transfiguração que modifica a armação formal e narrativa dos livros e a própria filosofia que havia presidido à formação da colecção, tal como o seu fundador e primeiro director a idealizara.

Antónia Leyguarda Pimenta da Silva Ferreira era funcionária pública, tendo sido professora com o curso do Magistério Primário. Colaborou no jornal infantil *O Senhor Doutor*,⁴⁴ surgido nos anos 1930 e homónimo da emissão radiofónica para crianças do Rádio Clube Português. Como tradutora, Leyguarda Ferreira recorreu com alguma regularidade ao pseudónimo de António Vilalva, apenas para obras dissociadas da literatura vista como feminina. Com a Romano Torres entabulará a mais duradoura relação regular e permanente da editora com colaboradores não-funcionários. Responsável por mais de duzentos originais, versões, traduções e adaptações, encarna modelarmente a figura da operária de letras incansável e entregue ao labor frequentemente invisível e multifacetado de produção literária, revendo ortográfica e estilisticamente, rescrevendo, vertendo linguisticamente e burlando os textos numa autoria por intervenção directa, correspondendo à colaboradora da Romano Torres mais produtiva e fiável, sem reboços de estatuto nem géneros interditos. Assinou também perto de uma vintena de romances em seu nome, todos na Colecção Azul, para além dos que foi publicando nas duas colecções de literatura para a infância (Manecas e Gigante).

Capaz de arriscar comercialmente e de enveredar por caminhos editoriais previamente inexplorados pela Romano Torres, feição que não lhe poupou alguns dissabores (inclusive políticos, como se verá adiante), Carlos Bregante é, contudo, muito mais do que um editor, mesmo se considerado sobre o ponto de vista de

⁴⁴ Onde participam literariamente outros colaboradores e autores da Romano Torres, como Ana de Castro Osório, Aníbal Nazaré, Odette de Saint-Maurice e o próprio Henrique Marques Júnior (ROCHA, 1984: 80).

uma gestão tradicional na qual o proprietário orienta os destinos da empresa não apenas em termos mais globais e estratégicos, mas imiscuindo-se em tarefas de teor quotidiano e miúdo, da apreciação de originais à supervisão de traduções, passando pelo contacto com autores, agentes e editores ou pela negociação de direitos e escolha de capas. Personagem declinada em múltiplas facetas, este editor é também um dos principais autores e tradutores da história da Romano Torres, entrando em domínios não experimentados pelo seu antecessor nem pelos sucessores, arriscando-se em empreendimentos de grande dimensão e complexidade como a direcção de colecções e redacção de livros sobre temas cuja complexidade e densidade só se equiparou à variedade dos mesmos, desde obras de grande envergadura sobre cuidados de saúde até longas anotações e revisões de amplo leque de temas, como a história ou a educação sexual. A persona literária a que o editor se recolhia para assinar todo este mundo de labor autoral paralelo ao ofício de editor recai num único nome: A. Duarte de Almeida, pseudónimo de que não abdicará até ao fim.

Prosseguindo o labor iniciado por Fernando Mendes, A. Duarte de Almeida dirigiu a partir do oitavo volume (*As Invasões Francêsas*) a colecção Portugal Histórico, publicada inicialmente entre 1935 e 1936 em 14 volumes cartonados e ilustrados,⁴⁵ com capa a duas cores na qual sobressaía o sublinhado a dourado dos contornos das figuras representadas. Da autoria de Alfredo de Moraes, a capa conferia a cada livro uma identidade distintiva, conjugando a simplicidade da solução gráfica com o título a vermelho. Os livros custavam ao público 10\$00 a unidade, tendo a concepção e escrita de alguns dos volumes ficado a cargo de A. Duarte de Almeida. A capacidade de trabalho do autor cruza-se com a argúcia do editor, oferecendo ao público um conjunto de livros que formava uma obra colecionável e que fazia sentido possuir como colecção,⁴⁶ como agrupamento de livros comprados em volumes

⁴⁵ A colecção Portugal Histórico apresenta, por ordem, os seguintes títulos: *Fundação de Portugal, Organização de Portugal, Dinastia de Avis, Esplendor e Decadência de Portugal, Restauração de Portugal (1640), D. João V, Rei Absoluto, Pombal, o Ministro Soberano, As Invasões Francêsas, Liberais e Miguevistas, Monarquia Constitucional, Os Últimos Braganças, Régimen Republicano (1910-1936), Portugal de Além-Mar (1388-1936) e Portugal-Brasil (1500-1936)*.

⁴⁶ Embora logo no primeiro volume se afirmasse em texto prévio ao estudo

cartonados ou em tomos semanais a 1\$00. Este foi um dos casos em que o editor optou por promover assinaturas através de fascículos adquiridos regularmente (um ou mais por semana) após a edição em volumes únicos e encadernados, que também poderiam ser comprados através do regime de assinatura. Invertia-se a lógica de edição em que antes da colecção completa em volumes acabados se optava por diluir o investimento em parcelas comercializável por assinatura. Neste caso, mantendo-se a via da parcelarização, a opção foi oposta, alteração de processos que sugere uma robustez financeira de produção. Acarinhada pelo editor e por ele considerada como uma das colecções mais identificativas da Romano Torres na sua vocação e papel, a colecção Portugal Histórico conhecerá sucessivas reedições, constando ainda nos catálogos da editora da primeira metade dos anos 1980, que são também os últimos, mas já só com 12 volumes, tendo desaparecido os dois últimos títulos da colecção inicial.

O protagonismo de A. Duarte de Almeida na direcção, e na redacção, de publicações dedicadas à história de Portugal não cessou com o trabalho plasmado na série Portugal Histórico. Em 1936, ano em que sai em primeira edição o volume final da série Portugal Histórico, o incontinido A. Duarte de Almeida inaugura e dirige a colecção-obra *Enciclopédia Histórica de Portugal*. Esta publicação compreenderá 12 volumes de pequeno formato e ilustrados. Em três anos estará completa. Cada um dos exemplares era encadernado, ostentando a distintiva e inconfundível marca do trabalho de Júlio Amorim na sobriedade da capa azul com o escudo português, uma espada e cordame.

A intenção é claramente a de proporcionar ao mercado uma obra de fácil consulta e destinada à mais vasta panóplia de usos e de propósitos de consulta, alargando as franjas dos seus putativos compradores e utilizadores. Mantinha-se a tradição de evitar as obras de cariz histórico que implicassem um público especializado e, por isso, reduzido. A veia autoral de A. Duarte de Almeida pode não ter correspondido sempre ao labor de um escritor que produz trabalho original, sendo provavelmente algumas publica-

que a colecção iria abordar a história de Portugal a partir de quadros episódicos em «pequenos volumes, absolutamente independentes uns dos outros, mas ligados entre si pela sucessão dos factos» (MENDES, 1935: 6).

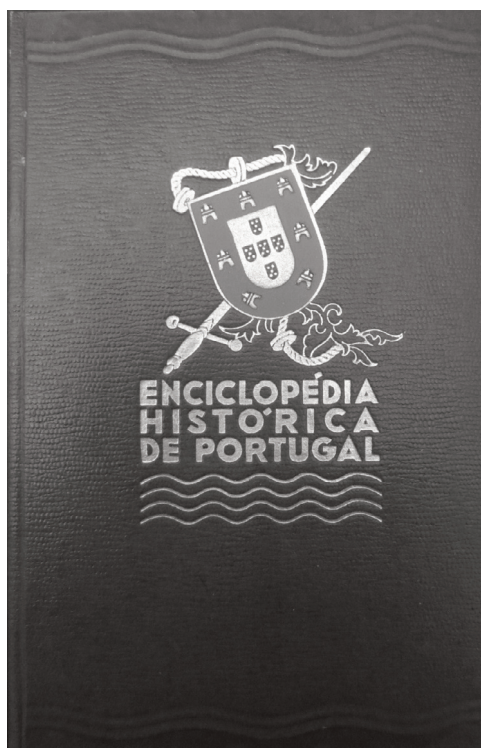


Figura 12 Capa de volume da *Enciclopédia Histórica de Portugal*, de Júlio Amorim.

ções em que consta como director ou mesmo redactor mais um resultado de tarefas de construção textual inspiradas em fontes alheias do que uma consequência de produção inteiramente própria e original. Esta possibilidade, contudo, não diminui a componente de recorte autoral exibida pelo editor, fosse expressa só em produto inédito ou decorresse em certas ocasiões de um conjunto de tarefas de compilação, morosas e produzidas com minúcia e cuidado literário. A dimensão extra-editorial de Carlos Bregante na produção da Romano Torres, porém, vai ser plasmada maioritariamente na tradução (e revisão da tradução) e adaptação de originais espanhóis e franceses, incluindo obras de Émile Zola, Ponson du Terrail, Enrique Pérez Escrich, Georges Ohnet, da Co-

lecção Salgari, Colecção Azul, De Capa e Espada ou Biblioteca Científica Sexual.

A personalidade poliédrica de Carlos Bregante no mundo do livro ganha expressão ainda noutra palco de intervenção, onde mostrará uma forte implicação: o universo associativo. A disponibilidade que demonstrou e o *ethos* de participação que o moveu colocaram a Romano Torres no centro dos acontecimentos que conduziram à institucionalização da actuação colectiva de editores e livreiros. A editora participa na génese da constituição de uma Subsecção de Livreiros na Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa, também designada por Associação dos Livreiros de Lisboa. No contexto de movimentações autonomistas iniciadas em 1923, e aprovados os estatutos e regulamento desta subsecção, em Fevereiro de 1924 são eleitos os primeiros corpos directivos, sendo a presidência da Assembleia Geral ocupada pela João Romano Torres & C.^a, posição repetida na eleição da direcção seguinte, em 1925 (GUEDES, 2005: 105-106). Materializando um espírito pioneiro, Carlos Bregante irá tomar parte activa no trajecto de transformação organizacional que desembocará na instituição do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros em 1939.

Carlos Bregante foi, com efeito, um dos membros mais activos e pertinazes nesse militantismo associativo, participando a fundo na vida no Grémio Nacional dos Editores e Livreiros e nele desempenhando vários cargos de direcção, o mais relevante dos quais correspondeu à figura de Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que ocupou entre 1949 e 1956. Por inerência do cargo, presidiu também nesses anos de 1949 a 1956 ao Conselho do Grémio, órgão permanente de fiscalização instituído em 1942. Não se escusou igualmente a integrar diversas comissões que se constituíram no âmbito da actividade gremial de foro mais geral, como a comissão de acompanhamento das questões ligadas à indústria e comércio do papel e respectiva legislação, nomeada em 1948, ou as várias comissões para o estudo dos projectos de contrato colectivo de trabalho, de que foi membro entre 1960 e 1968.

Carlos Bregante vive a vida associativa e gremial movido por causas. A pertença ao Grémio Nacional dos Editores e Livreiros obedece a uma lógica que não é apenas de serviço institucional. É também, na perspectiva do editor, um fórum de intervenção no

sector do livro nos seus aspectos mais especificamente políticos, tanto em termos das práticas comerciais do sector quanto nos seus contributos para o universo cultural e literário. É na obediência a esta premissa que, por exemplo, participa activamente na campanha de 1967 em favor da suspensão da prática de descontos e do estabelecimento e manutenção do preço fixo na venda de livros por revendedores.

Mas é na prossecução do princípio de intervenção cultural directa no quadro associativo que a Romano Torres contribui pecuniariamente para a dotação de todas as atribuições do Prémio Camilo Castelo Branco, instituído conjuntamente pelo Grémio Nacional dos Editores e Livreiros e pela Sociedade Portuguesa de Escritores em 1959. Recorde-se que este galardão literário, apoiado financeiramente por Carlos Bregante da primeira à última hora, era alimentado com dinheiro canalizado pelos profissionais do livro, sobretudo editores, acabando por desaparecer em 1966, com a extinção da SPE pelo regime. Ainda na intersecção dos planos político, cultural e comercial, Carlos Bregante não enjeita as solicitações do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros para participação em iniciativas de divulgação do livro português, sobretudo no espaço lusófono, onde sabe harmonizar o interesse comercial da sua empresa com o valor de representação do país editorial. Será neste quadro que não hesita em participar com livros na I e na II Feira do Livro de Bissau (1966 e 1967), na I Feira do Livro Português no Rio de Janeiro (1966) e no I Festival do Livro em Angola (1966).

A idade não colocou travão capaz a Carlos Bregante no seu sentido de dever associativo, avançando sempre que os imperativos circunstanciais ou de consciência o impuseram, mesmo quando já nada o aconselharia. Em Junho de 1972, então decano dos editores portugueses, assume-se como candidato a Primeiro Secretário Substituto à Assembleia da Divisão de Editores. Tem nessa altura 92 anos! Tal como os demais membros dos órgãos administrativos, é empossado em 31 de Julho de 1972, seis meses antes de falecer.

Exploração, temeridade e consequência: a vaga de autores portugueses

Confiados por João Romano os destinos editoriais da casa ao filho, que rapidamente se revela exímio na condução da editora, a Romano Torres começa a colher os frutos da boa articulação entre Carlos Bregante e o pai, traduzida numa modernização de processos e na procura de equilíbrio entre o prosseguimento dos pergaminhos temáticos que haviam feito a fortuna da editorial e a exploração de caminhos até então inexplorados. A opção pelo recurso a autores novos e géneros até então estranhos ao catálogo da Romano Torres terá encontrado suporte numa política de manutenção de métodos e escritores, remanescendo essa ligação ao passado como estandarte e alicerce da identidade de chancela, além de providenciar uma base financeira para afrontar riscos comerciais – e outros – decorrentes da vontade de desbravamento de Carlos Bregante.

Para as possibilidades de êxito subjacentes a essa gestão das diferenças entre o que persiste e o que se procura conquistar certamente concorreram o bom nome que o fundador tinha na praça e o dinamismo que o sucessor imprime à orientação editorial da Romano Torres, consentindo a experimentação sem perda do sentido da matriz da editora, que em meados dos anos 1920 cumpria umas respeitáveis quatro décadas de actividade. Por outro lado, a interacção com autores e tradutores portugueses é boa, cimentando-se em relações que em alguns casos irão durar muito tempo. Além disso, a partir dos anos 1920, se não antes, as interacções com editoriais e autores estrangeiros também se normalizam no sentido da sua estrita institucionalização no quadro da contratualização prévia de todos os livros traduzidos e publicados pela editora.

O contexto está pronto para um refrescamento e para uma diversificação da política editorial, sem rupturas nem desvios de rumo com a tradição e com os géneros predilectos da casa, nos quais repousam a sua imagem e o modo como se apresenta ao público. Esta nova fase não se percebe somente na aposta em géneros que constituem, à data, uma inovação, como a literatura para a

infância com a Coleção Manecas. É igualmente na gama de escritores, e nas temáticas que perfilham, que a demanda de novas linhas de publicação vai radicar. Nos anos 1920 e 1930 desenha-se um padrão cuja arquitetura se baseia na aposta em autores portugueses até aí inéditos na Romano Torres, alguns deles pouco conhecidos ou em início de carreira literária.

Ao contrário do que vinha sendo seguido pela editora como lógica quase única até então, a incorporação de autores portugueses no catálogo da Romano Torres extravasa nesta fase a produção de romances de matriz histórica ou enciclopédica, acrescentando-lhe novas expressões textuais e novas figuras. Nessas duas décadas, Carlos Bregante introduzirá nos escaparates livros de João Ameal, Luís de Oliveira Guimarães, Reinaldo Ferreira, Valeriano de Campos, Guedes de Amorim, Aníbal Nazaré, Silva Neves, José Rosado ou João Amaral Júnior. Estas experiências editoriais de Carlos Bregante com autores portugueses não previamente publicados pela Romano Torres só aparentemente se assemelham a opções fragmentárias e dispersas. Pelo contrário, a linha seguida obedece a uma lógica de ação, revelando o editor não um percurso errático, mas de exploração, apontando a géneros diversos e autores novos.

Em 1922 e 1925 são editadas as obras *As Virgens* e *Chama de Angustia. Evocação dramática de Soror Marianna Alcoforado*, de Valeriano de Campos. Ainda em 1925, meses antes da aquisição de *As Virgens*, são comprados por 500\$00 os direitos do original *As Criminosas do Chiado*, dos jovens autores João Ameal e Luís de Oliveira Guimarães,⁴⁷ que haviam fundado no ano anterior, 1924, a efémera publicação *O Chiado*. Ameal, pseudónimo de João Francisco Aires de Campos, ainda não é o autor galardoado que será mais tarde, encontrando-se a desbravar um caminho literário diversificado, iniciado alguns anos antes. Luís de Oliveira Guimarães, com 24 anos em 1925, é apenas um ano mais velho do que João Ameal e, ao contrário deste, verá mais livros seus saírem com chancela da Romano Torres, o primeiro dos quais, *Cabêlos Cortados*, logo a seguir, em 1926, construído em torno de diálogos humorísticos. *As Criminosas do Chiado* é dado à estampa ainda em 1925. Livro invulgar, explora uma via literária que interessa aos desejos experimentalistas e ousados que Carlos Bregante exhibe

⁴⁷ Conforme carta de Ameal à editora, datada de 1 de Junho de 1925.

nesta altura, sem receios de um certo risco de transposição de fronteiras seguras e procurando apelar a outros públicos e outras leituras. O livro é vendido a 8\$00, denotando um investimento gráfico notável, sobretudo ao nível da capa, que exhibe um fundo laranja desmaiado e desenhos *art-déco* a preto, bem inscrita no espírito gráfico da época e em linha com outras obras da editora.

O ano de 1925 parece constituir-se como um eixo de novidade na editora. Em Julho, a Romano Torres adquire a Reinaldo Ferreira os direitos de *Punhaes Misteriosos*. Este volume inaugurará em 1926 a efémera colecção Leituras Modernas, anunciada como amontoado heteróclito de géneros pois nesta colecção abrigar-se-iam romances de aventuras, de amor, de capa e espada e policiais. Ao agrupar autores nacionais e estrangeiros, a colecção propunha-se oferecer ao leitor textos diversos a baixo preço, constituindo a «mais escolhida e variada biblioteca dentro da maior economia».⁴⁸ Em boa medida de forma paralela à Colecção Reclamo, a lógica da edificação de uma série como a Leituras Modernas não foi governada pela especialização temática ou autoral, seguindo uma linha em que era o baixo valor de aquisição que justificava a sua inclusão no catálogo da editora.

Carlos Bregante é um editor sensível à pluralidade de meios de promoção das suas edições.⁴⁹ O lançamento deste livro de Reinaldo Ferreira, o célebre Repórter X, vai ser antecedido de um estratagema publicitário destinado a aguçar a curiosidade no leitor: a pré-publicação. No fim do livro de Emilio Salgari, *O Leão de Damasco*, publicado em 1926, a editora procede à reprodução das 32 primeiras páginas do livro *Punhaes Misteriosos*, apresentado ao público como um «Romance de Aventuras». A fama que o escritor e jornalista começara a granjear, tanto pela sua obra folhetinesca como pela jornalística (na qual coabitam realidade e ficção), justificam esta opção, que visa exponenciar o impacto do seu primeiro livro na Romano Torres.

Na colecção Leituras Modernas, além de Reinaldo Ferreira, pontificam os nomes de Maurice Leblanc, Pierre Marodon, Pierre

⁴⁸ Publicidade em *O Coração Manda*, de Oscar Vaudin, Lisboa, João Romano Torres & C.^a – Editores, 1925, s.p. [p. 207].

⁴⁹ Um dos esquemas a que o editor recorre é o da impressão de bilhetes-postais com o seu timbre e com a reprodução das capas de alguns livros para o envio de mensagens.

Zacone, A. Bouvier, Jules Gastlyne, Paul Féval, Jules Mary, Rider Haggard e Marcel Prévost. Estes nomes acompanham Georges Ohnet, Ponson du Terrail ou Xavier de Montépin⁵⁰ nos escritores oitocentistas de sabor a mistério, a aventura ou a intriga que persistiam no catálogo da editora, que não renunciava a esta parte da sua herança matricial, procurando a geometria de uma diversificação e até experimentação editorial, redefinindo os limites temáticos, formais e autorais do seu escopo de produção. A colecção Leituras Modernas conhece um fim precoce, ditando a orientação editorial que o romance inicial de Reinaldo Ferreira, acrescido dos dois livros seguintes deste autor (*O Fantasma Branco* e *As Chaves do Paraíso*), passasse a integrar uma temática – não necessariamente colecção – de título «Romances de Aventuras», associando-se às obras de autores como Luigi Motta, embora em séries separadas.

Quanto ao escritor italiano, é a partir de 1927 que se inicia a publicação das Obras de Luigi Motta, formando uma série inserida numa colecção agregadora sob o título geral de Romances de Aventuras, emparceirando com as Obras de Emilio Salgari. Num curto lapso de tempo, em 1927 e 1928, são traduzidos e editados 12 livros de Luigi Motta, vendidos a 4\$00 cada (como os de Emilio Salgari), com a maior parte das capas a incumbir a Carlos Ribeiro. De referir ainda o contributo de Júlio Amorim para as estilizadas capas de *O Leão de São Marcos* e *A Denúncia Secreta*, dois dos últimos volumes a saírem, já em 1938. São igualmente deste ano *O Fantasma da Guerra* e *A Suprema Derrota*. Epígono de Salgari, Luigi Motta será o grande interlocutor da Romano Torres na aquisição de direitos de tradução e edição em língua portuguesa da obra salgariana, tornando a venda dos seus próprios livros, assinados apenas por si, numa parte do negócio, cujos desenvolvimentos e itinerário foram caracterizados pela atribulação e não-linearidade, e até pela tensão e suspicácia, envolvendo ainda outras partes (como os herdeiros de Emilio Salgari e duas editoras italianas, a Bemporad e a Sonzogno). O resultado mais sentido pela editora portuguesa, invisível ao público leitor, foi um processo muito mais complexo, intrincado e moroso do que o que a Romano

⁵⁰ Ponson du Terrail é o autor que surge mais cedo na produção editorial de João Romano Torres. Georges Ohnet e Xavier de Montépin são posteriores. O livro *Sua Magestade o Dinheiro*, de Xavier de Montépin, por exemplo, é editado à entrada na década de 1910.

Torres previra na consecução do desígnio de editar a obra completa de Emilio Salgari (MEDEIROS, 2014).

Há um outro nome que Carlos Bregante lança na editora nesses anos e que com ela entabulará frutífera e duradoura relação: João Amaral Júnior. Escritor de originais, com múltiplos volumes na Coleção Azul, onde também se responsabiliza por várias traduções, João Amaral Júnior entra no universo Romano Torres através da colecção Dramas da Espionagem, surgida na primeira metade dos anos 1930, com capas de Ramos Ribeiro. Com o subtítulo «As aventuras dos mais celebres espões internacionais», a série dedica-se aos temas da guerra e especialmente da espionagem, cujos primeiros seis volumes,⁵¹ postos à venda a 12\$00 cada um em edição ilustrada, são um produto da escrita de George Lody (um pseudónimo de João Amaral Júnior), apresentado como o autor dessa meia-dúzia de «romances-documentário», expressão usada de modo intencional. Este conjunto de seis livros, considerado pioneiro no panorama da edição portuguesa na temática ficcional da espionagem (MONIZ, 2007: 204), forma um todo coerente e sequencial, correspondendo a mais um exemplo de serialização dividida por volumes interligados.

O recurso à pseudonímia, marcante e definidor no caso da colecção Dramas da Espionagem, é permanente na actividade editorial da Romano Torres, que assim dá à estampa um conjunto considerável de originais portugueses, obedecendo ao princípio de uma circulação e apropriação de leitura que os deveria interpretar como estrangeiros, credibilizando o nome que os consignaria autoralmente e, por isso, tornando-os mais apetecíveis. Jogou aqui o editor – como em muitos outros casos e prosseguindo uma prática socialmente muito incrustada no campo da edição – o lance que se alimenta de uma das ambivalências mais fortes do acto editorial: se este procura seguir o gosto que infere no seu público e na sua clientela, também se imiscui nesse gosto, sedimentando-o, suscitando-o e contribuindo para a sua configuração. A completar a colecção Dramas da Espionagem, João Amaral Júnior publica em 1935, sob nome próprio, *A Secreta Missão de Ana Vladia*.

⁵¹ *A Legião Maldita, Sentinela dos Mares, A Rússia Negra (Rasputine), Brazeiro Ardente, Soldados da Sombra! e Espões da Paz.*

João Amaral Júnior é o grande – para não dizer praticamente o único – autor do sub-género espionagem da Romano Torres, que parece não ter investido em obras desta temática, a não ser nos títulos saídos da pena de Amaral Júnior, acrescidos de maneira avulsa de títulos isolados ou desgarrados de uma série em que se pudessem inserir, como *O Espião de Berlim. Memórias de um judeu alemão*, de Pierre Mérbel, um outro «romance-documentário» de meados dos anos 1930, ou *A Última Aventura de Mata-Hari*, um cine-romance da mesma altura adaptado em 1932 por Aníbal Nazaré. Nazaré publica em 1936 outro título na editora, o livro de crónicas *Luzes da Cidade*. Este volume de pequeno formato e com menos de 100 páginas possui uma belíssima capa de Martins Barata e um legitimador prefácio de Ferreira de Castro.

Este aspecto da pseudonímia autoral traduz a realidade da profissionalização dos homens de letras tal como foi sendo desenhada pelas contingências de um mercado escasso e em boa medida dependente do meio editorial e da sua iniciativa, mas igualmente pelos constrangimentos de um regime repressivo e censório. Um dos casos em que mais se encontram plasmadas estas tensões será o dos contributos iniciais de António Guedes de Amorim, jornalista que começava a singrar como escritor quando encontra na Romano Torres um porto de abrigo que lhe dará um impulso e uma experiência essenciais para construir um caminho de afirmação no mundo literário. Desconhecido como autor de livros, possui apenas um volume publicado quando faz em 1932 a sua entrada no catálogo da Romano Torres. Os dois primeiros livros de Guedes de Amorim com chancela da editora são justamente duas obras assinadas por Edgar Powell, pseudónimo do escritor: *Al Capone, Rei dos Bandidos de Chicago* e *Escravas Modernas*. Versando sobre temas exteriores à realidade portuguesa, ambos os títulos são apresentados como traduções, o que sedimentaria uma imagem de autoria estrangeira, tornando, sob o ponto de vista editorial, os livros mais credíveis e vendáveis. A obra *Escravas Modernas*, por exemplo, é publicada indicando tratar-se de uma versão livre de Guedes de Amorim, com capa de Alfredo de Morais. Em 28 de Março de 1934 ficou proibido de circular em Portugal pela Direcção dos Serviços de Censura (figura 13).⁵²

⁵² A ficha respeitante a este processo de proibição, com o número 62, revela



Figura 13 Capa de *Escravas Modernas*, de Alfredo de Moraes. Exemplar com carimbo de proibido pela Direcção dos Serviços de Censura, depositado na Biblioteca Nacional de Portugal.

As apostas de Carlos Bregante na diversificação da bolsa de colaboradores e na variedade de géneros que faz vir a lume nestes anos valer-lhe-ão alguns amargos de boca, com a editora a sentir na pele por mais do que uma vez algumas das consequências sinistras do aparelho repressivo instalado pelo regime de Salazar. A temeridade editorial não ficou nesta época, como antes (com títulos de colecções como a Biblioteca Scientifica Sexual), incólume à vigilância policial do Estado, provando o travo amargo da

que não foi produzido um relatório. Vejam-se Fichas de Autores de Obras Proibidas e Autorizadas (ANTT, Arquivo do Secretariado Nacional de Informação, Direcção dos Serviços de Censura, caixa 68).

proibição. A injunção punitiva e censória não funcionava, no entanto, como procedimento inelutável de apreensão e destruição. Um exame de recorte mais fino e empiricamente fundado à multimoda paleta repressiva do Estado Novo revela uma actuação das autoridades instituídas na censura e na proibição de livros de tonalidade mais diversificada nos caminhos e procedimentos seguidos pelo regime do que exercícios de análise mais superficiais e estereotipados fariam supor.

Tome-se justamente por ilustração dos vários itinerários possíveis das práticas censórias as circunstâncias envolvidas na proibição de *Escravas Modernas*. Apesar de interdita a sua circulação em Portugal, o processo de proibição contemplou logo em 1934 uma autorização que a Direcção dos Serviços de Censura conferiu à Romano Torres de comercializar a obra, desde que todos os exemplares fossem vendidos fora da metrópole e das colónias. Restando o Brasil como única solução possível, esse mercado ficou como destino das diligências da editora para vender os exemplares existentes da edição deste título de Guedes de Amorim, de que a Romano Torres foi considerada como fiel depositária. Este não foi caso único, surgindo ocasionalmente outros exemplos de livros vistos e cuja circulação era proibida no território metropolitano de Portugal e nas colónias, sendo permitida a sua comercialização em países como o Brasil. Não é de excluir a hipótese de que esta solução de proibir um livro sem determinar a absoluta supressão da sua comercialização, circunscrevendo-a a espaços exteriores ao que então se considerava como território nacional, fosse mais provável em títulos de autores estrangeiros ou apresentados editorialmente como estrangeiros, o que poderia favorecer em certos tipos de obra uma inclinação dos escritores e dos editores para o recurso à pseudonímia.

Em 6 de Agosto de 1934, cerca de quatro meses após a proibição de *Escravas Modernas*, e na sequência de notificação feita pela Romano Torres à Direcção dos Serviços de Censura, comparcia no estabelecimento da editora um agente da PIDE para supervisionar o «empacotamento e despacho para o Rio de Janeiro de 100 exemplares do livro».⁵³ Quatro anos depois, em 1938, a Ro-

⁵³ Carta de 4 de Agosto de 1934 da Direcção Geral dos Serviços de Censura para a Romano Torres, constante de processo de apreensão de *Escravas Moder-*

mano Torres dirige uma missiva aos serviços censórios anunciando o fim da possibilidade de comercialização que havia sido concedida à editora. A declaração subscrita por Carlos Bregante anunciava a interdição da venda de *Escravas Modernas* no Brasil, já que tendo sido instituída a censura naquele país, «fomos avisados de que nenhum negócio se podia fazer com este livro.»⁵⁴ Neste quadro, é a própria editora que toma a iniciativa de solicitar aos Serviços de Censura que a «citada obra (...) [seja] inutilizada e vendida para refugio de qualquer fábrica de papel.»⁵⁵ Em resposta, o Secretário da Direcção dos Serviços de Censura, tenente Afonso de Carvalho, informa a editora de que todos os exemplares do livro terão de ser depositados nas instalações dos Serviços,⁵⁶ o que acontece em 24 de Junho de 1938 com o depósito de 3.075 exemplares da obra *Escravas Modernas*.⁵⁷

Ficava assim, nos termos usados pela Romano Torres, liquidada a responsabilidade da editora como fiel depositária da incómoda obra. Toda a edição foi destruída em 5 de Agosto desse mesmo ano na sede da Direcção dos Serviços de Censura.⁵⁸ Não se trata, obviamente, de uma adesão do editor ao *logos* do regime, nem sequer de cumplicidade conivente com os instrumentos compressivos. Carlos Bregante e a Romano Torres viram-se, pelo contrário, forçados a desembaraçar-se de um problema que se

nas (ANTT, Arquivo do Secretariado Nacional de Informação, Direcção dos Serviços de Censura, caixa 708, maço Proibição e apreensão de livros).

⁵⁴ Carta de 17 de Junho de 1938 para a Direcção dos Serviços de Censura, constante de processo de apreensão de *Escravas Modernas* (ANTT, Arquivo do Secretariado Nacional de Informação, Direcção dos Serviços de Censura, caixa 708, maço Proibição e apreensão de livros).

⁵⁵ *Ibid.*

⁵⁶ Carta de 21 de Junho de 1938 para a Romano Torres, constante de processo de apreensão de *Escravas Modernas* (ANTT, Arquivo do Secretariado Nacional de Informação, Direcção dos Serviços de Censura, caixa 708, maço Proibição e apreensão de livros).

⁵⁷ Carta de 24 de Junho de 1938 para a Direcção Dos Serviços de Censura, constante de processo de apreensão de *Escravas Modernas* (ANTT, Arquivo do Secretariado Nacional de Informação, Direcção dos Serviços de Censura, caixa 708, maço Proibição e apreensão de livros).

⁵⁸ Conforme relatório interno dos Serviços de Censura de 5 de Agosto de 1938, constante de processo de apreensão de *Escravas Modernas* (ANTT, Arquivo do Secretariado Nacional de Informação, Direcção dos Serviços de Censura, caixa 708, maço Proibição e apreensão de livros).

arrastava e que, em face da mudança conjuntural no Brasil, conduzira a um beco sem saída. Perdido praticamente todo o dinheiro investido numa edição da qual ficaram por escoar mais de 3.000 exemplares, proibida que permanecia a obra, a opção tomada foi a de que o risco envolvido na sua não devolução seria demasiado elevado e sem perspectiva de ganho.

Os anos de 1932 e 1933 foram tempos de forte relação da Romano Torres com Guedes de Amorim. Em Agosto de 1932, ainda antes de ter fechado o negócio relativo ao manuscrito de *Escravas Modernas*, Carlos Bregante adquire os direitos de edição do original *Morfina*, que será editado com capa de Tom, em tom de certo arrojo modernista incomum na editora. Publicado com o nome próprio de Guedes de Amorim, *Morfina* é considerado um «alucinante e rápido romance, sangrando de dolorosas emoções, cuja leitura arrepia e fascina todos os que querem conhecer os segredos românticos desta diabolica Lisboa (...) que um realismo forte objectiva em quadros pintados com sugestão artística».⁵⁹ O editor mergulha num território desconhecido até então pela editora, que começara a explorar com títulos como *As Criminosas do Chiado*, feito de quadros realistas – e, não raro, perturbadores – de uma realidade próxima e, por isso, mais propensa a desagradar ao regime.

Este período da Romano Torres obriga a uma certa mitigação de análises que estabeleçam de modo directo e automático o trajecto da editora como um trajecto de conservadorismo editorial. Porque se alicerça, desde a sua génese, num desígnio de produzir para um consumo do livro o mais alargado possível através do estabelecimento de laços perduráveis com uma clientela e da proposta de temas, géneros e autores capazes de fazer reproduzir esse grande consumo, a edição da Romano Torres não assenta num projecto de ruptura literária nem se alimenta de propostas esteticamente mais arrojadas, configurando uma actuação normalmente balizada por uma indesmentível dose de cautela estética. Mas o reconhecimento deste facto não autoriza uma interpretação que presuma a editora como incapaz de explorações mais subversivas ou arriscadas estética e tematicamente.

⁵⁹ Publicidade inserta em Edgar Powell, *Escravas Modernas*, Lisboa, João Romano Torres & C.^a – Editores, s.d. [1933], s.p. [p. 206].

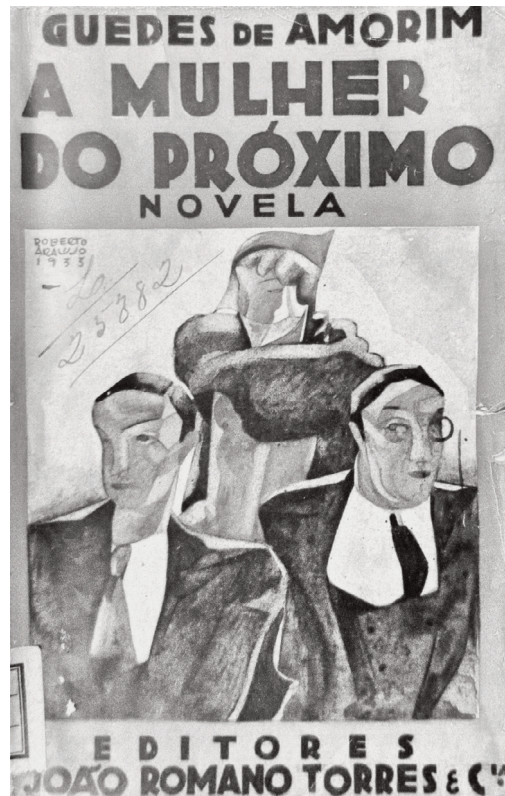


Figura 14 Capa de *A Mulher do Próximo*, de Roberto Araújo.

O tom e estilo de Guedes de Amorim persistem no livro seguinte, *A Mulher do Próximo*, editado em 1933 e com capa de estilo modernista de Roberto de Araújo. É o último livro do escritor a sair pela Romano Torres. Segundo a editora, «[o] amor proibido e os vícios do nosso tempo atravessam este livro ao largo da vida sadia dos campos, sendo focados quadros de intenso realismo.»⁶⁰ Guedes de Amorim é um escritor bem vigiado. *A Mulher do Próximo* (figura 14) será outra obra sua proibida pela censura em 4 de Dezembro de 1941, quase dez anos após o seu lançamento.⁶¹

⁶⁰ Publicidade inserta em Guedes de Amorim, *A Mulher do Próximo*, Lisboa, Romano Torres, 1933, s.p. [p. 205].

⁶¹ Com o relatório número 1492 e processo número 59 na Direcção dos Serviços de Censura.

Este terá mesmo sido o escritor editado pela Romano Torres que concitou com maior pertinácia a proibição da censura.

A Romano Torres não se viu, portanto, imune à acção compressiva do proibicionismo e da censura levada a cabo pela sanha de controlo e gestão da informação que a ditadura ligou de modo inextricável ao exercício e manutenção do poder. É verdade que a editora esteve bem distante da relação tensa e persecutória que o regime mantinha com um número não pequeno de editoriais. Mas, por várias ocasiões, com particular incidência nos decénios de 1920 e 1930, não escapou à actuação repressiva dos poderes instituídos durante o período ditatorial. Tal veio igualmente a verificar-se no âmbito da publicação de obras de tipo erótico ou de sugestão sexual, também denominadas literatura sulfurosa (BESSARD-BANQUY, 2010). Esta área de edição não era alheia à actividade da Romano Torres. Ainda nos tempos da Empresa Editora «O Recreio» se haviam dado à estampa volumes como *Encyclopedia do Amôr: colecção de phrases, pensamentos e anedoctas...*, cuja organização ficou a cargo de Bernardo d'Alcobaça, nome estreitamente ligado a vários livros deste âmbito. É quem traduz para a editora obras como *Flôr de Carne. Romance de antigos costumes egypcios*, de Pierre Guédý, *As Mil e Uma Amantes*, de A. Breda, ou *O Fructo Prohibido. Romance realista de costumes contemporaneos*, de Antonin Reschal.

A oferta editorial de narrativas com base num género com a especificidade do erotismo carece de uma eufemização que lhe matize a carga sexual sem que esta perca a centralidade. A formulação do editor leva-o a polvilhar a publicitação destes livros com referências a aspectos públicos de maior aceitabilidade social, como o cunho realista ou o humorístico dos textos editados, ou ambos. É o caso de *O Fructo Prohibido. Romance realista de costumes contemporâneos*. Ao mesmo tempo que a editora realça a existência de «sugestivas gravuras», não deixa de referir que

o auctor, com um arrôjo digno de nota, esvurma os podres da sociedade a que pertence, dando-nos quadros de um realismo crú, em que por vezes predomina a nota amorosa, lampejando tambem a espaços a nota delicada do seu espirito de humorista. D'um entrecho sugestivo, este romance descreve-nos scenas de alcôva de um perturbante e extranho co-

lorido.⁶²

Desde muito cedo no seu trajecto, portanto, a Romano Torres edita livros enquadrados no internamente heteróclito género erótico, então denominado eufemisticamente literatura galante. E é justamente esse o título que é dado a uma das colecções da editora, a Colecção Galante. Tanto o nome como vários dos títulos de que se compõe a Colecção Galante são resgatados da colecção Galante, ou Galante Ilustrada, que a Typographia Lusitana Editora do editor F. A. de Miranda e Sousa dera à estampa entre 1907 e, pelo menos, 1912. Os três primeiros volumes dessa colecção da Typographia Lusitana Editora são ocupados por dois títulos retomados pela Romano Torres: *Memorias de Uma Mulher Bonita* e *Veneno dos Labios*. A série é apresentada como formando um conjunto de «[m]agnificos volumes, edição de luxo, formando uma rica biblioteca, onde, a par de uma leitura empolgante, apaixonada, o leitor encontrará sugestionadoras scenas de amor e aventuras galantes, reproduzidas por magnificas gravuras, a que serviram de modelos as mais lindas mulheres, rainhas da formosura e da mais soberba plástica.»⁶³ O propósito não é a venda de literatura considerada grosseira ou de cariz explícito mais próximo de um registo pornográfico típico dos apodados «romances para homens»,⁶⁴ preocupação expressa no modo como se procura despertar no leitor o interesse no volume inaugural da colecção, garantindo o editor de que está em causa um texto escrito «[s]em agruras de linguagem, sem a exhibição crua de scenas pouco edificantes, mas ferindo justamente a nota do realismo».⁶⁵

Esse cuidado percebe-se na forma como também na Colecção Galante, à semelhança do que acontecera nas experiências anteriores da editora, a Romano Torres apresenta os livros. Carlos

⁶² Publicidade inserta na *Encyclopedia do Amôr: colecção de phrases, pensamentos e anedoctas...*, Lisboa, Empreza Editora «O Recreio», s.d., s.p. [p. 248].

⁶³ Contracapa do segundo volume de *Veneno dos Labios*, de René Emery, Lisboa, Typographia Lusitana Editora, 1907.

⁶⁴ Designação particularmente usada no Brasil como terminologia referente à literatura pornográfica que circulou ao longo da segunda metade de oitocentos e no princípio do século XX (EL FAR, 2007).

⁶⁵ Contracapa do primeiro volume de *Veneno dos Labios*, de René Emery, Lisboa, Typographia Lusitana Editora, 1907.

Bregante procura um equilíbrio difícil entre o apelo ao erótico e a ponderação deste não corresponder a critérios passíveis de serem considerados levianos ou gratuitos, sublinhando-se aspectos como a densidade descritiva dos traços psicológicos. Por exemplo, o volume *Veneno dos Labios*, de R. Emery, um dos primeiros da colecção, editado ainda antes de 1920, é anunciado como um romance «verdadeiramente d'amôr, é ao mesmo tempo um perfeito e bello estudo psychologico da mulher, na paixão sensual da carne palpitante de voluptuosidade, na ancia lubrica de novas, perennes, eternas sensações».⁶⁶ A densidade psicológica articulada com a opção literária de descrição realista de costumes como expedientes de projecção suavizante de um livro erótico são visíveis em volumes do género, mesmo quando são exteriores à Colecção Galante, como *Casta Suzana (Romance realista)*.

Encetada ainda antes da década de 1920, em 1928 a Colecção Galante contaria com 13 títulos, boa parte deles tão sugestivos relativamente ao conteúdo dos volumes quanto o contexto consentia, como, por exemplo, *A Flor de Carne*, *Pecados da Carne*, *Memórias de Uma Criada de Servir*, *Senhora em Segunda Mão*, *Veneno dos Lábios* ou *Roma Galante*,⁶⁷ subtituído como *Chronica escandalosa da côrte dos doze cesares*. E o subtítulo importa, já que poderia substituir o próprio título, na medida em que, como refere uma «Noticia sobre Suétonius», procurando introduzir o livro, «é, na verdade, a vida galante, as orgias dos imperadores, que elle [o autor] sobretudo se empenhou em nos descrever» (*Roma Galante*, s.d.: 9). A subtítuloção é usada estrategicamente para desvelar de maneira mais óbvia o que pode ter ficado por dizer no título, normalmente mais anódino.

Em 1927 é editada na Colecção Galante a terceira edição da obra de Ernest Feydeau, *Memórias de uma Mulher Bonita*, tradução portuguesa de *Mémoires d'une Demoiselle de Bonne Famille*, originalmente publicado em 1877. A natureza do livro, que representou o seu sucesso editorial e simultaneamente selou o seu

⁶⁶ Contracapa de *A Grande Guerra: chronica episodica e anedoctica da conflagração europea*, de Vasco de Lucena, vol. III, Lisboa, João Romano Torres & C.^a – Editores, s.d.

⁶⁷ A colecção completava-se com os seguintes títulos: *Idade de Amar*, *A Dançarina de Pompeia*, *Enciclopédia do Amor*, *Loucas de Amor*, *Marcha Nupcial*, *Memórias de Uma Mulher Bonita* e *Treze Noites de Fama*.

destino, joga-se no carácter irrestrito como narrativa de um realismo quase sem peias descritivas. O intróito promete uma narrativa pouco consentânea com ficções mais assépticas, instruídas por modelos de menor densidade psicológica e com remissão para contextos e situações de maior brandura nos costumes. É um título ousado, mas não isolado à época, num momento em que Carlos Bregante, com a anuência paterna, demanda a experimentação e apalpa terrenos mais alternativos às fórmulas de publicação que até aí haviam imperado na Romano Torres.

A ousadia do editor com a publicação da obra não é pequena, num contexto político que tinha acabado de restabelecer a censura prévia, através de legislação como o Decreto número 12.008, de 2 de Agosto de 1926.⁶⁸ Se é verdade que «[a]té à institucionalização do regime especificamente salazarista, o espartilho da censura ao livro não cinge tanto quanto o da censura à imprensa» (MEDEIROS, 2010: 73), a realidade depressa mudará, com a adopção do Decreto-Lei número 22.469, de 11 de Abril de 1933, que recrudescer o tom da relação repressiva com a palavra escrita e publicada, impondo a censura prévia aos periódicos e aos livros sobre tópicos políticos e sociais. À temeridade editorial responderá o lápis censório, que leva alguns anos a reagir. Data de 17 de Dezembro de 1934 o relatório do agente G. Andrade que se pronuncia pela proibição do livro. O parecer que fundamenta a proposta de Andrade descreve uma obra cujo conteúdo não é confundível com o de volumes tomados como inócuos do ponto de vista dos costumes:

É a descrição da vida de uma mulher começada quando aos 16 anos surpreendeu a mãe e o amante em acção de adultério – em «flagrante delito». Segue-se para a rapariga a vida do convento, onde a mãe a mete para se desembaraçar dela. No convento, as outras viciam-na, descrevendo cenas imorais passadas entre as internas. (...) Julgo-o de proibir.⁶⁹

⁶⁸ Recorde-se ainda o Decreto número 13.725, de 3 de Junho de 1927, que versava sobre propriedade literária, artística e científica, e que é um prenúncio de censura prévia aos trabalhos de cariz literário.

⁶⁹ G. Andrade, *Relatório de Memórias de Uma Mulher Bonita*, 17-12-1934, dactiloscrito (ANTT, Arquivo do Secretariado Nacional de Informação, Direcção dos Serviços de Censura, caixa 628, macete 1, relatório número 00117).

Ao leme da editora, é Carlos Bregante quem orienta a actividade e lhe recorta o escopo do catálogo, constituindo as décadas de 1920 e 1930 um tempo de experiências e arrojo, nos temas e nos autores, mais do que uma vez punido pela censura.

A permanência oitocentista nos autores traduzidos ou pseudotraduzidos

As inclinações de Carlos Bregante para a renovação e até, em certo sentido, para algum experimentalismo no quadro das alterações que transportou para o catálogo da editora, não desembocaram na negação da sua história e das suas raízes. A escrita oitocentista e primo-novecentista com origem essencialmente francesa, mas também espanhola, de timbre aventuroso, passional ou frequentemente híbrido persiste como um dos eixos da Romano Torres. Se a influência de João Romano ainda será capaz de se manifestar na condução das escolhas da editora, não surpreendendo no início dos anos 1910 a integração no seu catálogo de *Manon Lescaut*, do Abade Prévost, ou de *Os Sete Peccados Mortaes* e *Os Mystérios do Povo*, de Eugène Sue, a permanência da obra de Antoine François Prévost como livro editado na década seguinte já só se pode dever a decisão de Carlos Bregante.

As Obras de Ponson du Terrail, consignadas como série autónoma, talvez a mais evidente herança oitocentista de João Romano, permanecem igualmente como esteio da casa durante muito tempo. Nos anos 1920 continua a comercializar-se toda a obra do escritor francês publicada pela Romano Torres: os 12 volumes da nova edição ilustrada com 500 gravuras de *Rocambole* (*Os Dramas de Paris*), bem como *A Mulher Imortal*, *O Baile das Victimas*, *A Ramalheteira do Tivoli*, *Um Crime da Mocidade*, *Triumpho do Amor*, *A Tentação* e *O Grilo do Moinho*. Na década de 1930 sobrevivem os livros de volume único, permanecendo o preço de venda que vigorara na década anterior: 3\$00. Um cortejo de outros autores faz a sua aparição nos decénios de 1920 e 1930: Émile Richenbourg, George Sand, Vicente Blasco Ibañez, Enrique Pérez Escrich e Xavier de Montépin. Ponson du Terrail fazia parte em meados da década de 1920 de uma tríade de escritores apresentados pela Romano Torres como autores de «Os mais belos roman-

ces de Amôr». Georges Ohnet é um dos outros vértices do triângulo e, provavelmente, aquele com maior resiliência nas reedições da editora. Deste escritor francês, até 1925 haviam saído 11 títulos,⁷⁰ formando as Obras de Jorge Ohnet, um conjunto de volumes brochados vendidos a preços situados, no início da década de 1920, entre os 2\$00 e os 6\$00. No ano de 1930 a colecção alcança o seu quantitativo máximo, 20 títulos, todos uniformemente vendidos a 6\$00.⁷¹ *O Grande Industrial* – o seu *magnum opus* – torna-se no mais resistente título do autor, atingindo a sétima edição em 1981.

Oscar Vaudin é o terceiro nome do triângulo autoral de romances sentimentais, expressão que a Romano Torres preferia utilizar na década de 1930. Aos escritos de Oscar Vaudin também se apunha o sufixo «Romance Passional». É à entrada dos anos 1920 que a Romano Torres começa a publicar livros de Oscar Vaudin, autor que entra de rompante no catálogo da editora, contribuindo durante o decénio com 29 títulos para o catálogo. Os quatro primeiros livros do autor são dados à estampa provavelmente logo em 1921: *Amor Suprêmo*, *Segunda Mãe*, *O Segredo* e *Romeu e Julieta*. Durante 1923 e 1924 é editado o conjunto de seis partes da obra *O Beijo do Perdão*, com a tradução a estar a cargo de Guilherme Rodrigues, velho colaborador da editora: *O Beijo do Perdão* (título homónimo da sequência), *Amarguras do Amôr*, *Os Olhos do Mal*, *A Mascara do Ciúme*, *As Garras do Odio* e *A Alegria de Amar*.

A obra deste autor é de traço serial, remetendo-se o leitor no início de cada livro para o volume precedente, anunciando-se no fim de cada livro o título do volume de continuação. Os títulos eram maioritariamente publicados de modo agrupado e interligando as parcelas que não se deviam ler como livros independentes, suscitando-se assim o acompanhamento de um determinado título ao longo das suas partes, editadas em sucessão. O vigor desta colecção assenta, pois, na sua serialização, ou melhor, nas suas sucessivas serializações, correspondendo cada uma a conjun-

⁷⁰ *O Grande Industrial*, *Por Amôr*, *A Filha Adoptiva*, *O Casamento de Juliana*, *A Mascara da Vergonha*, *No Fundo do Abismo*, *Amôr que Mata*, *O Mistério da Dama Cinzenta*, *A Força do Amôr*, *Sacrificada* e *Entre o Amôr e a Ternura*.

⁷¹ Os novos volumes então incorporados na colecção são: *A Conquistadora*, *A Alma de Pedro*, *Ave de Rapina*, *Uma Mulher*, *Visão do Amor*, *Riqueza Inútil*, *Dívida de Ódio*, *O Último Amôr* e *O Romance de Uma Actriz*.

tos que formam unidades independentes dos outros conjuntos. Isto é, a colecção compõe-se mais de conjuntos de títulos do que de títulos tomados individualmente, exibindo capas de parca diversidade gráfica e temática, variando entre a ilustração e a fotografia.

As obras de Oscar Vaudin prosseguem num ritmo sequencial que parece não cessar. Em 1925 sai um conjunto traduzido em «versão livre» por Henrique Marques Júnior, que nessa altura começara a colaborar intensamente com a Romano Torres. Esta série de volumes de Oscar Vaudin é formada por sete livros: *O Segredo da Orfã*, *O Espelho Revelador*, *Olhos Fascinadores*, *Filtro do Amor*, *A Força do Destino*, *Lágrimas de Sangue* e *O Coração Manda*. Por essa altura, o editor assume uma uniformização de todos os títulos da colecção quanto ao preço, 5\$00. Em 1927 é lançado novo agrupamento serializado, formado pela sequência *A Ameaça*, *O Segredo Terrível* e *A Sombra do Passado*, todos em «versão livre» de Maria Tereza.⁷² Aparece em 1928 o conjunto traduzido por – ou melhor, em «versão» de – Beatriz Gonçalves de Freitas, formando pelo sexteto *O Romance de Germana*, *A Lei do Amor*, *A Mão Oculta*, *Os Vencidos da Vida*, *A Filha Perdida* e *Mais Forte que o Amor*. Só depois ressurgem títulos individuais e de volume único, não dependendo na sua leitura de outros volumes. São assim dados à estampa no ano seguinte, 1929, *Cruel Destino de Amor*, *Amar e Ser Amada!* e *O Mêdo de Amar*, todos em «versão livre» de Henrique Marques Júnior. Ao longo de toda a década de 1920 e início da de 1930 os livros do autor assumem-se como sucessos de vendas. Em 1931, por exemplo, em notícia relativa aos êxitos editoriais da Romano Torres na inaugurada Feira do Livro em Lisboa, escreve-se que, no «romance popular, sentimental, tem notável procura as obras de J. Ohnet e Oscar Vaudin» (Grande Êxito na Feira do Livro, 1931: 4).

Oscar Vaudin é um autor misteriosamente desaparecido dos catálogos de todas as outras editoras, com uma excepção significativa: H. B. Torres – Editor (chancela do irmão de Carlos Brengante, Henrique). Os dados apontam para a hipótese de Oscar Vaudin corresponder a uma produção literária nacional, com nome

⁷² Também grafada Maria Teresa. Não se sabe se seria também uma escritora de originais, desconhecendo-se igualmente se este nome corresponde a um pseudónimo.



Figura 15 Desenho original da capa de *O Espelho Revelador*, de Carlos Ribeiro.
Fonte: Arquivo Histórico Romano Torres.

fictício e cuja escrita seria fabricada a partir de fórmulas experimentadas. Chega a ser associado a uma «reputação de grande escriptor por muitos e formosíssimos livros firmados com o seu nome».⁷³ Com as obras deste autor, a Romano Torres procura alargar o leque de temas capazes de concitar leitores de diversas sensibilidades, dando à estampa textos provenientes do cadinho da literatura onde o amor, amiúde desencontrado ou tornado impossível, coexiste com os episódios de aventura, condimentados pelo crime, pela traição e pela restante paleta de emoções, não raro descritas em registo mais hiperbólico: «As paixões mais des-

⁷³ Publicidade inserta na contracapa de Ernesto Feydeau, *Memórias de uma Mulher Bonita*, 3.^a ed., Lisboa, Romano Torres, s.d. [1927].

regradas, as ambições mais desmedidas, os crimes mais revoltantes, defrontam-se nos magníficos romances de Oscar Vaudin com os sentimentos mais nobres, o desinteresse mais humano e a abnegação mais assombrosa.»⁷⁴

O nome deste escritor está ausente de quaisquer bases de dados bibliográficas internacionais, fazendo parte somente dos acervos dos dois editores portugueses mencionados. Apesar da falta de elementos documentais que esclareçam o mistério, a informação disponível consente duas hipóteses. Por um lado, pode corporizar um avatar pseudonímico de A. Victor Machado, pelo menos nos seus primeiros títulos, já que surge associado a outro dos seus pseudónimos, Oscar Richmond (este, confirmado). Esta ligação é estabelecida de modo deliberado, mas também eventualmente por lapso tipográfico em títulos específicos, como, por exemplo, *Os Crimes do Mascara Negra*, obra editada por Henrique Torres em que o nome de Oscar Vaudin encima várias páginas do livro de Oscar Richmond.⁷⁵ Por outro lado, pode ser que se trate de um autor apócrifo que provenha da transformação de alguns livros que se poderiam ter perdido na erosão do tempo e que a Romano Torres resgata.

Ambas as possibilidades confluem na conclusão de que, mau grado o mistério envolvendo a génese autoral do suposto Oscar Vaudin inicial, Carlos Bregante terá decidido multiplicar a sua obra com o concurso de colaboradores da casa, como Guilherme Rodrigues, Henrique Marques Júnior ou Beatriz Gonçalves de Freitas, que se encarregariam de elaborar novos títulos atribuídos a Vaudin, constando como tradutores ou adaptadores. Reconheça-se que esta proposição não está inteiramente desprovida de plausibilidade, dada a prática corrente na edição de então e na própria Romano Torres, de suscitar a pseudonímia para a criação de obras, de nomes literários e até de colecções.

Um dos elementos que parece favorecer esta hipótese, adensando-lhe a estrutura, é o facto de Henrique Torres publicar dois títulos de Oscar Vaudin, *As Heroínas da França* e *Amor e Dever*, ambos em bem mais do que um volume. Se o autor é, como os in-

⁷⁴ Id., *Ibid.*

⁷⁵ Confira-se *Os Crimes do Mascara Negra*, de Oscar Richmond, Lisboa, Typografia Henrique Torres, 1926, pp. 18, 22, 26 e 30.

dícios parecem sugerir, realmente um pseudónimo, surge aqui um novo patamar de colaboração entre familiares num mesmo ramo. Além do fluxo de encomendas tipográficas de um irmão a outro e além da partilha familiar dos mesmos espaços e equipamentos, que se verificou com bastante incidência sobretudo nas primeiras décadas de vida da Romano Torres, há aqui um novo nível de partilha, restrita aos dois irmãos editores. Oscar Vaudin, autor que é muito provavelmente uma criação pseudonímica, é publicado por ambas as casas, facto revelador de uma gestão editorial que não hesita em fazer-se a partir da porosidade de lugares, gente e autores, mantendo neste caso e no interior do círculo familiar dos Torres uma exclusividade da ficção onomástica em torno de uma obra que adquiria assim uma verosimilhança maior, já que não se limitaria a uma chancela.

A persistência no catálogo de um determinado tipo de edição assente eminentemente em traduções francesas, com filiação efectiva ou aparente no século XIX, não é imune ao papel altamente criativo e inventivo do editor, que prescreve e intermedeia culturalmente as hermenêuticas a transmitir à clientela e os referenciais com que esta lê as histórias e pensa os escritores. E este papel editorial é desempenhado, no limite, com a própria efabulação em torno da ideia e da identidade do autor, recurso de particular êxito na história social da literatura. Parece ser este também o caso de Jorge Merovell, autor cujo nome exacto – ou modificado para que se procure uma ascendência francófona ou anglófona fora do aportuguesamento do primeiro nome, Jorge – não consta de bases de dados bibliográficas excêntricas ao universo da família Torres.

Entre o fim dos anos 1910 e o princípio dos anos 1920 a Romano Torres publicita uma obra com o título *Segredo da Mendiga*, editado em quatro volumes encadernados com o valor global de venda de 120\$00. O título não indica autoria. Noutro lugar, em meados da década de 1910, a autoria deste título havia sido associada a um J. Merouvel,⁷⁶ o que significa que é, pelo menos, dessa altura que data a edição, primeiramente feita em fascículos e

⁷⁶ Confira-se publicidade na contracapa dos tomos de *A Grande Guerra: cronica episodica e anedoctica da conflagração europea*, de Vasco de Lucena, vol. I, Lisboa, João Romano Torres & C.^a – Editores, s.d.

tomos. O nome do escritor evolui para um Jorge Merovell à entrada para os anos 1930. Não é improvável de que se trate, como corruptela, de um pseudónimo de escritor português inspirado fortemente em Charles Mérouvel, autor francês com produção essencialmente nos domínios do drama sentimental e nas narrativas de cariz criminal, justamente as áreas temáticas mobilizadas na literatura de Jorge Merovell.

Identificados nas contracapas como «Romances de misterio, amor e aventuras» e «Episodios da vida real da America», os livros de Jorge Merovell editados no início dos anos 1930 pela Romano Torres não indicavam nome do tradutor, sendo impressos na Tipografia Henrique Torres ou na Imprensa Lucas & C.^a. Nesta fase, em que o editor reelabora a figura de Merovell como autor ao qual se atribui uma posição de relevo no catálogo, há uma recuperação editorial da obra, alterada morfologicamente e no modo como surge aos olhos do leitor. É assim que em 1930 se dá à estampa uma colecção de livros serializados, constituindo «Leitura emocionante» cada um dos volumes que se vende a 5\$00. Todos tinham capas de Alfredo de Moraes, mais trabalhadas graficamente do que as capas dos livros de Oscar Vaudin. Em 1930 apenas sai o volume *O Segredo da Mendiga*. Logo a seguir, em 1931, aparecem enfileirados *A Misteriosa Desconhecida*, *O Drama de Uma Noite*, *A Mascara do Amor*, *Os Aventureiros do Crime*, *A Marca do Destino*, *A Hora Suprema*, *A Ordem Secreta*, *O Caminho do Paraizo* e *A Ultima Aventura*. Toda a série de dez volumes correspondia a um único romance. A reforçar o carácter serializado do romance estava o facto de o livro ser vendido previamente em fascículos de 0\$60 apenas sob o título *O Segredo da Mendiga*. *O Segredo da Mendiga* regressava como nome do romance do autor tal como acontecera mais de uma década antes, ainda que fosse somente na edição em fascículos, publicada antes de 1930. Neste título único albergar-se-ia, portanto, não apenas o volume que homonimamente haveria de perpetuar este nome (o primeiro da série de volumes separados), mas também os restantes. Isto quer dizer que a intervenção editorial decompôs a longa história federada pelo título *O Segredo da Mendiga* em dez volumes separados, embora não independentes.

Toda a série de Jorge Merovell publicada em 1930 e 1931 demonstra que o recurso à edição parcelarizada de livros era ainda uma opção para a Romano Torres nesta época. Contudo, a solução de editar longos romances pela via da serialização de conjuntos de quatro, cinco, seis ou mais livros não sobreviverá na *praxis* da editora à primeira metade da década de 1930. A Romano Torres dera já alguns sinais de que começava a entrever algum esgotamento da fórmula. Em Janeiro de 1929, por exemplo, em troca epistolar com Luigi Motta, Carlos Bregante transmite ao escritor italiano que «les acheteurs sont fatigués des volumes avec continuation».⁷⁷

À semelhança do que sucedera com Oscar Vaudin, Jorge Merovell é um autor que parece gravitar exclusivamente na órbita do universo editorial da família Torres. Com data provavelmente posterior à edição das obras deste autor na Romano Torres, Henrique Torres publica em vários volumes a obra *Amor e Lágrimas*, de Jorge Merovell. Fora destes dois lugares de existência editada (as editoriais Romano Torres e Henrique Torres), Jorge Merovell parece não existir, o que suscita a ideia de que se tratará de uma persona literária partilhada e posta ao serviço das intenções circunstanciais de editores com fundas relações familiares. É muito provável que se esteja novamente perante um caso de denominação autoral construída literariamente como nome falso, consistindo alguns livros em traduções inventadas ou falsas. O intuito é suscitar a crença nos leitores de que a apropriação da narrativa se faz segundo o princípio do acesso a um certo tipo de autor, de uma certa nacionalidade e no âmbito de um certo domínio temático, que propicie uma interpretação em detrimento de outras. Esta opção é estratégica e deliberada.

Reconfiguração editorial em marcha

Com o delfim de João Romano à frente dos destinos da editora, a Romano Torres entra num processo de transformação que não mudará a face da empresa, antes complexificando e, pelo menos durante um período, diversificando o seu catálogo. Carlos Bregante gosta de experimentar sem revoluções nem metamorfoses

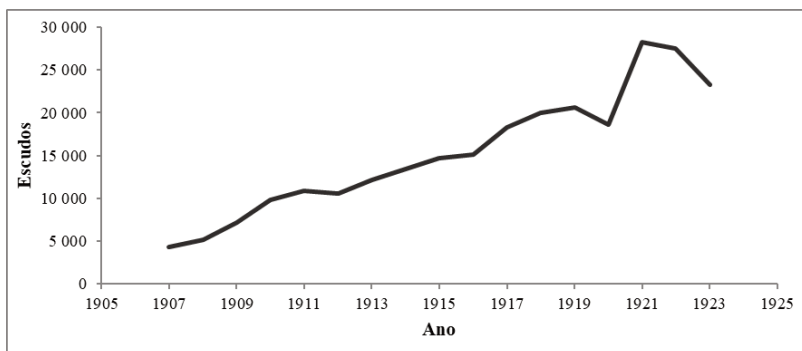
⁷⁷ Carta de 12 de Janeiro de 1929 para Luigi Motta.

desfiguradoras. A Romano Torres mantém-se posicionada como casa onde o livro de matriz histórica, ficcional ou não, ocupa um lugar central, não renunciando à tradição de autores de grande divulgação de base folhetinesca, sobretudo traduzidos do francês. A veia enciclopedista permanece como um dos esteios editoriais da produção, acrescentada de publicações que exploram caminhos dela dimanados, materializando edições de carácter mais particularizado, nos cuidados de saúde ou na vertente do comportamento sexual humano.

Mas é verdade que o catálogo se vê insuflado de uma vontade de abertura de horizontes, ao mesmo tempo que se fecham caminhos anteriormente trilhados. Neste último domínio estão os almanaques e os periódicos, que deixam de ser editados pela Romano Torres. Autores e temas novos emergem como produtos a explorar, normalmente alinhados com o que se passaria com outras casas coetâneas, embora a maior parte deles sem resiliência que os torne capazes de sobreviver muitos anos no catálogo. Só na aparência, contudo, se trata de opções avulsas ou fugazes. A dinâmica que, tal como o pai, Carlos Bregante infunde à editora, revela uma coerência, um *habitus* e um *ethos* editoriais de alguém que procura, e consegue, infundir identidade – a sua identidade – a uma organização pré-existente e dotada de uma arquitectura estabelecida.

Carlos Bregante não controla sózinho os destinos da Romano Torres. João Romano mantém-se na estrutura social da empresa com capacidade de influência da gestão, embora seja notória a sua vontade crescente de delegar no filho e na autonomia que este demonstra a condução comercial e a política de edições da editora que fundara em 1885-1886. Muitos atributos caracterizadores dos próprios processos produtivos e comerciais, bem testados por anos de actividade, remanescem como eixo da actividade. Sinal disso é a opção pela manutenção da edição em parcelas, seja na modalidade de publicação em fascículos prévia à edição em volumes completos, seja na modalidade por assinatura permanente, em que a edição de um livro em volumes completos coexiste temporalmente com os fascículos ou tomos desse mesmo livro. O ganho em edições por fascículos aumenta de forma sustentada

Gráfico 1 - Receitas com venda por assinaturas (valores absolutos)



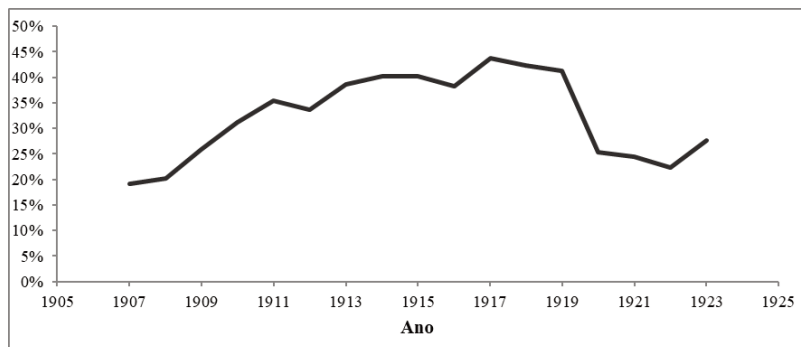
Fonte: Arquivo Histórico Romano Torres.

desde 1907,⁷⁸ o primeiro ano de que há dados contabilísticos, até 1923 (gráfico 1), o último ano em que é possível obter os dados desagregados contemplando as receitas com assinaturas. Se no ano inaugural da João Romano Torres & C.^a as receitas são de 4.314\$00,⁷⁹ em 1923 a cifra alcança os 23.276\$00, quase seis vezes o valor inicial, com o pico a ser atingido em 1921, com 28.302\$00.

Se em valores absolutos as receitas desenham uma trajectória de crescimento ininterrupto, só quebrado em 1922 e 1923, o último biénio para o qual existem dados desagregados, em termos relativos já antes a percentagem dos ganhos através de vendas por assinatura face ao total das vendas da Romano Torres apresenta uma queda (gráfico 2). Efectivamente, o ano de 1917 é o ano em

⁷⁸ As receitas de assinantes provinham fundamentalmente de pagamentos efectuados através de vales de correio.

⁷⁹ O real fora formalmente substituído pelo escudo em 22 de Maio de 1911, cinco meses após a proclamação da República, por decreto do Governo Provisório. A circulação da nova moeda demorou algum tempo a entrar efectivamente nas trocas comerciais e nas contas, sendo que «a substituição não estava ainda completa quando eclodiu a Primeira Guerra Mundial.» (MATA e VALÉRIO, 2003: 177). O escudo entra em vigor nas contas formais da Romano Torres em Julho de 1913, ano em que a contabilidade do Estado português começou também a ser feita em escudos. Aquando da sua criação, a taxa de conversão para um escudo foi fixada em mil réis (reais). Nesse sentido, e para efeitos de comparação, todos os valores são apresentados em escudos, mediante uma operação simples de conversão de réis em escudos na base de mil réis equivalerem a um escudo.

Gráfico 2 - Receitas com venda por assinaturas (valores relativos)

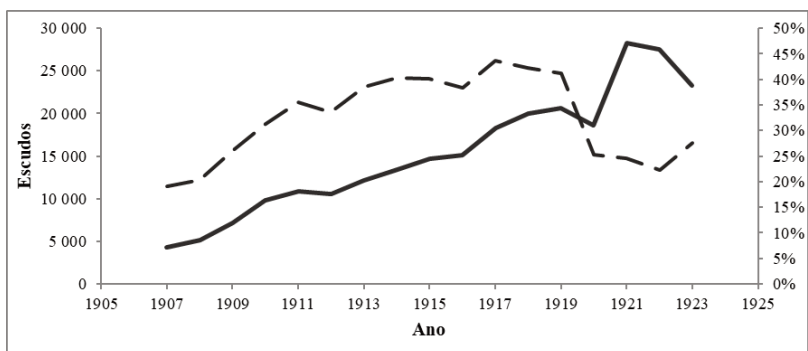
Fonte: Arquivo Histórico Romano Torres.

que as publicações em parcelas pesaram mais nas receitas globais da editora: 44%, diminuindo a partir daí até aos 28%, em 1923. De quase metade dos rendimentos comerciais de vendas, as receitas com assinaturas passaram para perto de um quarto do montante global. Este crescimento deve ser sopesado face à receita global, que aumenta mais do que a receita provinda da venda por assinatura.

Portanto, se a aposta na edição por fascículos ainda é um factor inequívoco de proventos para a editora, o seu peso nas receitas vai conhecendo um decréscimo progressivo (gráfico 3).⁸⁰ As primeiras três décadas do consulado de Carlos Bregante manifestam uma lenta reconfiguração numa das modalidades que haviam travejado a actividade editorial da Romano Torres desde a sua génese. Com João Romano, a própria decisão de publicar um determinado tipo de livro ou conjunto de livros e a sua viabilização comercial dependiam fortemente do elemento de edição com os custos controlados e dissipados no tempo, factor indispensável para a capacidade de dar à estampa obras de grande fôlego editorial, em vários volumes com centenas ou mesmo milhares de páginas. Esta marca de água da editora vai sofrer uma erosão muito paulatina, mantendo-se nas primeiras décadas do novo século um modelo de negócio largamente dependente da publicação parcela-

⁸⁰ Os valores relativos (em percentagem) encontram-se a tracejado.

Gráfico 3 - Receitas com venda por assinaturas (cruzamento dos valores absolutos com os valores relativos)



Fonte: Arquivo Histórico Romano Torres.

rizada, embora o seu peso fosse diminuindo até ao final dos anos 1930. A partir da década de 1940, a edição por fascículos praticamente desapareceu das práticas e estratégias de comercialização e construção de catálogo da Romano Torres.

Do ponto de vista político, o advento da República em 1910 suscitou condições políticas mais favoráveis à promoção da leitura e da circulação do impresso, «expandindo-se os livros e periódicos para todos os gostos e renovando-se o sistema bibliotecário» (MELO, 2010: 116). A mudança não foi, contudo, tão acentuada quanto se poderia pensar, mantendo-se alguns óbices estruturais a uma repentina subida e alargamento do consumo do impresso e particularmente do livro. Além disso, se economicamente a década de 1880 começara em Portugal com um período de expansão entre 1880 e 1888, e que João Romano tão bem soube aproveitar, o crescimento verificado no país é seguido de uma fase de estagnação, agravada pela crise de 1891, que se prolongou até 1914. Durante o primeiro conflito mundial a estagnação económica é substituída por uma crise de escassez e incremento da inflação. Só entre meados dos anos 1920 (logo a partir de 1924) e finais da década é que sobrevém novamente uma recuperação (MATA e VALÉRIO, 2003). Aliás, o período da Primeira Guerra Mundial e do pós-guerra até, pelo menos, 1924, foi justamente caracterizado por uma alta de preços, por uma recalcitrante inflação e por uma in-

tensa deterioração do poder de compra interno. A lenta adaptação a uma economia de inflação (TELO, 1993; FRANCO, 1993), associada à forte contracção do mercado faz com que a degradação persista mesmo depois de 1924. O ambiente económico difícil, aliado à persistência social de um mercado do livro relativamente curto – apenas mitigado pelo escoamento para o Brasil⁸¹ – dita a permanência da solução de concepção e venda parcelarizada das edições como um dos esteios da actividade da Romano Torres. E, apesar de tudo, a mudança vai acontecendo.

Ao longo do primeiro terço do século, a Romano Torres vai recompor o seu catálogo através do aumento progressivo de colecções. Ainda em meados dos anos 1920 o catálogo da Romano Torres não possui uma lógica maioritária de arrumação dos livros assente na colecção. Num extracto do catálogo publicado num livro de 1926,⁸² são sobretudo listadas obras de autores, assim discriminadas. Fora do eixo nominal associado a um autor, apenas são referidas as Edições Artísticas, a colecção O Livro Popular (de F. A. de Miranda e Sousa – Editor) e as Crónicas da História Patria, além de uma categoria indiferenciada apelidada de Autores Diversos. As duas primeiras não são colecções editadas pela Romano Torres, que apenas as distribui.

A lógica mais imediatamente visível parece ser a da agregação de títulos por autor, não de colecção unificada tematicamente. O que não quer dizer que, para efeitos de publicidade, por vezes não acontecesse justamente o contrário, forçando a editora uma aglutinação temática de volumes que não o eram realmente. Em meados dos anos 1930, por exemplo, acotovelava-se sob o guarda-chuva de «Romances Policiais» toda a sorte de títulos, autores e até géneros. A lógica do editor funda-se numa argúcia de acompanhamento do tempo e de arrumação de obras com alguma

⁸¹ As primeiras décadas do século XX não são ainda caracterizadas por um sistema institucional – público e privado – de aquisição de livros, nalguns casos em montantes muito significativos, como virá a suceder com a Fundação Calouste Gulbenkian nos anos 1960. Neste primeiro terço de centúria, as editoras não contam com essa alternativa que virá posteriormente a ser muito relevante para venderem o seu produto.

⁸² «Extracto do Catalogo da Casa Editora João Romano Torres & C.^a», ocupando as páginas finais (pp. 187-192) de *Ellas na Intimidade. Notas e observações*, de Eduardo de Noronha, Lisboa, João Romano Torres & C.^a, 1926.

dispersão cuja relativa fragmentação se impunha terminar para consolidação de uma unidade de catálogo que fosse compreensível e conferente de identidade à própria editora. Neste caso particular, o advento em 1943 da colecção Grandes Mistérios, Grandes Aventuras (publicada entre 1943 e 1970) (MEDEIROS, 2018: 235-310) vem resolver esta indefinição, substituindo rapidamente a generalidade destes títulos por outros pensados e concretizados editorialmente, segundo uma racionalidade diferente concebida de raiz e orientada de modo muito específico.

Mas as coisas vão mudando, e desde cedo. A Romano Torres vai robustecendo os seus processos de edificação do catálogo, optando cada vez com maior intensidade pela constituição de conjuntos aos quais se procura conferir coesão e identidade, através de uma intervenção intrinsecamente editorial de selecção e organização. Por um lado, verificam-se avanços pressentidos em tentativas de produção de colecções como a *Scienia ao Alcance de Todos/Scienia para Todos*, a *Bibliotheca do Povo*, a *Leituras Modernas* ou a *Leitura Alegre*. Por outro lado, a dinâmica de transformação é plenamente assumida, materializando-se em verdadeiras colecções como a *Portugal Histórico*, a *Livros Interessantes*, a *Colecção Galante*, a *Colecção de Manuaes Populares*, a *Biblioteca Scientifica Sexual* ou a *Colecção Manecas*. Esta multiplicação cria na actividade da editora uma circunstância diversa da que sucedia antes, grandemente pautada pela publicação de obras avulsas ou pertencentes a séries reconstruídas *a posteriori* ou formando conjuntos ainda embrionários.

A aposta em conjuntos com uma unidade pensada e formulada de raiz traduziu uma reorientação da oferta editorial na qual as obras eram crescentemente postas a circular fazendo parte de colecções. A arrumação por colecções, cujas pulsões iniciais são já detectáveis na fase inicial da Empresa Editora «O Recreio», embora de um modo mais difuso e muito menos sistemático, não corresponde meramente a uma reorganização taxonómica e classificativa interna do catálogo. «Com efeito, cada conjunto, ao determinar uma especialidade, tende igualmente a definir um público.» (LETOURNEUX e MOLLIER, 2011: 220). Editar colecções é, por isso, procurar activamente intervir sobre uma audiência

imaginada⁸³ ou sobre um mercado acerca do qual se pode possuir um conjunto de informações maior ou menor (MEDEIROS, 2015). Tal como sucedera com João Romano, em Carlos Bregante a prática editorial é indissociável de uma matriz estratégica que se confronta com a necessidade de procurar ou suscitar brechas no tenaz espartilho da realidade social e económica do país, de maneira a produzir uma procura com apetência para a compra de livros. Se nos anos 1930 o analfabetismo grassava em Portugal como em nenhum outro país europeu,⁸⁴ os rendimentos da maior parte da população nem sequer eram suficientes para suprir as necessidades básicas. Em 1938, por exemplo, o salário médio de um operário industrial urbano (situado diariamente em 13\$00) com um agregado doméstico de cinco pessoas, para o qual o pai fosse a única fonte regular de proventos, «não dava sequer para a família comer modestamente.» (ROSAS, 1994: 95).

Progressivamente, a alteração da editora foi-se sedimentando, procurando um equilíbrio com as suas premissas inaugurais. A vida de Carlos Bregante acompanhou este percurso, reforçando a matriz familiar da empresa, que nunca conheceu gestão de elementos exteriores ao clã Torres. Em 7 de Fevereiro de 1900 o filho do fundador contrai matrimónio com Palmira de Jesus Pereira Abrantes da Cunha Castelo-Branco Lucas Torres,⁸⁵ nascendo-lhes em 16 de Fevereiro de 1901 em Lisboa a única filha, Amélia Abrantes de Cunha Lucas de Bregante Torres. Casada desde 7 de Abril de 1919 com Augusto Carlos de Macedo Carvalho Pereira e Sousa Farinha, Amélia Torres Farinha, chegada aos 21 anos em 1922, entra na empresa como sócia, tomando parte no capital com o pai e o avô através de escritura de 17 de Julho de 1922, ainda que com uma quota minoritária de 1.000\$00 e sem participação na gerência e administração da editora, que per-

⁸³ Uma das consequências dessa intervenção relaciona-se justamente com o que alguns autores designam por formação editorial do gosto (CERVANTES BECERRIL, 2009).

⁸⁴ Só durante a década de 1940 a percentagem de alfabetizados em Portugal logrou atingir os 50%. Para efeitos comparativos, os países escandinavos, a Suíça, a Alemanha ou a Holanda haviam chegado aos 95% em... 1850 (CANDEIAS e SIMÕES, 1999).

⁸⁵ Palmira Lucas Torres nasce em Lisboa a 9 de Abril de 1880 e morre na mesma cidade em 8 de Outubro de 1968.

manece entregue aos dois sócios maioritários, possuindo cada um 15.000\$00 do capital (que sobe de 12.000\$00 para 31.000\$00).⁸⁶ A distribuição dos lucros pelos três sócios faz-se por proporção de quotas, cabendo a João Romano 48,4% dos lucros líquidos, a Carlos Bregante 48,4% e a Amélia 3,2%, modelo a que correspondeu igualmente a distribuição de perdas. A relação de ganhos e perdas entre sócios torna-se assim mais simples e desprovida de mecanismos de compensação.

João Romano abdica definitivamente de garantir um benefício específico, traçando um caminho de crescente desprendimento da mesma, outorgando ao filho na prática o poder total na condução do negócio. Volta a casar, duas vezes. Está cada vez menos tempo na empresa. Nos últimos tempos de vida, remete-se a casa, reduto final de uma vida dedicada aos livros, deixando atrás de si uma reputação invejável. Dele se dizia que o «crédito na praça de Lisboa era ilimitado.» (Um livreiro popular, 1935: 5). João Romano da Rocha Torres de Jesus falece aos 80 anos na cidade de Lisboa, em 19 de Maio de 1935.

3. DA LÓGICA ESTABILIZADORA DAS COLECÇÕES AO ESTERTOR DE UMA EDITORA SECULAR

A Colecção Azul e a afirmação definitiva das colecções no catálogo

No ano seguinte à morte do fundador, a João Romano Torres & C.⁸⁷ altera o seu pacto social, formalizando-se a entrada de Augusto Carlos Farinha como sócio da editora, através de escritura de 15 de Julho de 1936.⁸⁷ Filho de Jaime César Pereira e Sousa Farinha, licenciado em Economia e Finanças e antigo director da Junta de Crédito Público, e de Alba Amélia Xavier de Macedo de Carvalho, Augusto Carlos Farinha nascera em Lisboa

⁸⁶ Conforme escritura de 17 de Julho de 1922, lavrada de folhas 47 verso a 50 no livro número 53-S do cartório notarial do notário António Tavares de Carvalho (ANTT, Nono Cartório Notarial de Lisboa, livro número 53-S, caixa 629).

⁸⁷ Em 7 de Novembro de 1935 formalizara-se outra escritura, na qual Carlos Bregante ficara com a parte do irmão, Henrique Bregante Torres, na empresa, por morte do pai, sendo Henrique Bregante Torres herdeiro.

a 20 de Outubro de 1895. Ao contrário do sogro, nascido e criado no seio de uma linhagem de editores e tipógrafos, Augusto Carlos não provém do mundo dos livros, desenhando um percurso diversificado até à sua entrada na editora, essencialmente na área empresarial. A integração do genro na composição da empresa aprofundava o timbre familiar da empresa ao mesmo tempo que garantia a Carlos Bregante um apoio masculino na condução dos negócios, mercê também de uma visão patriarcal do ofício.



Figura 16 Augusto Carlos de Macedo Carvalho Pereira e Sousa Farinha.
Fonte: Espólio familiar de Francisco de Noronha e Andrade.

O artigo segundo deste novo documento legal estabelece que a «denominação é substituída por Livraria Romano Torres e a firma sob que serão feitas as operações sociais é, como tem sido até agora, João Romano Torres & C^a.».⁸⁸ A sede mantém-se na Rua Alexandre Herculano, números 70 a 76, e o capital social eleva-se de 31.000\$00 para 90.000\$00, distribuído da seguinte forma: Carlos Bregante possui quotas no valor de 81.000\$00, Amélia e Augusto Carlos ficam, cada um, com quotas equivalentes a

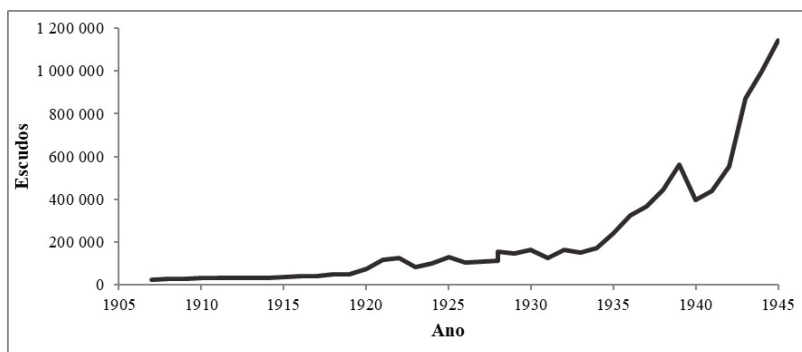
⁸⁸ Escritura de 15 de Julho de 1936, lavrada de folhas 36 verso a 40 no livro número B-75 do cartório notarial do notário Fernando Tavares de Carvalho, p. 38.

4.500\$00. Só em 1970 é que esta distribuição de quotas sofrerá modificação. Apesar do artigo sexto determinar que a administração e gerência da empresa, bem como a representação da sociedade em juízo e fora dele, cabem a todos os sócios, Carlos Bregante permanece como principal motor na condução dos destinos da Romano Torres.

A partir deste momento, a lógica editorial suportada em colecções aprofunda-se e estabiliza-se como eixo de estruturação do catálogo da empresa. O editor propõe uma geografia no seio das obras que publica, dividindo-as por conjuntos conferentes de identidade colectiva. Segmenta-se, desta forma, a oferta editorial. A aposta na colecção como alicerce da política editorial correlaciona-se com o crescimento das receitas da empresa. Verificando-se já um incremento desde 1935, com uma quebra entre 1939 e 1940, é justamente na década de 1940 que se dá uma subida acentuada na receita arrecadada (gráfico 4). Com efeito, os valores gerados passam de 395.366\$00, em 1940, para 1.141.551\$00, em 1945, um aumento de quase 189% em apenas cinco anos.

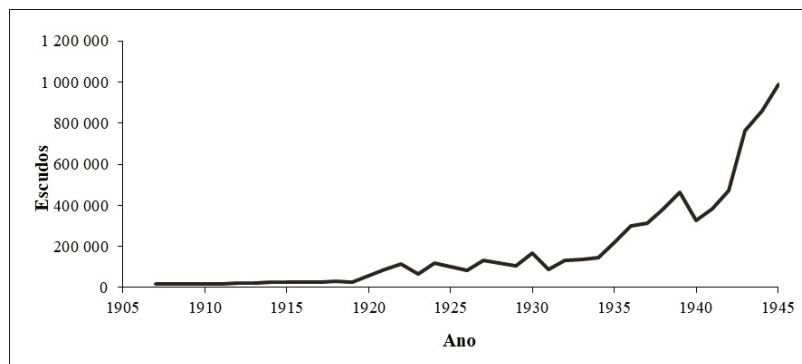
A Segunda Guerra Mundial tem impactos negativos no crescimento da economia portuguesa, com uma crise de escassez menos severa do que durante a Primeira Guerra Mundial e um processo inflacionista não acompanhado por uma depreciação externa da moeda portuguesa. A evolução real dos salários é um dos indicadores que entra quase imediatamente em refluxo, registando-se

Gráfico 4 - Receitas globais entre 1907 e 1945



Fonte: Arquivo Histórico Romano Torres.

Gráfico 5 - Despesas globais entre 1907 e 1945



Fonte: Arquivo Histórico Romano Torres.

para os operários, por exemplo, um tombo de mais de 10% no período de 1941 a 1946 (ROSAS, 1994: 348-349). Entre 1939 e 1945, as contas públicas ressentiram-se igualmente deste contexto, exibindo um aumento da dívida pública e do défice orçamental em percentagem do produto interno bruto (entre 1929 e 1939 há um *superavit*) (COSTA, LAINS e MIRANDA, 2014: 374). Só se observa um crescimento a partir de 1947, durando ininterruptamente até 1974, apesar dos aumentos nos preços registados desde finais da década de 1960 e inícios da década seguinte. Em contraciclo com o clima económico geral, durante a primeira metade do decénio de 1940 a edição em Portugal registou um incremento da actividade e viveu um tempo de alguma bonança, com consequências ao nível das vendas e do número de editoriais e entidades com produção editorial (MEDEIROS, 2010: 126, 162), apesar do permanente problema do papel⁸⁹ e das dificuldades de importação, agravadas pelo conflito mundial. A modificação da prática editorial da Romano Torres coincide, então, com uma variação positiva das suas receitas. Mas esta variação tem de ser sopesada com um au-

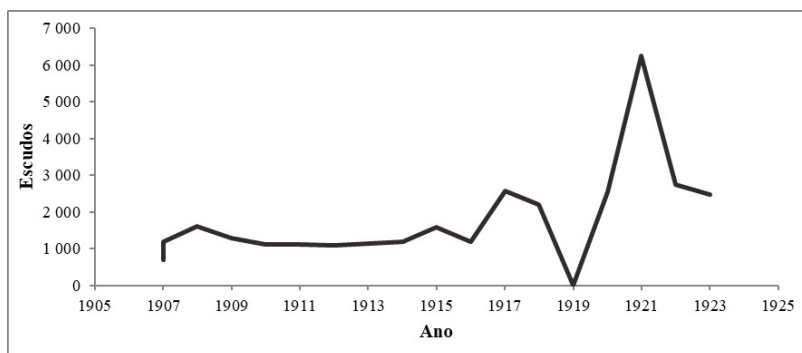
⁸⁹ Já no final da década de 1930 a estagnação na produção de papel e a incapacidade de erguer em Portugal um parque empresarial em linha com o de países mais avançados pesava bastante na factura exigida a sectores a jusante, como o da edição. No âmbito dos custos com que a indústria gráfica se deparava, quase dois terços (65%) eram imputados directamente ao preço do papel, ficando os restantes 35% para pagar todas as operações de composição e impressão (ALVES, 2000: 160).

mento correlativo das despesas globais, que também se ampliam neste período (gráfico 5), em linha com o aumento repentino e acelerado dos preços na economia durante quase todo o decénio de 1940 (MATA e VALÉRIO, 2003: 270-271).

O aumento das receitas não reverbera, então, positivamente na saúde financeira da Romano Torres. Esta vai piorar bastante depois do conflito mundial. Depois de nas primeiras duas décadas da João Romano Torres & C.^a o passivo da empresa revelar pequenas variações num contexto de grande controlo financeiro (gráfico 6),⁹⁰ é na dezena de anos que se segue a 1945 que o passivo começa a crescer desenfreadamente (gráfico 7), desenhando um percurso que se inicia nos 139.140\$00, no ano terminal da Segunda Guerra Mundial, e termina nos 979.514\$00, em 1954, conhecendo alguma estabilização posterior, depois de uma espantosa subida de 604% no período assinalado. Esta variação negativa pesou largamente nas decisões editoriais de Carlos Bregante, que passou a ser refractário à prática de edição de títulos avulso, consolidando a tendência de investir em colecções e de diminuir o número de novas venturas e experiências.

De meados da década de 1930 e, sobretudo, do início da década de 1940 para a frente, só em muito poucos casos a produção da editora se traduz em livros fora de colecção. Nem sempre, to-

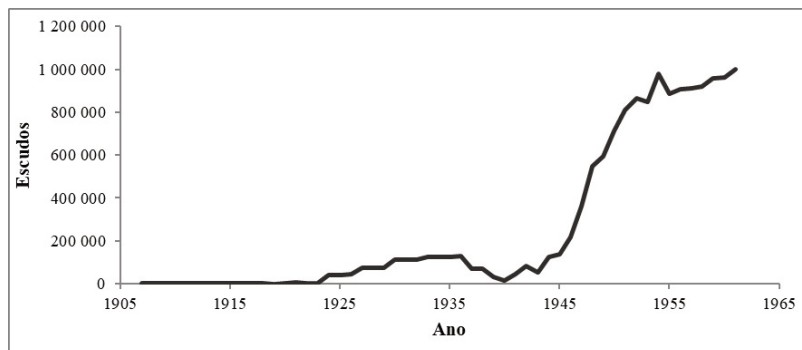
Gráfico 6 - Passivo entre 1907 e 1923



Fonte: Arquivo Histórico Romano Torres.

⁹⁰ Se em 1907, primeiro ano para o qual existem dados, o passivo se situa, em escudos, nos 1.185\$00, em 1923 o valor está nos 2.470\$00.

Gráfico 7 - Passivo entre 1907 e 1961



Fonte: Arquivo Histórico Romano Torres.

davia, a acção de constituição de um catálogo por colecções obedeceu a um racional temático ou autoral, escolha que pode desencadear dificuldades de definição do conjunto formado ou a formar e de relação com o putativo leitor e comprador. Tal parece ter sido, até certo ponto, o caso da Colecção Reclamo. Com raízes provavelmente ainda em meados da década de 1920 e formando um *corpus* autónomo possivelmente na década seguinte, ao longo da sua existência a colecção parece não seguir um fio condutor que não seja, por um lado, o do preço muito barato (que se mantém inalterado no valor de 3\$00) e, por outro, o da proveniência essencialmente oitocentista dos autores. Inicialmente, contempla autores quase exclusivamente franceses, como George Sand, Xavier de Montépin, Octave Feuillet, Ponson du Terrail ou Georges Ohnet. Surgem ainda obras de Oscar Vaudin e de A. Alcobaça. A maior parte dos volumes que compõem a colecção corresponde a títulos previamente vindos a lume noutras colecções. De modo fluctuante, nela vão sendo inseridos escritores tão diversos quanto Ponson du Terrail, Enrique Pérez Escrich ou Arthur Conan Doyle.

O que não parece verificar-se é que obedeça de forma evidente a um critério temático ou de género claramente definido, dada a presença de volumes como *A Dama das Camélias*, *Expição do Amor*, *Romeu e Julieta*, *Eterna Canção* ou *A Peste Negra*. Existe, é certo, o que aparenta num primeiro momento corresponder a uma série

derivada da Colecção Reclamo, anunciada como colecção Aventuras Policiais e Misteriosas, amplamente tributária das obras de Arthur Conan Doyle, nascendo em 1935 e subsistindo por menos de dez anos. Ao contrário da Colecção Reclamo, cujas capas eram monocromáticas amarelas, com letras azuis e despidas de outros elementos gráficos identificativos, a colecção Aventuras Policiais e Misteriosas (cujo primeiro nome era apenas Aventuras Policiais) possuía capas ilustradas, vendendo-se igualmente a 3\$00 o volume. Estes elementos sugerem uma autonomia ou mesmo independência da Aventuras Policiais e Misteriosas relativamente à Colecção Reclamo. Reduzida a cinco títulos em meados dos anos 1950, a Colecção Reclamo desaparece do catálogo da editora antes de se chegar à década seguinte.

A colecção como premissa do labor editorial, contudo, penetrará como lógica predominante na actividade da Romano Torres, e com projecto planeado ou construído de forma definida ou logrando rapidamente essa definição. É ainda no decénio de 1930 que se assistirá ao nascimento da colecção que, a par da Colecção Manecas ou da Colecção Salgari ou ainda de algumas séries em torno do romance histórico e da biografia de personagens da história portuguesa, mais se agarrou à identidade da Romano Torres e mais influência teve na sua actividade comercial e nos resultados financeiros da editora: a Colecção Azul.

Apesar de se terem verificado em Portugal colecções ou séries noutras editoras com nome análogo, o título da nova colecção editada pela Romano Torres inspira-se explicitamente na colecção *Les Romans Bleus* e na sua antecessora *Collection Bleue*,⁹¹ séries publicadas pela *Librarie Tallandier*, que será a grande fornecedora de títulos para o novo empreendimento da editora portuguesa. Durante décadas, as capas dos livros da Colecção Azul apresentaram uma imagem minimalista em que o tom azul claro dominava, sendo interrompido apenas pelas palavras relativas à editora, título da obra e nome da autora, sem desenhos, figuras nem fotografias. A Colecção Azul nasce no decurso da publicação de um conjunto de títulos das autoras Max du Veuzit e Magali, que formavam dois conjuntos a que inicialmente a Romano Torres após o nome de Obras de Max du Veuzit e Obras de Magali.

⁹¹ Subtitulada «Bibliothèque pour les jeunes filles» (LETOURNEUX e MOLLIER, 2011: 219).

A génese da Colecção Azul situa-se provavelmente em 4 de Outubro de 1934, na missiva remetida pela Romano Torres à Librairie Tallandier, de Paris, indagando a congénere francesa acerca da disponibilidade dos direitos de tradução para a língua portuguesa (incluindo o Brasil) de uma das suas autoras, Max du Veuzit, pseudónimo da escritora Alphonsine Simonet, nascida Vavasseur-Acher. Max du Veuzit representou o ápice dos autores editados pela Romano Torres, sendo a autora mais vendida da história registada da casa, a par de Emilio Salgari, tendo mesmo sido a que conheceu mais reedições. Max du Veuzit integra uma vaga de escritoras francesas especializadas no romance sentimental. Juntamente com Magali e Delly, formará o triunvirato mais representativo do romance sentimental francês do início do século XX (MARTIN, 1980; COMPÈRE, 2011; LETOURNEUX e MOLLIÉ, 2011), dominando este género em múltiplas reedições dentro e fora de França até, pelo menos, aos anos 1980, com a afirmação dos romances de Barbara Cartland e o fenómeno internacional da colecção canadiana Harlequin (GRESOUE, 1996), com os seus avassaladores recordes de vendas. Esta literatura é maioritariamente escrita por mulheres, assumindo as mulheres, jovens e adultas, como suas destinatárias preferenciais, senão exclusivas. Toma forma como contraponto à erupção do feminismo e dos movimentos centrados nas reivindicações de direitos políticos, económicos e sexuais para a mulher.

Esta nova literatura sentimental é uma de várias declinações novecentistas da linhagem mais antiga da narrativa em torno de um casal de protagonistas que supera obstáculos e a acção de opoentes, desencontrando-se e reencontrando-se com o apoio de adjuvantes até ao desenlace: a união final ou a infelicidade. Mas é também uma metamorfose progressiva do romance de costumes em que o amor é apenas um dos ingredientes, raramente o principal ou único, de que o designado romance de vítima constituiria a face mais evidente. Max du Veuzit e Magali emergem como personagens magnas desta transformação. Elas significarão para a Romano Torres o distanciamento relativamente ao – mesmo o corte com o – modelo serial e com o estilo das obras como as de Oscar Vaudin e de Jorge Merovell, nas quais a narrativa entretecia o amor impossível ou desencontrado com o mistério e até o crime

num torvelinho que se arrastava por vários volumes dos quais o tom aventureiro não estava ausente.

A Romano Torres aponta baterias à escritora francesa como primeira autora da vaga de novos livros de timbre sentimental que a editora se prepara para encetar, abraçando definitivamente o género em detrimento da literatura mais melodramática e dos romances de vítima. Procura-se a publicação em série de uma escritora nova para os leitores de língua portuguesa, mas cujo sucesso comercial noutras paragens o editor não desconheceria. E este intuito só faz sentido, tal como acontecera para a obra de Emilio Salgari, se a Romano Torres lograr ter sucesso em três aspectos cruciais da negociação com a Tallandier. Primeiro, perceber, tendo editado experimentalmente vários volumes da escritora, se o mercado interno dá o acolhimento esperado aos livros, pois disponibilizar apenas um ou mesmo dois títulos não seria suficiente para aferir da afeição do público à autora. Segundo, poder dispor dos direitos de tradução e edição da totalidade da obra em exclusividade. E, por último, garantir a aquisição de direitos não apenas para o diminuto mercado português, mas essencialmente para o espaço maior da língua portuguesa, o que inevitavelmente compreenderia o mercado do livro no Brasil, impedindo o aparecimento de émulos brasileiros que competissem com o exclusivo que a editora portuguesa perseguia.

Carlos Bregante é um editor experiente e conhecedor do espaço social de leitura e de compra de livros em que se movimenta. Por esta altura está profundamente familiarizado com as dinâmicas do mercado em que actua. Longe vão os tempos do teste editorial de um autor – amiúde já com alguns créditos firmados, mas nem sempre – ou de um título aplicados somente a partir da publicação em fascículos e só depois em volumes acabados. Tendo-se afastado paulatinamente do modelo da publicação em parcelas e através de assinatura, o editor lidava agora com o risco inerente ao ofício recorrendo à garantia negociada de condições para experimentar um autor novo ou encetar uma nova colecção, com novos títulos. O processo longo e atribulado da edição e aquisição de direitos sobre os livros de Emilio Salgari tinha frutificado num novo modelo de actuação profissional na Romano Torres no concernente à compra de direitos de tradução e edição de obras de escritores estrangeiros.

E o editor mobilizá-lo-ia na recomposição do seu catálogo, o que é bem patente no processo de edição da Colecção Azul.

Max du Veuzit é, então, simultaneamente a autora pioneira e a mais importante na estratégia editorial de renovação que a Colecção Azul representará no âmbito do romance sentimental para a Romano Torres. Os três títulos escolhidos pela editora para iniciar a publicação das obras da escritora são *Mon Mari*, *Vers l'Unique* e *Mariage Doré*. Seleccionados em Dezembro de 1934 os volumes que inaugurarão a série, a Romano Torres toma outra decisão fundamental para o futuro da Colecção Azul: fixa um valor para a venda dos livros mais baixo do que o dos volumes vendidos em França. Em Portugal estes títulos são disponibilizados a 10\$00 escudos (cerca de 6,50 francos franceses), enquanto em França cada obra é vendida ao público a 12,00 francos franceses (aproximadamente 17\$70). Pouco tempo depois são postas a circular edições cartonadas a 15\$00.

Em 1935 é publicado *Meu Marido*, o volume que dá início à Colecção Azul, então ainda sem essa designação e formada apenas pelas obras de Max du Veuzit, com tradução de João Amaral Júnior. O livro é um êxito editorial, saindo uma nova edição logo em 1936. Como em muitos outros casos desta colecção (que foi a maior fonte de *best-sellers* da editora), as reedições sucedem-se, o que se repetirá não poucas vezes com muitos outros livros da Colecção Azul, sobretudo de Max du Veuzit e de Magali. Saem oito edições desta obra, a última das quais em 1977, acompanhando a produção da Romano Torres até perto do seu ocaso. O sucesso editorial não é apenas imediato, manifestando igualmente capacidade de perdurar. Emblematizando a definição de *best-seller*, vários títulos da Colecção Azul conjugaram comportamentos de sucesso popular imediato com processos de venda de longa duração. Sobre as características destes livros e da sua categorização como livros de choque (na tradução inglesa, *immediate popular successes*) e de fundo (ou *steady-sellers*) (ESCARPIT, 1969: 123-129; 1970).

Logo desde o começo, Carlos Bregante protegera-se, garantindo a exclusividade da edição em livro da obra de Max du Veuzit em língua portuguesa. A colecção começa verdadeiramente a tomar forma como conjunto agregador de vários escritores⁹² em

⁹² A Colecção Azul incorpora livros de Max du Veuzit, Magali, Claire du Veu-

torno de um género quando a editora adiciona em 1936 os dois primeiros títulos de Magali. Em meados dos anos 1940 ronda a centena de títulos publicados, num ritmo de crescimento muito rápido. Nos anos 1960, todavia, o ritmo de primeiras edições decresce de modo contínuo. O ano de 1967 é o ano terminal da edição regular de novos títulos na Colecção Azul, em claro declínio do seu vigor editorial e perdendo força como músculo da editora, que se vai ressentindo. A partir de 1968 só saem do prelo praticamente reedições, e mesmo estas com uma cadência cautelosa e circunscrita praticamente aos sucessos garantidos, quase todos de Max du Veuzit, com *John, Chauffeur Russo* à cabeça, chegando a 19 edições (figura 17).

Podem enumerar-se três ordens de razão para a crescente sucessão de atrasos na publicação de volumes em primeira edição e para o decréscimo paulatino do investimento em novos títulos para a Colecção Azul, um dos *ex-libris* da casa, até ao seu desaparecimento. Em primeiro lugar, refira-se a perda de vigor da colecção decorre da fragilização crescente dos negócios da editora, largamente motivada pela crise do livro no Brasil e pela dificuldade de transferências de divisas a partir deste país, para pagamento de encomendas. A paralisação dos negócios com o Brasil significava a contração do grande mercado consumidor da Colecção Azul. Em segundo lugar, verificou-se ao longo deste tempo uma concorrência do periódico no âmbito do mercado da literatura sentimental em Portugal. A existência profusa de edições em folhetim nos jornais, vendidas directamente pelos autores, não ajudava à folga editorial de editoras como a Romano Torres, que deixa, aliás, de adquirir direitos de tradução e edição de textos previamente publicados em Portugal na forma de folhetim, optando definitivamente pela exclusividade da primeira edição dos livros comprados e abandonando uma fórmula de decisão estratégica de publicar a que recorrera inúmeras vezes no passado. Em terceiro lugar, surgem as transformações sociais nas práticas de leitura, nos gostos e nas inclinações do público, que o foram afastando deste tipo de oferta editorial.

zit, João Amaral Júnior, Louis Derthal, Léo Dartey, Françoise Roland, Saint-Ange, Claude Revol, Odette de Saint-Maurice, Leyguarda Ferreira, Marianne Andrau, Alix André e Claude Jaunière.



Figura 17 Capas de várias edições de *John, Chauffeur Russo*.

O livro para a infância na Colecção Manecas

Nem só de colecções novas é feita a actividade da Romano Torres. Uma das mais importantes e que se constituirá crescentemente como um alicerce do catálogo é a Colecção Manecas, que sofrerá transformações sensíveis a partir da segunda parte da década de 1930 que mudarão a face da oferta da editora no âmbito da literatura para a infância. Nessa transição dos anos 1930 para os 1940, Henrique Marques Júnior é substituído na direcção literária por Leyguarda Ferreira. O último volume da colecção dirigido por Henrique Marques Júnior foi provavelmente *O Feiticeiro da Montanha e outros contos*, de Leyguarda Ferreira, já na segunda metade da década de 1930. Saliente-se que Henrique Marques Júnior não cessa a colaboração com a colecção, escrevendo ainda alguns volumes, sobretudo em co-autoria com a nova – mas nunca assumida editorialmente – directora literária. Leyguarda Ferreira imprime à Colecção Manecas um cunho que diversifica os colaboradores, aumenta os títulos e incute um ritmo de publicação incomparavelmente mais célere. Tomando as rédeas da série, torna-se na sua autora com maior presença, indiciando uma produtividade que caracterizará a sua colaboração com a Romano Torres, editora à qual se devota em exclusividade.

A mudança de direcção literária implicará transformações profundas e imediatas na colecção,⁹³ a começar pelas capas e ilustrações. As capas passaram a ser assinadas por Júlio Amorim, o grande capista da Colecção Manecas e que maior cunho gráfico consignou à orientação das capas da colecção ao longo das décadas subsequentes. Nesta altura, finais de anos 1930, os desenhos do miolo, ainda monocromáticos, passam a ser de Alfredo de Moraes, posteriormente acompanhado e progressivamente substituído pelo traço policromático de Júlio Amorim e, em menor número, de José Félix, aos quais se junta Eugénio (Rafael Pepe da) Silva no desenho e nas capas.⁹⁴ O número de páginas estabiliza-se em torno das 50.

Emergem, com alguma constância, narrativas originais, como *O Sapatinho de Natal* (a vida de Jesus contada às crianças por Leyguarda Ferreira) ou *O Milagre de Fátima* (novamente de Leyguarda Ferreira). Se até à entrada em cena da nova coordenação era comum que se alertasse inequivocamente o leitor de que se fazia um trabalho de reconto, baseando-se o livro em textos ou obras conhecidas e identificadas, com Leyguarda Ferreira à frente da colecção esta prática depressa cai em desuso, cessando totalmente qualquer referência a textos de génese ou de inspiração. Com Leyguarda Ferreira, os livros perderam igualmente o seu carácter compósito e passaram a corresponder predominantemente a uma narrativa única ou entrecortada, mas em torno de um elemento unificador, como uma personagem. Não deixa de ser profundamente significativo o facto de vários títulos que correspondiam a livros de Henrique Marques Júnior terem sido rescritos por Leyguarda Ferreira, que manteve o nome das obras, operando, todavia, grandes mutações no seu interior, o que os transformou em livros efectivamente distintos dos anteriores. Assim, títulos como *A Gata Borralheira*, *A Princesa Pele de Burro*, *As Noivas do Gigante* e *O Bailado das Fadas* deixaram de ser contos integrados em volumes que agregavam vários textos para ocuparem todo o volume, que perdeu a natureza de compilação. Expurgados da expressão titular

⁹³ A partir desta fase, a lógica da constituição da Colecção Manecas manifestou uma inédita permeabilidade do labor de Leyguarda Ferreira às directrizes de Carlos Bregante, o que não se terá traduzido, no entanto, em determinação totalitária do editor e na eliminação da autonomia decisória da directora literária.

⁹⁴ A Colecção Manecas contou ainda com outros capistas, de aparição esporádica, como António Domingues ou José Manuel Soares.

explicativa *E outros contos de fadas*, com que antes se tinham subtitulado, cada um destes títulos é mantido na colecção, mas muda o seu autor e o livro no seu conteúdo e morfologia narratológica, objectivamente diferentes dos livros com títulos homónimos ligados à génese da Colecção Manecas.

Por outro lado, inversamente ao que vigorava no consulado directivo de Henrique Marques Júnior, a coordenação de Leyguarda Ferreira pautar-se-á pela apropriação das histórias originais de escritores ou importadas directamente da tradição oral, recon-tadas por adaptadores, que se tornavam autores e assim eram apresentados pela editora. É assim que histórias internacionalmente conhecidas e reconhecidas (algumas das quais não destinadas originalmente a um público infantil) vão ser atribuídas aos seus res-ritores (Leyguarda Ferreira e, com muito menos representação, Henrique Marques Júnior), apagando quaisquer traços reveladores da autoria ou da proveniência original: *Robin dos Bosques*, *As Aventuras de Pinocchio*, *As Viagens de Gulliver*, *Branca de Neve e os Sete Anões*, *A Princesa Pele de Burro*, *Alice no País das Maravilhas*, *A Gata Borralheira*, *O Aprendiz de Feiticeiro*, entre outros.⁹⁵ A partir de algumas personagens centrais destas histórias escrever-se-ão outras histórias, estas efectivamente originais, subsumidas na fórmula *Novas Aventuras de...*, como os títulos *Novas Aventuras da Branca de Neve*, de Leyguarda Ferreira, e *Novas Aventuras de Pinóquio*, de José Rosado. Este modelo, recorrente na Colecção Manecas a partir da década de 1940, alimentou uma infrene multiplicação de histórias, correspondendo a outros tantos livros. O caso de José Rosado é exemplar. Circunscrevendo-se aos anos entre 1945 e 1948, a obra de José Rosado para a infância publicada na Colecção Manecas erigiu-se exclusivamente em torno da personagem de Carlo Collodi, Pinóquio, para a qual gizou 21 pequenos livros de novas aventuras (figura 18).

Desalinhada com o contexto que a viu nascer, à beira da década de 1960, a Colecção Manecas atinge os 68 títulos em comercialização. Depois de alguma estagnação na primeira parte dos anos 1960, na segunda metade da década sai a nova série da Colecção Manecas, afinal um conjunto de títulos reeditados. Incapaz

⁹⁵ Nestas edições não existe qualquer referência a Carlo Collodi, Jonathan Swift, Lewis Carrol, Goethe, aos irmãos Grimm ou a Charles Perrault.



Figura 18 Desenho original da página de rosto de *Pinóquio no México*, de Eugénio Silva. Fonte: Arquivo Histórico Romano Torres.

de apelar aos novos públicos e aos novos pressupostos da edição de literatura para a infância que surgem com pujança em finais dos anos 1960, encontrando a sua expressão máxima nas duas décadas seguintes, a Coleção Manecas acaba por sucumbir.

A centralidade das personagens: a biografia e o romance biográfico

O livro de matriz histórica remanesce como vector da actividade editorial da Romano Torres. Sê-lo-á até ao fim, conferindo à editora enquanto género um sentido de estruturação e de identidade de que esta não prescindiu. É no passado de Portugal que Carlos Bregante se vai concentrar, praticamente abandonando a atenção a temas históricos externos. A trama de teor descritivo e analítico ou de teor ficcional em torno de momentos e processos ligados ao passado de Portugal persiste como presença no catálogo, mas a partir da década de 1940 é o texto que versa sobre personagens que obtém os favores do editor, seja no plano da biografia, do romance biográfico ou da prosa humorística. O contexto não era contrário ao desenvolvimento de uma via há muito explorada pela Romano Torres, consentindo uma nova centralidade à edição de livros especializados em figuras históricas. Com efeito, o «campo ideológico de valores e consciência nacional que o Estado Novo privilegiou recorria sobretudo a figuras históricas que personificam os ideais que se pretendiam promover, elevando alguns deles ao nível da mitificação.» (PINTO, 2014: 15). O clima de exaltação celebrativa dos centenários, marcado indelevelmente pela Exposição do Mundo Português de 1940, associado à reabilitação da história como instrumento político de dominação, era propício a que emergissem e medrassem propostas de edição com esta base.

Um dos indicadores da importância concedida pelo regime ditatorial à dimensão histórica como discurso fundamental de construção ideológica e doutrinária e de dominação cultural por essa via, é a centralidade simbólica e pecuniária do Prémio Alexandre Herculano no quadro dos instrumentos de consagração literária gizados pelo Secretariado da Propaganda Nacional do Estado Novo. Instituído em 1934, o Prémio Alexandre Herculano,

criado para galardoar obras no domínio da história de Portugal, representava juntamente com o Prémio Eça de Queirós o segundo pecúlio mais elevado, só ultrapassado pelo Prémio Camões (PINTO, 2008; RENDEIRO, 2010).

O grande autor de livros de base histórica – quase todos enveredando pela biografia de personagens ligadas à história de Portugal – será nesta fase da vida da Romano Torres e até ao seu final, Mário José Domingues. A produção de timbre historiográfico de matriz biográfica assente nas grandes figuras revela o autor como um laborioso profissional das letras que produziu um abundante trabalho de escrita. Carlos Bregante careceu do contributo e da alta produtividade de Mário Domingues, comissionando livros cuja entrega estava assegurada por um colaborador fiável e estimado, com larga experiência nos mais variados géneros e estilos. Aliás, longe de proclamar de modo acrítico o passado glorioso da nação, o também escritor anarquista não deixou de declarar, de forma precoce e corajosa, as disfunções e a iniquidade a que assistia no âmbito das próprias fundações identitárias do país, forjadas no cadinho de processos de dominação que via como abjectos, sobressaindo a colonização como exemplo maior.

Mário Domingues na Romano Torres é, antes de mais, autor. O seu legado mais visível é aquele pelo qual será mais conhecido nos livros que dá à estampa na editora situa-se no domínio da história, sobretudo – mas não exclusivamente – no domínio da biografia de personagens históricas. Nenhum outro autor, antes ou depois, assinou semelhante número de títulos dedicados a temas históricos de Portugal. A colecção que constituiu, Série Lusíada, continha somente volumes escritos por si, tendo sido inicialmente apresentada como subdivisão de uma colecção, ou mais adequadamente, de uma federação temática de nome Visão dos Tempos, na qual se aglutinavam textos de vária extracção, da evocação histórica ao romance histórico, cuja publicação abarcava mais do que uma editora. A Série Lusíada publica-se cancelada pela Romano Torres a partir de 1950, com o título *A Vida Grandiosa do Condestável*. Passados dois anos a Série Lusíada vê-se acrescentada de *O Drama e Glória do Padre António Vieira*. Se o primeiro livro é vendido a 15\$00, a partir do segundo o custo ao público ascende aos 20\$00, valor que se fixa como referência na

colecção. O ritmo de edição não é, por enquanto intenso. Antes de 1960, vêm a lume *Inês de Castro na Vida de D. Pedro* (1953), *O Marquês de Pombal. O homem e a sua época* (1955) e *O Infante D. Henrique. O homem e a sua época* (1957).

No ano de 1960 o ritmo de produção do autor acelera-se, ampliando-se o efectivo da Série Lusíada, que se afirma como um dos eixos do catálogo da Romano Torres. O autor passa a ser o mais bem pago da editora, com vários dos seus trabalhos originais para esta colecção a valerem pagamentos na ordem dos 10.000\$00, um valor incomum para a altura e, mais ainda, para a política de pagamentos da Romano Torres. E o autor corresponde a essa valorização. Nos 18 anos que decorrem entre 1960 e 1977 Mário Domingues escreve e publica outros tantos livros.⁹⁶ Em cada um destes volumes o número médio de páginas nunca é inferior a 300, sofrendo até um crescimento progressivo até ultrapassar o meio milhar nos últimos livros. A alta intensidade que o escritor demonstra nos últimos anos da colecção impressiona. Convém recordar que Mário Domingues tem 87 anos quando vê sair em 1977 *A Derrocada do Absolutismo. Evocação histórica*, o derradeiro volume que edita na colecção. Falecerá nesse mesmo ano.

A colecção é concebida e escrita efectivamente como um todo a que o autor vai emprestando coerência e unidade internas, através de referenciação e remissão dentro de cada obra para outras obras da colecção, o que faz com que a Série Lusíada, inserida depois nas Obras de Mário Domingues, possua um carácter enciclopédico que deve ser consultado e comprado desejavelmente na sua totalidade, embora cada título valha por si. Na óptica da Romano Torres, é na obra histórica de Mário Domingues que deve radicar o novo tempo de afirmação da editora, no vector comercial e na componente identitária e simbólica, apesar da feição eminen-

⁹⁶ Os títulos que Mário Domingues faz sair na Série Lusíada entre 1960 e 1977 são, por ordem cronológica, *D. João II. O homem e o monarca*, *D. Manuel I e a Epopeia dos Descobrimentos*, *Bocage. A sua vida e a sua época*, *D. João III. O homem e a sua época*, *D. Sebastião. O homem e a sua época*, *O Cardeal D. Henrique. O homem e o monarca*, *D. João V. O homem e a sua época*, *O Prior do Crato Contra Filipe II*, *D. Dinis e Santa Isabel, Camões. A sua vida e a sua época*, *D. Afonso Henriques*, *D. João IV e a Campanha da Restauração*, *A Revolução de 1640*, *Junot em Portugal*, *D. Maria I e a Sua Época*, *D. João VI. O homem e o monarca*, *Liberais e Miguelistas. Evocação histórica e A Derrocada do Absolutismo. Evocação histórica*.

temente didáctica e inclusive despretensiva dos livros. Não surpreende, por isso, que os catálogos da Romano Torres elejam volumes da Série Lusíada para as suas capas ao longo de década e meia, abarcando todo o decénio de 1960 e metade do de 1970. A primazia é clara, parecendo a editora apostada em vincar uma imagem na qual, por um lado, a história persiste como matriz de definição e afirmação e, por outro, o autor ganha um papel preeminente e cauciona o investimento comercial e de reconhecimento que o editor deposita no conjunto de obras que vão sendo inseridas na colecção. O elemento de equilíbrio e o de uma certa busca de legitimidade não são igualmente de desdenhar na estratégia prosseguida, funcionando o espaço concedido ao tratamento histórico de figuras relevantes do país como mecanismo de contrapeso a outras colecções da editora.

Não obstante tratar-se de um autor com extenso lastro na aventura e no policial, predominantemente sob pseudónimo, os seus préstimos literários à Romano Torres nestes dois géneros literários são marginais, quase inexistentes, registando-se somente dois títulos na colecção policial *Grandes Mistérios*, *Grandes Aventuras*, assinando como William Bryce. A outra parte do trabalho de colaboração do escritor com a Romano Torres consistiu na produção de texto traduzido. Para além de algumas revisões de textos anteriormente traduzidos por outros colaboradores da casa, Mário Domingues desdobrou-se num rol de traduções que rapidamente se multiplicou.

A vaga anglo-saxónica nas colecções dos romances clássicos e contemporâneos

Apostada cada vez mais na construção de um catálogo escoreado em colecções, modelo que consagrará praticamente como único até ao fim, a Romano Torres inova e explora novos terrenos, ou terrenos menos desconhecidos mas abordados a partir de premissas diferentes. Não enjeitando a sua própria história e promovendo linhas de continuidade – algo que nunca deixará de fazer – a editora lança em 1944 a colecção *De Capa e Espada*, título inequívoco quanto ao âmbito e quanto aos autores a incorporar. Com excepção de Manuel Fernández y González, escritor que tirocinara

na editora nos seus primeiros anos e que está representado em cinco obras da colecção, os livros *De Capa e Espada* são de extracção autoral francesa. O sempiterno Ponson du Terrail é o autor mais representado, com dez títulos, cabendo-lhe, aliás, os cinco primeiros livros da colecção.⁹⁷ Com praticamente todos os títulos editados pela Romano Torres pela primeira vez somente nesta altura, Paul Féval e Paul Féval Filho são presença assídua, multiplicando as aventuras protagonizadas por Lagardère, a personagem celebrizada nos romances de aventuras «de capa e espada», materializadas noutros dez títulos. Este dado não deixa de ser significativo, já que demonstra que Paul Féval, um dos nomes mais populares da literatura deste género só perto de meados do século XX entra de modo inequívoco no catálogo da editora,⁹⁸ o que obriga a um reequacionamento de uma tipificação dos romances de capa e espada como estando inscritos matricialmente na vocação da Romano Torres, o que não corresponde à verdade.

Se é certo que desde cedo a Romano Torres publica textos e autores sedeados neste tipo de narrativa, o seu peso na produção da editora não é de modo algum acentuado, vindo a crescer, embora muito paulatina e timidamente ao longo dos anos. E o resultado, num momento da vida da Romano Torres em que a lógica da agregação em colecções é hegemónica, converge na criação da colecção *De Capa e Espada*. É, pois, em meados de novecentos que são resgatados de modo sistemático autores oitocentistas da tradição da narrativa folhetinesca de peripécias vividas por espadachins seiscentistas, intrigas de corte setecentistas e heróis de cavalaria. Antes disso, não há notícia de que o catálogo da editora albergasse tantos escritores e obras dedicados ao género. A Romano Torres é também uma editora de histórias de capa e espada, mas num momento desfasado das circunstâncias temporais em que este género de romance de aventuras conheceu a sua expansão editorial na Europa. Mas esta discrepância não é obra do acaso nem de um capricho tardio de Carlos Bregante. O editor também pre-

⁹⁷ *Os Quatro Cavaleiros da Noite, Um Trono Por Amor, O Pajem do Rei, Amor de Rainha e A Vitória do Rei Henrique*.

⁹⁸ Paul Féval surgira no catálogo da Romano Torres nos anos 1920-1930, com o romance *Os Facas de Oiro*. Até à posição central que assume na colecção *De Capa e Espada*, o escritor prima por uma quase ausência na produção da editora.

tende capitalizar a vaga de filmes *swashbuckler* que provinham da indústria cinematográfica norte-americana e eram consumidos em Portugal, gerando estrelas cujos desempenhos recriavam a bravura e a destreza de heróis como os dos romances publicados.

A grande novidade que a editora apresenta nesta fase será, porém, outra, com a exploração de um novo universo literário de tradução, até então praticamente alheio à sua actividade: a literatura anglo-saxónica. As portas deste mundo novo serão franqueadas em duas colecções publicadas na década de 1940: Grandes Mistérios, Grandes Aventuras, encetada em 1943, e Obras Escolhidas de Autores Escolhidos, iniciada no ano seguinte. A dinâmica ver-se-á reforçada com a colecção Autores Modernos, já na transição dos anos 1950 para os anos 1960. Uma personagem está umbilicalmente ligada às duas primeiras colecções mencionadas: Gentil Esteveira Marques, outro dos grandes colaboradores da Romano Torres. Em termos literários, e desde o decénio de 1940 até ao ocaso da editora, a sua relevância na actividade editorial só se equipara à das figuras de Leyguarda Ferreira e de Mário Domingues.

Gentil Marques encarna a figura do criador literário que se especializa de modo profissional na produção literária nas suas várias facetas, especialização possível em contacto com editoras como a Romano Torres, que lhe proporcionam as condições de inserção no meio e de estabilidade financeira, gerando um fluxo contínuo de encomendas, missões e tarefas que o escritor abraça e a que dá cumprimento de forma aparentemente imperturbável. A colaboração com a Romano Torres durará perto de duas décadas, mediando entre 1940 e 1957. A relação de trabalho do autor com a editora é multimoda: dirige literariamente as colecções Grandes Mistérios, Grandes Aventuras e Obras Escolhidas de Autores Escolhidos, prefacia, introduz e anota textos, traduz, adapta, revê adaptações e traduções, compendia textos e dados, e é autor copioso (incluindo dos cinco volumes da colecção Saber... Não Faz Mal, editados entre 1945 e 1947). Além da autoria em nome próprio e com pseudónimo de muitas dezenas de originais, Gentil Marques desdobra-se nos mais variados temas, assuntos, formatos e géneros. Fonte inesgotável de trabalho, dentro e fora da Romano Torres, a sua produção abarca o romance biográfico, o policial, a

poesia, o teatro, o argumento cinematográfico, a novela, a divulgação enciclopédica, a rescrita de lendas portuguesas e até a escrita para a infância.

A colaboração de Gentil Marques com a Romano Torres ilustra um outro aspecto de que sempre se alimentou o trabalho e a actividade editorial, o das sociabilidades e afinidades pessoais, que no plano vertente se revestiram de um cunho familiar. Também Maria Amália Marques, com quem o autor era casado, participou na actividade editorial da Romano Torres, embora com uma produção autónoma muito mais restrita. Encetara a colaboração com a editora em 1944 novelizando dois livros a partir de argumentos cinematográficos: *A Família Miniver* e *Refugiados*. A obra de maior dimensão e impacto de Maria Amália Marques correspondeu, porém, a uma série, *O Livro das Raparigas*, de que se editaram 16 números (ou séries) entre 1945 e 1951. Cada volume antologeiava um conjunto de novelas, contos ou excertos de escritores cuja selecção incumbia a Mariália, pseudónimo com que se apresentou aos leitores em todas as publicações de que foi autora ou organizadora. Os 16 números saídos do prelo formam um mosaico literário de grande diversidade e actualidade, dele constando muitos autores que só aí tiveram presença em livros da Romano Torres. Pelo menos na série *O Livro das Raparigas* a Romano Torres dá à estampa um cortejo de textos e escritores com que normalmente não é associada, incluindo sensibilidades e escolas literárias de grande densidade narrativa e arrojo estilístico, baralhando um pouco os epítetos acerca da identidade de catálogo da editora que sejam baseados numa exclusão total desses escritos e autores.

Para além do que realizou enquanto coordenador e caudaloso autor sob pseudónimo no contexto da colecção Grandes Mistérios, Grandes Aventuras, com as suas capas da primeira fase (figura 19) facilmente reconhecíveis pelos temas e tons (de azul, sobretudo, porvezes interrompidos por apontamento a vermelho)⁹⁹ é numa outra colecção que Gentil Marques deixa a sua marca na editora, a colecção Obras Escolhidas de Autores Escolhidos. É a

⁹⁹ Nesta colecção, Gentil Marques adoptou 13 personas literárias: James Strong, John S. Falk, Marcel Damar, G. D. Richardson, Herbert Gibbons, Hugh Mc Benett, William Forster, Ralph Mollison, D. W. Ritcher, Ossman Matzik, Edgar Newille, G. E. Marshall e Patrick Smith.

primeira abordagem da editora à produção literária de língua inglesa, e a maior. Anunciando-se como um conjunto de obras que corresponderiam ao que de melhor a literatura internacional ofereceu aos leitores de todo o mundo, há uma sugestão – não confirmada – de uma série em torno de uma certa ideia de cânone literário, em linha com um vasto número de colecções afins noutras editoras em Portugal. Enquanto director literário da colecção, Gentil Marques é também o autor das notas introdutórias de todos os volumes desta colecção até ao número 40.

Como director da colecção, Gentil Marques incorpora o papel de verdadeiro *gatekeeper* literário e editorial, declarando que a natureza do seu trabalho é justamente a de prescrever e mediar, seleccionando e escolhendo para o leitor, na demanda da constituição de um *corpus* que obedeça às directivas resultantes das decisões articuladas entre director literário e editor. A literatura de língua inglesa, com predominância clara de autores britânicos, é hegemónica na colecção. As linhas neutras e geometricamente simples das capas, bicolores, muito características da colecção durante quase todo o seu tempo de vigência, ajudam a que seja facilmente reconhecível e concomitantemente concorrem para a sua unidade. A opção por escritores da grande tradição anglófona do romance oitocentista não deixa de surpreender, representando uma certa novidade na política editorial da Romano Torres, já que historicamente a editora apostara de modo maioritário em autores de outras línguas (como a espanhola e a italiana, mas predominantemente a francesa).

A estratégia harmoniza as preferências de Gentil Marques com a gestão de contingências e possibilidades de Carlos Bregante. Os escritores editados são praticamente todos novidade no catálogo da editora, que se vê desta forma enriquecido com uma geografia linguística cujas tradições literárias e autores não tinham até então tido lugar no catálogo. Nesse sentido, a colecção Obras Escolhidas de Autores Escolhidos é simultaneamente uma tentativa editorial de navegar as águas da formação e reiteração de um cânone. O estatuto dos escritores publicados, já então clássicos, possui ainda a dupla vantagem de lhes garantir intocabilidade quanto ao mérito e legitimidade estética (quando tomados globalmente) e de não representar um ónus financeiro para o editor, na

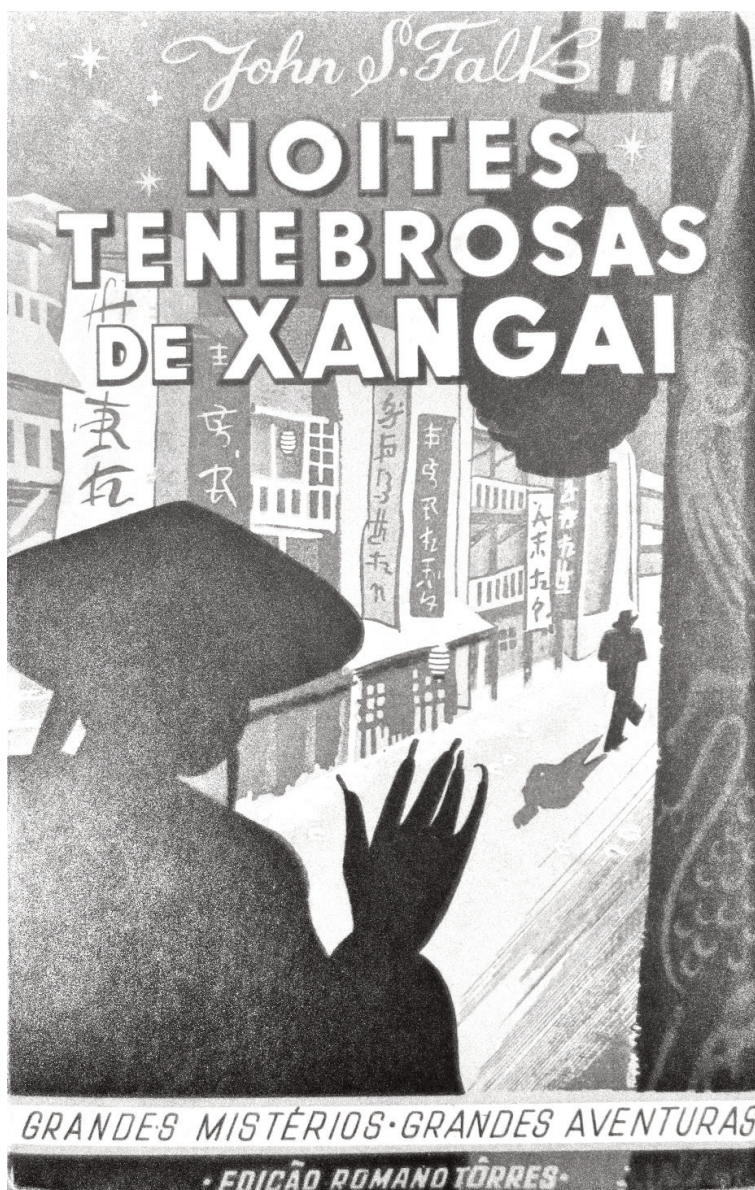


Figura 19 Capa de *Noites Tenebrosas de Xangai*.

medida em que o facto de praticamente todos terem escrito as respectivas obras no século XIX significava uma isenção de pagamento de direitos autorais e de tradução, dada a condição de domínio público em que se encontravam os livros publicados.

O director da colecção irá ser o autor de um texto introdutório aos primeiros 41 volumes da colecção, procurando demarcar o território da sua autoridade no papel de seleccionador e agregador como profundo conhecedor do universo literário internacional, conferindo à colecção estrutura e reforçando nos leitores a relevância do seu papel e do papel do editor na selecção das obras e autores, com eco no próprio título: *Obras Escolhidas de Autores Escolhidos*. A colecção resiste bem à saída de Gentil Marques, em 1957, continuando ainda por mais 33 títulos e várias reedições, que em alguns casos atingem a sexta ou a sétima vez que uma determinada obra é publicada na colecção. O penúltimo livro a integrar a colecção é o clássico de Oscar Wilde, *O Retrato de Dorian Gray*, dado à estampa em 1971 como o volume número 72. Só em 1981 é acrescentado um número final: *Nicholas Nickleby*, de Charles Dickens.

Muito menos heteróclito e impetuoso do que fora no primeiro terço do século, e mesmo durante a década de 1940, a última em que parece existir risco e aventura editorial na Romano Torres até à chegada de Francisco de Noronha e Andrade, Carlos Bregante procurou timidamente diversificar a partir da experiência da colecção *Obras Escolhidas de Autores Escolhidos*, o ponto referencial relativamente ao qual se posiciona uma nova colecção, *Autores Modernos*, que ocupa um lugar no catálogo em tandem com a colecção de textos clássicos da tradição oitocentista de romances em inglês. Encetada em 1957, a *Autores Modernos* constrói-se em torno de propostas mais contemporâneas, igualmente de domínio anglo-saxónico. A colecção demora tempo a crescer, elaborando-se num espaçamento longo. Navegando em águas desconhecidas, Carlos Bregante não é já homem para certos tipos de inovação. Está à beira dos 80 anos. A longevidade é de saudar e invejar. A experiência, um bem escasso. A outra face da moeda é que, por esta altura, a vontade e a capacidade de reinvenção não são já muito nítidas; e o genro Augusto Carlos não é um editor, preferindo refugiar-se na sua condição de senhor dos números.

O centenário ou o resgate impossível: os anos de Francisco de Noronha e Andrade

À entrada na década de 1970, a Romano Torres já leva mais de 85 anos de actividade, desde o início d'*O Recreio* até ao aumento de capital da João Romano Torres & Companhia, de 90.000\$ para 900.000\$00, formalizado em Abril de 1970.¹⁰⁰ É Carlos Bregante quem permanece ao leme da editora e é ele quem define as grandes linhas estratégicas. Augusto Carlos continua a ser imprescindível na condução dos processos financeiros e administrativos, coadjuvado neste último aspecto pela esposa Amélia e por Osório Marques Martins, funcionário longevo de predicados indispensáveis. Carlos Bregante é o decano dos editores portugueses, com 90 anos completados em 1969. E esse elemento solidifica a identidade da editora perante o mercado e a sua respeitabilidade entre colegas. Mas é também um factor de imobilidade cada vez mais evidente, ressentindo-se o catálogo da editora. Sem surpresa, as escolhas e decisões editoriais de Carlos Bregante vão ficando menos arrojadas e mais conservadoras à medida que envelhece.

A Romano Torres soubera desde meados dos anos 1930 transferir a sua lógica de catálogo para a matriz hegemónica das colecções, permitindo uma organização da sua produção muito mais planificável e passível de segmentação, consentindo uma gestão muito menos esparsa e mais propícia a sucessivas operações de rearranjo e rearrumação. Paradoxalmente, foi a partir dessa altura que se começou a divisar na gestão de Carlos Bregante um progressivo afastamento de uma atitude mais experimental e inovadora, que o mesmo soubera manifestar nos decénios anteriores. A crescente intolerância da editora ao risco editorial e ao desbravamento de novos temas, autores, géneros e fórmulas de trabalho alia-se ao modelo de negócio e de gestão, de cariz familiar, para tecer o caminho de estagnação e posterior declínio. Se é verdade que nem tudo permaneceu, a começar logo pelo abandono definitivo da edição em fascículos nos anos 1940, o processo de criação e produção editorial mantém-se no essencial intacto, pouco sensí-

¹⁰⁰ Conforme escritura de 3 de Abril de 1970, lavrada de folhas 75 verso a 80 no livro número 69-D do Décimo Nono Cartório Notarial de Lisboa.

vel às transformações do campo da edição e das dinâmicas da procura nos seus hábitos e preferências.

Quando o decano dos editores portugueses falece em Lisboa a 3 de Janeiro de 1973, com 93 anos, a editora encontrava-se num processo de clausura auto-suscitado. Embora os tempos de prosperidade parecessem ter-se desvanecido há já bastante tempo, a Romano Torres fora encontrando formas de sobreviver e de se manter como editora de referência. E nem sempre por razões ligadas à capacidade inventiva do editor. Houve factores externos com impacto positivo no panorama da edição em Portugal a que a Romano Torres não ficou alheia. O maior foi, sem dúvida, a entrada em campo da Fundação Calouste Gulbenkian, cujo massivo programa de compras de livros para as bibliotecas itinerantes e fixas constituiu um dos elementos económico-financeiros mais positivos para o universo editorial português de finais dos anos 1950 e principalmente dos anos 1960 (Fundação Calouste Gulbenkian, 1998; MELO, 2004). Só em 1958, o primeiro ano de vigência do programa de compras, encetado para a Romano Torres ainda em Dezembro de 1957, a Fundação Calouste Gulbenkian adquire livros à editora no valor em 88.103\$40, um montante muitíssimo elevado para os padrões monetários da época. A fundação comprou livros à editora até 1989,¹⁰¹ ultrapassando de muito longe todos os outros clientes institucionais que a Romano Torres foi fornecendo ao longo dos anos, praticamente todos ligados ao sector público,¹⁰² e que foram garantindo um fluxo de vendas não despiendo.

Com o falecimento de Carlos Bregante, que ocupou o posto de trabalho até ao fim, desaparece um dos editores mais marcantes do panorama editorial português, e talvez do espaço de língua portuguesa, que soube moldar a editora herdada e projectá-la para outro patamar produtivo e de influência, trazendo para o universo da cultura impressa e da leitura em Portugal autores e colecções

¹⁰¹ Ainda no ano de 1986, mediante duas requisições, a Fundação Calouste Gulbenkian compra vários milhares de livros à Romano Torres, ascendendo as aquisições ao total de 1.559.375\$00.

¹⁰² De entre as várias instituições públicas a quem a Romano Torres foi fornecendo livros, podem ser destacadas a Câmara Municipal de Lisboa (dentro deste grupo, de longe a maior compradora), a Junta da Acção Social, a Agência Geral do Ultramar, a Mocidade Portuguesa, a Junta Nacional da Educação, a Direcção

que foram os referenciais nas respectivas circunscrições. Escritor, revisor e tradutor, o carácter multifacetado de Carlos Bregante, tornou-o numa figura ímpar e de enorme relevância para a configuração da edição portuguesa e em língua portuguesa no século XX.

A longevidade de Carlos Bregante e a sua incapacidade de encontrar soluções atempadas para uma sucessão na condução dos negócios e na definição de caminhos e estratégias inviabilizaram uma renovação e reconversão mais precoces. O facto de Augusto Carlos se ter assumido como editor no lustro seguinte, até à sua morte nos alvares de 1978, agravou esta tendência numa editora que atravessou ainda o período da revolução de 1974 e da entrada num regime democrático, com novas leis, expectativas e inclinações de consumo,¹⁰³ sem mexer fosse no que fosse no plano específico da actividade editorial. O genro de Carlos Bregante não era editor, e o próprio era o primeiro a reconhecê-lo, apesar de se sentir profundamente ligado à edição e aos livros. Tem 77 anos quando herda a função. Nos cinco anos em que esteve à proa da Romano Torres, a editora limitou-se a editar o que estava já previsto e passou fundamentalmente a ser uma casa de reedições, sem assumir qualquer risco financeiro ou editorial.

Há dimensões externas à Romano Torres a contribuir negativamente para a saúde dos seus negócios. A editora sofre objectivamente com a crise no mercado do livro português provocada pela paralisação dos negócios livreiros com Brasil, em consequência da mudança de moeda daquele país, sucedendo-lhe a suspensão de pagamentos (derivada dos obstáculos à transferência de divisas para o estrangeiro e às flutuações cambiais) e de encomendas daí providas. Esta circunstância de grande demora nos pagamentos de entidades brasileiras por fornecimento de livros de entidades portuguesas ficou conhecida como o problema dos «pagamentos atrasados» ou simplesmente «atrasados» (MEDEIROS, 2010:

Geral do Ensino Primário (e, dentro desta, o Serviço de Escolha de Livros da Comissão de Bibliotecas das Escolas Primárias) e a Campanha Nacional de Educação de Adultos.

¹⁰³ Efectivamente, o universo editorial sofreu alterações sensíveis no período pós-revolucionário (BEJA, 2019). É nesses anos que, por exemplo, ocorre o surto, verdadeira explosão, de edição e compra de livros políticos ou de carácter político e ideológico nos conteúdos e estéticas. Este fenómeno, de duração relativamente breve, conheceu o seu auge entre 1974 e 1977 (MAUÉS, 2019).

161). Sem o mercado brasileiro do livro, que ao longo da década de 1960 a editora considera perdido, a situação financeira de editoras como Romano Torres agravou-se, o que obviamente interferiu na sua capacidade e vontade de investimento no catálogo. Por outro lado, o mercado das designadas províncias ultramarinas configurava na prática e no discurso de muitos editores um destino garantido do material publicado, apesar dos entraves administrativos, aduaneiros e de circulação monetária. A Romano Torres, como todas as entidades nacionais que vendiam livros para os territórios ultramarinos, enfrentava obstáculos de natureza burocrática com reflexos no atraso dos recebimentos. Para além das grandes dificuldades para transferência de montantes para pagamento de encomenda, até ao 25 de Abril de 1974 as barreiras a transpor são também administrativas. Mas o espaço colonial, essencialmente o africano, apesar das suas insuficiências e contingências, correspondia a um mercado visto como natural para escoamento de uma parcela significativa da produção dos editores da metrópole (Falam os Editores..., 1953a; 1953b). Carlos Bregante sempre alinhou nesta visão, reconhecendo nessa altura já no início da década de 1950 que «o nosso mercado ultramarino já representa um auxílio para o editor.» (Falam os Editores..., 1953a: 16). A verdade é que a exportação de livros para as colónias cresce ao longo dos anos. Se em 1953 o volume de negócios é de 702.634\$00, dez anos depois atinge os 4.746.000\$00, um valor quase sete vezes superior (QUADROS, 1965: 6 e 9). Esse mercado tenderá ao rápido desaparecimento na sequência do fim do regime autoritário.

Os factores externos, no entanto, não podem obscurecer a influência das variáveis decorrentes da própria actividade da Romano Torres, mais precisamente do seu catálogo e da sua oferta editorial, no declínio paulatino da quase centenária editora. O mercado foi-se modificando e a mudança não foi acompanhada pela casa fundada por João Romano. As preferências dos leitores alteraram-se e a Romano Torres viu-se enredada num certo imobilismo e numa fobia à inovação que tiveram os seus custos, mais visíveis provavelmente a partir dos anos 1970. A inacção da editora no sentido da sua adaptação a novas tendências literárias e autores, mesmo no seio do que corresponderia ao seu núcleo de

géneros, que se intersectou com a total ausência de investimento na renovação – mesmo que parcelar – do catálogo durante vários anos ao longo da década de 1970, foi fatal para as aspirações de uma casa com os pergaminhos da Romano Torres. Este processo não começa de modo algum com a morte de Carlos Bregante. A editora está consciente da mudança no mercado do livro, mas recalcitra na atitude a tomar.

Em face da noção desta realidade, há que fazer alguma coisa. Porque o relativo imobilismo de catálogo não correspondeu a uma apatia da actividade da Romano Torres, em reunião extraordinária de assembleia de sócios de 29 de Dezembro de 1972, o estado-maior da empresa decide enveredar por uma opção nunca antes tentada nos quase 90 anos de laboração que então levava. Nessa assembleia Carlos Bregante debruça-se com os restantes sócios, a filha e o genro, sobre o declínio da actividade comercial da empresa, que se encontra então cada vez mais reduzida. O diagnóstico unânime conduz a uma deliberação inaudita, fundada numa tomada de posição que permitisse estancar as perdas. Decide-se que seria «urgente que a sociedade se dedicasse à venda de livros directamente ao público».¹⁰⁴ Augusto Carlos transmitiu à assembleia estar disposto a arrendar à empresa por 5.000\$00 mensais a loja (rés-do-chão e cave) de um prédio que adquirira no Largo de São Mamede, números 3 e 3-A, «a fim de nela se instalar os seus escritórios, armazém e explorar, além do ramo editorial, o de livraria de venda a público».¹⁰⁵ A sugestão é aceite por todos, bem como o valor proposto para a renda.¹⁰⁶ Embora só entre em actividade em 1974, a livraria é inaugurada em 1973 (figura 20), fazendo a editora pela primeira vez jus ao seu nome comercial, Livraria Romano Torres, assim designado escrituralmente desde 1936. A sede da editora sai da sua morada de quase sete décadas, números 70 a 76 da Rua Alexandre Herculano, para o Largo de São Mamede, número 3-A, o seu penúltimo endereço.

¹⁰⁴ Acta número 15, Livro de Actas de 20 de Março de 1973, p. 16.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 16.

¹⁰⁶ O contrato será reduzido a escritura em Maio de 1973, já após o falecimento de Carlos Bregante, tendo por outorgantes Augusto Carlos e Amélia. Confira-se Escritura de 24 de Maio de 1973, lavrada de folhas 22 verso a 24 no livro número 82-A do Segundo Cartório Notarial de Lisboa.

Tendo saído da estrutura de capital da empresa em 1976,¹⁰⁷ Augusto Carlos permanece como técnico de contas e gerente da Romano Torres, cuja designação formal passa a ser Livraria Romano Torres-João Romano Torres & Companhia, Limitada, posição que mantém até à sua morte dois anos depois, contando então 82 anos. Desde 25 de Agosto de 1976, a empresa é formada por



Figura 20 Interior da livraria da Romano Torres, no Largo de São Mamede, números 3 e 3-A. Fonte: Espólio familiar de Francisco de Noronha e Andrade.

dois sócios: Maria de Lourdes de Bregante Torres Farinha, filha de Augusto Carlos e Amélia (nascida em Lisboa a 27 de Janeiro de 1923), e o seu marido Mário Abel de Cardoso Teixeira de Noronha e Andrade (nascido em Lourenço Marques a 20 de Fevereiro de 1919), médico-cirurgião. A transfiguração do pacto social, com a entrada na estrutura societária de dois novos elementos, que substituíram os sócios anteriores (Amélia e Augusto Carlos), corresponde à concretização de uma política de preparação da suces-

¹⁰⁷ Por alteração formalizada através de duas escrituras com a data de 25 de Agosto de 1976, lavradas de folhas 42 a 45 e 45 verso a 46 verso no livro número 182-C do Primeiro Cartório Notarial de Lisboa.



Figura 21 Francisco Farinha de Noronha e Andrade. Fonte: Espólio familiar de Francisco de Noronha e Andrade.

são. Augusto Carlos está em idade avançada, tal como Amélia. Mas Maria de Lourdes não possui qualquer experiência no ramo editorial e Mário Abel tem uma carreira inconciliável com as necessidades e exigência da condução de negócios de uma editora. A solução encontrada foi a de manter a actividade da Romano Torres, agora com actividade editorial e livreira, com dois sócios (Maria de Lourdes e Mário Abel), ambos na realidade desligados da condução dos negócios, da gestão quotidiana e da definição estratégica da actividade da editora e da livraria. O caminho está a ser construído para um novo editor. Esse editor será Francisco Farinha de Noronha e Andrade.

Em Janeiro de 1978, na sequência do falecimento de Augusto Carlos, a direcção editorial da Romano Torres é confiada ao seu neto Francisco de Noronha e Andrade por deliberação da sua avó e pais, que haviam sucedido a Augusto Carlos na administração da editora. O quarto de sete irmãos e irmãs,¹⁰⁸ Francisco,

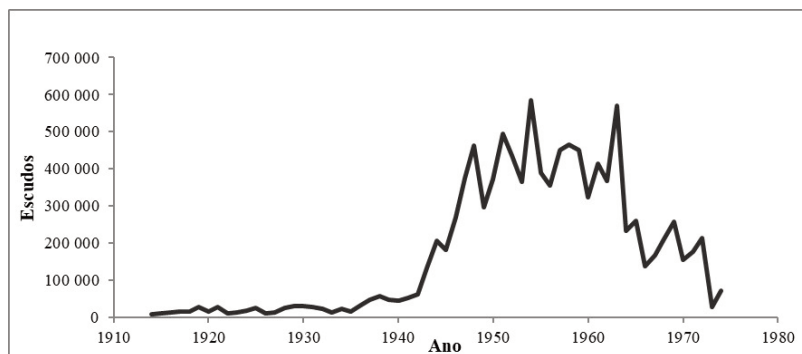
¹⁰⁸ Maria de Lourdes e Mário Abel casaram-se a 22 de Maio de 1947. Da união nasceram sete filhos: Manuel Farinha de Noronha e Andrade (Lisboa, 30 de Outubro de 1950), António Farinha de Noronha e Andrade (Lisboa, 6 de Outubro de 1951), José Farinha de Noronha e Andrade (Lisboa, 16 de Abril de 1954),

então com 23 anos, acabara de se diplomar em Economia e Gestão, embora tenha entrado formalmente para a empresa como funcionário em Outubro de 1976, desempenhando a função de primeiro escriturário. Fará carreira como economista e editor, desenvolvendo paralelamente um trajecto enquanto artista plástico.

Quando entra para a Romano Torres, Francisco sabe da situação muito difícil da editora, a braços com grandes quebras nos lucros e praticamente paralisada na sua actividade de edição, outrora vibrante, e agora reduzida a reedições de obras do seu catálogo, com as escassas novidades cingidas à publicação de livros previamente contratualizados. Mas a vontade de resgatar a editorial do amorfismo em que se encontra é forte e Francisco enceta uma tentativa de revitalização da quase centenária empresa, procurando romper com a estagnação instalada. Além disso, é conhecedor de que, não obstante as circunstâncias não serem as melhores quando toma as rédeas da Romano Torres, a editora até tem algum historial de lucros, pelo menos entre o período de 1944 a 1963 (gráfico 8).

Aliás, apesar da tendência de queda dos ganhos líquidos da empresa ser praticamente contínua desde 1964 até à entrada em cena do novo editor, só no atípico ano de 1975 é que se registam os primeiros prejuízos (com um saldo de 266.122\$23 negativos) desde que a Romano Torres possui contabilidade documentada, recuperando-se os resultados positivos logo no ano a seguir, com um saldo positivo de 138.073\$38. Além disso, o espaço de livraria é uma aposta ganha, com os valores anuais de vendas a conhecerem sempre ampliação. Se em 1974, ano de abertura, a cifra anual é de cerca de 203.000\$00, em 1978 já chega aos 1.789.000\$00. Francisco acredita ser possível dar a volta à situação. A senda da mudança e da reedificação da editora vai mobilizando o novo editor da Romano Torres, que reequaciona o seu centro de gravidade tradicional e tenta deslocá-lo, idealizando uma editorial que mantenha um perfil em que o livro de temática histórica permanece em posição cimeira, mas acompanhado da exploração de novos territórios literários e abandonando outros de que claramente sem-

Francisco Farinha de Noronha e Andrade (Lisboa, 5 de Maio de 1955), Maria do Carmo Farinha de Noronha e Andrade (Lisboa, 13 de Julho de 1957), Teresa Maria Farinha de Noronha e Andrade (Lisboa, 11 de Maio de 1959) e Maria João Farinha de Noronha e Andrade (Lisboa, 14 de Janeiro de 1962).

Gráfico 8 - Resultado líquido entre 1914 e 1974

Fonte: Arquivo Histórico Romano Torres.

pre desconfiou, mesmo quando lhes reconhecia méritos de provento financeiro (caso da Colecção Azul).

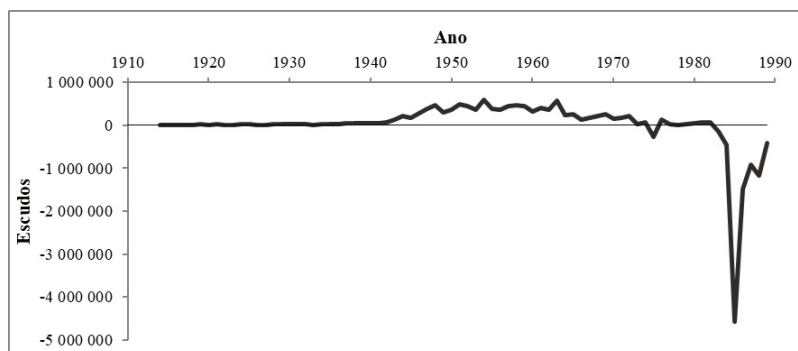
Regista-se, então, um esforço de recuperação da actividade editorial da Romano Torres com várias diligências em múltiplos cenários, envolvendo em muitos casos um refrescamento do catálogo através da aquisição de direitos de novos livros (de géneros novos à editora ou de géneros já conhecidos e consolidados, como o policial), frequentemente de editoras e autores com quem a editora não havia trabalhado anteriormente. Nesses derradeiros anos do decénio de 1970 e nos primeiros de 1980, a Romano Torres, sempre através de um esforçado e pertinaz Francisco, procura renovar-se e reorganizar a sua actividade. Entabulam-se vários contactos com editoras internacionais para prospecção de novos títulos e colecções. Procura-se aprofundar e alargar a rede de comercialização no estrangeiro dos livros publicados pela editora. Tenta-se diversificar os canais de venda no âmbito do mercado interno, com propostas a colegas editores de parcerias para ampliação do escoamento das edições. Quanto ao catálogo, Francisco não se propõe a operar uma transmutação que desfigure a identidade da editora. A editora aponta nesta fase, no entanto, para áreas de edição diferentes, como a colecção *A Economia em Marcha*, de que saem dois títulos na transição dos anos 1970 para os 1980.

Os múltiplos esforços de Francisco para reconverter a Romano Torres tendem a expirar invariavelmente antes sequer de poderem frutificar. As muitas frentes que vai abrindo e nas quais batalha pelo futuro da casa fundada pelo trisavô vão cedendo lugar ao desaire e à incapacidade da editora em prosseguir uma colecção. Daí que o que é novo nesses anos ou é uma recauchutagem do antigo, como a cisão da Colecção Salgari em várias séries,¹⁰⁹ ou aparece como projecto desgarrado, como a edição facsimilada em 1983 de *História Extraordinária de Iratan e Iracema, os Meninos Mais Malcriados do Mundo*, de Olavo d'Eça Leal, ou publicação em 1984 de *Os Segredos do Vaticano*, de Benito Lai. Sob a aparência de incompletude e de um trajecto errático nas decisões de editar, o que se esconde no pouco que vai saindo é a realidade de um acúmulo de dificuldades cada vez mais inultrapassável.

Tirar a editora do estado de sacrifício revelou-se uma tarefa impossível. O empenho nem sempre se traduz na concretização dos negócios gizados, ou no seu cumprimento dentro de limites temporais razoáveis. A estrutura conspira contra a vontade de Francisco, que, entretanto, se embrenha profundamente na vida da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, a associação do sector que nascera em 1974 no decurso da extinção do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros (GUEDES, 2005: 114-115). Faz parte como tesoureiro da direcção presidida por Fernando Guedes, da Editorial Verbo, durante dois mandatos consecutivos (1983/1985 e 1985/1987), integrando posteriormente o Conselho Fiscal da associação. São anos produtivos e positivamente intensos no foro colectivo, contrastando com a situação da editora, que desenhava uma trajectória descendente inexorável.

A partir de 1983 a Romano Torres regressa a saldos líquidos negativos (gráfico 9). Até 1989, ano em que termina a série contabilística disponível, e na sequência do qual a sua actividade cessará, a Romano Torres só conhece prejuízos, passando de lucros líquidos de 66.447\$61 em 1982 para prejuízos líquidos de 4.568.037\$57 em 1985. A situação passa de difícil para insuportá-

¹⁰⁹ Desde meados dos anos 1970, as reedições de alguns títulos da Colecção Salgari fazem-se com base numa lógica de decomposição, começando a cindir-se em séries. Primeiro nascem a série Sandokan e a série Corsário Negro e, já próximo do decénio de 1980, surge a série Capitão Tormenta.

Gráfico 9 - Resultado líquido entre 1914 e 1989

Fonte: Arquivo Histórico Romano Torres.

vel. A livraria encerra a sua actividade em 1983. Em 1984 já só se trabalha com as existências em armazém. Em 1985 abandona-se o espaço no Largo de São Mamede, transferindo-se todo o material sobran-te, existências de livros em volume e em folha aberta e restante espólio da empresa, incluindo o seu arquivo, para uma loja (na realidade um armazém) em prédio na Rua Marcos Portugal, número 20-A, endereço que passa a constituir a morada da Romano Torres.

Para além dos factores internos ao campo editorial e do comércio internacional do livro no espaço lusófono, bem como do trajecto da alta de preços e da degradação da sua saúde financeira, a editora tem de enfrentar um contexto económico e social adverso. Os efeitos combinados do choque petrolífero e da subida nominal dos salários, associados a um abrandamento do fluxo emigratório e ao acolhimento de meio milhão de retornados das ex-colónias, produziram a primeira recessão grave desde a Segunda Guerra Mundial, a que se associou um aumento da inflação e do desemprego (NUNES, MATA e VALÉRIO, 1989). A Romano Torres é apanhada no turbilhão dos acontecimentos e dinâmicas económicas e financeiras, acabando por não resistir. À beira dos anos 1990 a Romano Torres, uma das mais relevantes editoras portuguesas do século XX encerra a actividade, chegando assim

ao fim o longo e rico trabalho de mais de um século iniciado por João Romano em 1885-1886.

Conclusão

Este texto procurou entender os mecanismos que governam o processo editorial de produção da cultura escrita tornada legível em livro a partir do caso concreto da Romano Torres, uma das editoras proeminentes em Portugal entre o último quartel do século XIX e o último quartel do século XX. O percurso estudado foi lido e interpretado de modo a salientar matizes e ambivalências, sugerindo uma actividade e um contexto complexos e apreendendo a edição de livros como prática resultante de múltiplos posicionamentos e de modos de construir a realidade da cultura escrita e impressa ou publicada.

Operando num meio condicionado por variáveis estruturais como as que atravessam o universo social da cultura escrita em Portugal entre as décadas de 1880 e 1980, que não deixaram de exercer os seus efeitos na actividade da Romano Torres nem deixaram de definir o terreno em que se foi edificando o seu catálogo, João Romano Torres e Carlos Bregante Torres foram protagonistas cuja centralidade forjou o trajecto e a oferta editorial da Romano Torres. A actuação desta editora inscreve-se no processo de formação de uma cultura e de uma produção cultural de grande venda em Portugal, mau grado os atrasos estruturais da sociedade portuguesa, como a ausência até muito tarde de uma verdadeira alfabetização de massas. Apesar dos sucessivos obstáculos contextuais que os sucessivos editores da Romano Torres enfrentaram, este processo de construção cultural em que a editora participou e para o qual efectivamente concorreu é visível e descortinável no dinamismo, diversificação e crescimento da circulação da palavra escrita e impressa que se registou em Portugal desde meados do século XIX, tanto no plano da imprensa periódica como no do livro e de outras formas de circulação escrita e editada, com o seu cortejo de inovações de disseminação e publicação literária.

No contexto europeu, as dissemelhanças entre um universo editorial periférico como o português e mercados mais maduros e centrais no dealbar do século XX e nas décadas seguintes não

devem, no entanto, autorizar seguramente uma análise fundada exclusivamente na dimensão reduzida, no atraso estrutural e no carácter embrionário de um espaço de produção, circulação e consumo do escrito impresso, sobretudo livro, marcando apenas as diferenças e as divergências. A multiplicação em Portugal de projectos de edição de livros, periódicos e outros impressos ao longo do século XIX sinaliza um mercado em formação, certamente com lacunas e fragilidades, mas existente. E que florescerá e se transmutará no século seguinte, apesar de todas as contingências e hesitações.

O lento, mas contínuo, crescimento da alfabetização, o surgimento multiplicado de periódicos (jornais, revistas ou folhetos), por vezes acompanhado de aumento de tiragens, e o aparecimento de inovações como o folhetim ou a venda por assinatura e edição parcelarizada em fascículos representam parte significativa dos ingredientes necessários ao desenvolvimento de um campo editorial progressivamente mais participado e menos embrionário, pautado pela existência de caminhos diversos para o estabelecimento de uma actividade de produção de livros e das várias hipóteses de vencer ou fracassar no negócio.

A génese e crescimento da actividade editorial da Romano Torres, apostada desde o início em fornecer livros e leitura para o grande consumo em Portugal e noutras paragens onde se falasse e lesse a língua portuguesa, têm lugar num quadro de uma certa abertura e alargamento das práticas culturais a grupos e comunidades cada vez maiores, que se constituíram como subprodutos de mudanças sociais, políticas e económicas. João Romano e Carlos Bregante Torres, os dois grandes editores da centenária casa Romano Torres, foram seguramente artífices da palavra publicada que souberam participar activamente neste processo, contribuindo fortemente para a sua configuração e para o recorte da literatura e dos livros oferecidos ao mercado comercial dos bens simbólicos de língua portuguesa durante os 100 anos em que a sua casa funcionou.

Grande parte do alfofre editorial da Romano Torres corresponde a ficção pensada e concretizada para um consumo tão alargado quanto possível, atingindo deliberadamente camadas populacionais com pouca relação com o consumo regular do im-

presso, sobretudo do livro, mas nunca desdenhando a heterogeneidade dos leitores, inclusive dos que possuiriam hábitos de leitura ou que os procurariam nas suas práticas de lazer ou ilustração. A Romano Torres não é, por isso, classificável facilmente como editora para o vulgo ou editora popular, tendo prosseguido uma actividade de tradução e publicação de textos originais que procurou, a um tempo, constituir uma procura o mais alargada possível e marcar uma posição no campo editorial de língua portuguesa, definindo-se como casa reconhecida em certos géneros estruturantes, que não abandonou até ao fim.

Não abdicando de uma dimensão estética e valorativa e até pedagógica e informativa nos textos que fez sair do prelo, a editora apontou para o grande consumo leitoral baseado mais numa fruição experiencial do que puramente abstracta, com particular penetração nas práticas culturais de certas camadas sociais, mas de modo algum restrita a essas camadas. As filiações sociais dos leitores da Romano Torres extravasam e derrotam as tentativas de remeter linearmente a produção da editora a um reduto popular, tomado como noção natural e inquestionada. Muitas das colecções editaram-se para um público essencialmente infantil, ou jovem, ou feminino, irredutível a pertenças socioeconómicas únicas e cuja configuração não obedeceria certamente a critérios baseados numa hierarquia básica e dualista como erudito-popular.

Aliás, não é um pormenor de contornos meramente semânticos o facto de o vocábulo popular estar praticamente ausente dos títulos de livros, dos nomes das colecções, dos prefácios, das notas editoriais e publicitárias, do próprio catálogo. O discurso aponta para o mercado, não para o povo. A vulgarização pretendida nas edições da Romano Torres não se destina necessariamente ao vulgo confundido com as classes populares. Destina-se àqueles que pretendessem adquirir essas edições a preços módicos ou em sistemas de compra de tipo prestacional e fraccionado, apelando não exclusivamente a classes sociais urbanas, com algum poder de compra e com expectativas de consumo cultural impresso (nobilitante ou não), mas atravessando frequentemente barreiras sociais e económicas, mediante estratégias como a segmentação dos públicos para quem se publica.

O legado da editora, entre outros aspectos dignos de nota, pode ser encontrado no seu contributo para o desenvolvimento do mercado do livro em Portugal, disponibilizando obras e autores, mas também fórmulas de acesso à ficção e ao saber enciclopédico e histórico. E esse trabalho contou com o concurso de muitos escritores e colaboradores, que conceberam originais, traduziram, adaptaram ou rescreveram volumes, assumindo autoria ou laborando sob pseudónimo. Muitos dos autores e tradutores desta chancela, como em muitas outras casas que desde o século XIX lançavam as suas propostas para um mercado em formação, engrossaram as fileiras dos soldados desconhecidos desse alargamento, sem direito a obter glória legitimista nem a entrar no cânone literário. Estudar entidades como a Romano Torres e os seus processos de edição destapa o manto que se abateu sobre a extensa maioria destes profissionais da escrita, desconhecidos da crítica e da história da literatura, que os expurgam da memória da cultura literária não lhes conferindo o estatuto de escritor. Neste sentido, a história social da edição de livros pode ser um instrumento importante para novas perspectivas acerca do panorama da cultura escrita e publicada.

A actuação da Romano Torres e dos seus editores demonstra como a edição possui poder de interferência nos modelos de criação e concretização de livros como produtos que obedecem a um determinado trajecto. Para além de encomendar a autores a redacção de textos originais para publicações (como enciclopédias, dicionários ou livros sobre certos temas), o editor também comissionava adaptações, revisões, traduções e textos introdutórios a autores. Neste fluxo, as balizas e parâmetros da encomenda – ou da aceitação – de certos manuscritos estabeleciam-se obviamente por quem a fazia e pagava. Mais do que uma ingerência no processo de criação literária, o editor espoletava-a, originando a concepção textual que transmudava para livro. Muitos livros da Romano Torres materializaram ideias que surgiram de propostas editoriais aos escritores. Como noutras casas, a postura da editora não era a de uma espera passiva pelo texto; havia uma busca, um incentivo ao texto, no seu aparecimento e na sua forma final.

Os mecanismos através dos quais a editora materializava a procura activa da produção e a mobilização autoral assentam nas

sociabilidades e relações sociais que se vão construindo em rede, intervindo no campo autoral e na sua autonomia, gerando formas específicas de carreira e de profissionalização dos autores através, por exemplo, da concessão de condições de trabalho cujo fluxo produtivo permitisse uma vida predominantemente – ou até exclusivamente – ligada à escrita. Trata-se de carreiras feitas mediante uma produção legitimada pelo mercado e possibilitada pela massificação do consumo e do seu progressivo alargamento a camadas populacionais extensas. Essa carreira decorreria de uma produção frequentemente encomendada editorialmente, com elevado grau de produtividade, feita não raro no anonimato da pseudonímia, estabelecendo o escritor uma relação mais ou menos prolongada com um editor ou com um conjunto de editores, para o qual ou quais também pôde traduzir, adaptar e rever.

Laborando numa matriz de mediação intrinsecamente cultural, a Romano Torres e os seus editores não motivaram a sua actuação sobretudo numa produção editorial de filtros ou barreiras correspondendo a juízos de mérito literário ou estético, mas antes num propósito de atingir um número de pessoas tão grande quanto possível, organizando títulos, colecções e autores de modo a interpelarem diversos grupos de leitores e compradores dos livros editados. E assim se oferecia ao público um conjunto de livros com capacidade de apelar a comunidades de leitura diversas. Não radicando a sua razão e o seu porvir num acantonamento de nicho, especialização cujo modelo de produção, circulação e negócio editorial possui exigências próprias, a proposta da Romano Torres consiste num abraço do máximo mercado possível, sabendo à partida que certas franjas sociais estarão mais disponíveis para receber os seus livros do que outras. Para isso privilegia certos géneros e disponibiliza de forma barata um leque variado de produtos concebidos e lançados para segmentos diferenciados de leitores, contribuindo para o alargamento demográfico dos leitores e da população capaz de aceder ao livro publicado no decurso de uma actividade rica e de largo alcance na esfera do livro editado e lido no espaço da língua portuguesa entre finais do século XIX e finais do século XX.

Bibliografia

- ALVES, Jorge Fernandes (2000). A estruturação de um sector industrial – a pasta de papel. *Revista da Faculdade de Letras: História*, III ser., vol. 1, pp. 153-182.
- ALVES, Paulo (2015). *O Mercado Editorial de Lisboa. Opinião pública e componente religiosa (1890-1910)*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- ALVIM, Maria Luísa (1992). *Livros Portugueses Proibidos no Regime Fascista: bibliografia*. Braga: s.n. Acedido a 26/04/2017, em eprints.rclis.org/9342/1/livros_proibidos.pdf.
- ANDRADE, Manuel Farinha de Noronha e (1975). *Livro de Família*. S.l. [Lisboa]: s. ed.
- ANSELMO, Artur (1997). O comércio livreiro de cadernetas e fascículos. *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*, n.º 1, Abril-Outubro, pp. 97-104.
- Associação dos Editores e Livreiros Portugueses (1974). *Relação das Obras Cuja Circulação Esteve Proibida em Portugal Durante o Regime Salazar/M. Caetano, de Harmonia com as Indicações que Foram Sendo Fornecid[a]s pelas Direcção dos Serviços de Censura e Direcção Geral de Informação*. S.l. [Lisboa]: Associação dos Editores e Livreiros Portugueses, Junho [dactil.].
- BARBIER, Frédéric (1981). Le commerce international de la librairie française au XIX^e siècle (1815-1913). *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine*, vol. XXVIII, pp. 94-117.
- BARRETO, António Garcia (2002). Henrique Marques Júnior, in *Dicionário de Literatura Infantil Portuguesa*. Porto: Campo das Letras, pp. 334-335.
- BECKER, Howard (1984). *Art Worlds*. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 1984.
- BEJA, Rui (2019). *Democracia do Livro em Portugal: transições, protagonistas e evolução sociocultural*. Lisboa: Âncora Editores.
- BESSARD-BANQUY, Olivier (dir.) (2010). *Le Livre Érotique*. Bordéus: Presses Universitaires de Bordeaux.
- BOISSIER, Henri/DESORMEAUX (s.d.). *Onanismo. Prazeres solitários*. Lisboa: João Romano Torres & C.^a – Editores.
- BOTREL, Jean-François (1996). Los nuevos lectores en la España del siglo XIX. *Siglo Diecinueve*, n.º 2, pp. 47-64.

- BOTREL, Jean-François (2007). De lecturas breves, fraccionadas y periódicas. *Cultura Escrita & Sociedad*, n.º 5, pp. 19-31.
- BRANDÃO, José (s.d.). *Livros Proibidos nos Anos da Ditadura, de 1933 a 1974*. S.l.: s.n. Acedido a 12/10/2023, em https://biblioblogue.files.wordpress.com/2012/04/200412livrosproibidos33_74.pdf.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1977). *O Operariado nas Vésperas da República (1909-1910)*. Lisboa: Editorial Presença e Gabinete de Investigações Sociais.
- CANDEIAS, António, SIMÕES, Eduarda (1999). Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso. *Análise Psicológica*, vol. XVII, n.º 1, pp. 163-194.
- CERVANTES BECERRIL, Freja (2009). Colecciones y formación de gustos literarios en México. *Andamios*, vol. 6, n.º 12, pp. 279-298.
- CHARLE, Christophe (1990). Le champ de la production littéraire, in CHAR-TIER, Roger, MARTIN, Henri-Jean (dirs.). *Histoire de l'Édition Française*, vol. 3, *Le Temps des Éditeurs: du romantisme à la Belle Époque*. Paris: Pro-modis e Fayard, pp. 137-168.
- COMPÈRE, Daniel (2011). *Les Romans Populaires*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle.
- COUÉGNAS, Daniel (2008). Qu'est-ce que le roman populaire?, in ARTIAGA, Loïc (dir.). *Le Roman Populaire. Des premiers feuilletons aux adaptations télévisuelles, 1836-1960*. Paris: Autrement, pp. 35-53.
- COSER, Lewis A., KADUSHIN, Charles, POWELL, Walter W. (1982). *Books: The culture and commerce of publishing*. Nova Iorque: Basic Books.
- COSTA, Leonor, LAINS, Pedro, MIRANDA, Susana (2014). *História Económica de Portugal: 1143-2010*. 3.^a ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- CURTO, Diogo Ramada (2007). *Cultura Escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CURTO, Diogo Ramada, DOMINGOS, Manuela, GONÇALVES, Paula, FIGUEIREDO, Dulce (2007). *As Gentes do Livro. Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- DANTO, Arthur (1964). The artworld. *The Journal of Philosophy*, vol. 61, n.º 19, pp. 571-584.
- DOMINGOS, Manuela (1985). *Estudos de Sociologia da Cultura. Livros e leitores do século XIX*. Lisboa: Instituto Português do Ensino a Distância.
- DURAND, Paul (s.d.). *Hygiene do Amor*. Lisboa: João Romano Torres & C.^a – Editores.
- EISENSTEIN, Elizabeth (2011). *Divine Art, Infernal Machine. The reception of printing in the West from first impressions to the sense of an ending*. Filadélfia e Oxford: University of Pennsylvania Press.

- EL FAR, Alessandra (2007). Crítica social e idéias médicas nos excessos do desejo: uma análise dos «romances para homens» de finais do século XIX e início do XX. *Cadernos Pagu*, n.º 28, Janeiro-Junho, pp. 285-312.
- Empresa Editora do Recreio (1912). In *Portugal. Diccionario Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artístico*, volume VI – Q-S. Lisboa: João Romano Torres & C.^a – Editores, pp. 134-135.
- ESCARPIT, Robert (1969). *La Révolution du Livre*. 2.^a ed. Paris: Unesco.
- ESCARPIT, Robert (1970). Succès et survie littéraires, in ESCARPIT, Robert (dir.). *Le Littéraire et le Social. Éléments pour une sociologie de la littérature*. Paris: Flammarion, pp. 129-163.
- Falam os Editores... (1953a). *Ler*, n.º 10, Janeiro, pp. 15-16.
- Falam os Editores... (1953b). *Ler*, n.º 12, Março, p. 7.
- FRANCO, António Sousa (1993). As Finanças públicas na I República: a continuidade das Finanças débeis, in MEDINA, João (dir.). *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. XI, *A República II. O nó górdio e as espadas*. Amadora: Ediclube, pp. 211-218.
- Fundação Calouste Gulbenkian (1998). *40 Anos ao Serviço da Leitura Pública em Portugal: 1958/1998*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Grande Êxito na Feira do Livro – Notas interessantes (1931). *Diário de Notícias*, 3 de Junho, p. 4.
- Grémio Nacional dos Editores e Livreiros (1939). *Relação das Obras Retiradas da Venda por Ordem da Direcção dos Serviços da Censura*. Lisboa: Grémio Nacional dos Editores e Livreiros, 25 de Outubro.
- GRESKOE, Paul (1996). *The Merchants of Venus: Inside Harlequin and the empire of romance*. Vancouver: Raincoast Books.
- GUEDES, Fernando (2005). *Os Livreiros em Portugal e as Suas Associações Desde o Século XV Até aos Nossos Dias. Subsídios para a sua história*. Lisboa: Verbo.
- HERCULANO, Alexandre (1873) [1.^a ed. 1851]. Da propriedade literaria e da recente convenção com França (ao Visconde d'Almeida Garrett), in *Opúsculos*, tomo II. Lisboa: Viúva Bertrand.
- INFELISE, Mario (1997). La nuova figura dell'editore, in TURI, Gabriele (org.). *Storia dell'Editoria nell'Italia Contemporanea*. Florença e Milão: Giunti, pp. 55-76.
- João Romano Torres (1915). In *Portugal. Diccionario Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artístico*, volume VII – T-Z. Lisboa: João Romano Torres & C.^a – Editores, p. 179.

- LECLERCQ, Jean (1974). Roman-feuilleton et condition ouvrière au XIX^e siècle. *Europe*, Junho, pp. 68-74.
- LETOURNEUX, Matthieu, MOLLIER, Jean-Yves (2011). *La Librairie Tallandier. Histoire d'une grande maison d'édition populaire (1870-2000)*. Paris: Nouveau Monde.
- LISBOA, João Luís (2014). No início, o *Recreio*, in DEAECTO, Marisa Midori, ABREU, Márcia (orgs.). *A Circulação Transatlântica dos Impressos – Conexões*. Campinas: Unicamp e Instituto de Estudos da Linguagem, pp. 73-79.
- LISBOA, João Luís, MELO, Daniel (2015). Passos decisivos numa empresa editorial, in MELO, Daniel (coord.). *História e Património da Edição – a Romano Torres*. Vila Nova de Famalicão e Lisboa: Húmus e Centro de História d'Aquém e d'Além Mar, pp. 31-48.
- LOPES, Claudia Neves (2001). Édition et colonisation: le marché éditorial entre le Brésil et le Portugal, in MICHON, Jacques, MOLLIER, Jean-Yves (dirs.). *Les Mutations du Livre et de l'Édition dans le Monde du XVIII^e Siècle à l'An 2000*. Saint-Nicolas e Paris: Presses de l'Université Laval e L'Harmattan, pp. 360-371.
- MARQUES, Henrique (1934). *Memórias de um Editor. Precedidas de um In-Memoriám coordenado e organizado por seus filhos*. Lisboa: Livraria Central Editora.
- MARQUES JÚNIOR, Henrique (1928). *Algumas Acheegas para Uma Bibliografia Infantil*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.
- MARTIN, Henri-Jean, FEBVRE, Lucien (1958). *L'Apparition du Livre*. Paris: Albin Michel.
- MARTIN, Yves-Olivier (1980). *Histoire du Roman Populaire en France, de 1840 à 1980*. Paris: Albin Michel.
- MARTINS, Conceição Andrade (1997). Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913). *Análise Social*, vol. XXXIII, n.º 142, pp. 483-535.
- MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno (2003). *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença.
- MAUÉS, Flamarion (2019). *Livros que Tomam Partido. Edição e revolução em Portugal: 1968-1980*. Lisboa: Edições Parsifal.
- MEDEIROS, Nuno (2010). *Edição e Editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MEDEIROS, Nuno (2014). Formulação editorial de uma colecção de aventuras: a colecção Salgari da livraria Romano Torres. *Outros Tempos – Pesquisa em Foco*, vol. 11, n.º 18, pp. 233-263.
- MEDEIROS, Nuno (2015). A edição de livros como formulação do mundo: ideias e casos. *Revista Brasileira de História da Mídia*, vol. 4, n.º 2, Julho-Dezembro, pp. 31-42.

- MEDEIROS, Nuno (2018). *O Livro no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Outro Modo.
- MELO, Daniel (2004). *A Leitura Pública no Portugal Contemporâneo (1926-1967)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MELO, Daniel (2010). *A Leitura pública na I República*. Vila Nova de Famalicão e Lisboa: Húmus e Centro de História da Cultura.
- MELO, Daniel (coord.) (2015). *História e Património da Edição – a Romano Torres*. Vila Nova de Famalicão e Lisboa: Húmus e Centro de História d'Aquém e d'Além Mar.
- MENDES, Fernando (s.d.) [1935]. *A Fundação de Portugal*. Lisboa: João Romano Torres & C.^a.
- MIGOZZI, Jacques (2005). *Boulevards du Populaire*. Limoges: Presses Universitaires de Limoges.
- MOLLIER, Jean-Yves (1988). *L'Argent et les Lettres. Histoire du capitalisme d'édition*. Paris: Fayard.
- MOLLIER, Jean-Yves (1999). *Louis Hachette (1800-1864). Le fondateur d'un empire*. Paris: Fayard.
- MOLLIER, Jean-Yves (2001a). La construction du système éditorial français et son expansion dans le monde du XVIII^e au XX^e siècle, in MICHON, Jacques, MOLLIER, Jean-Yves (dirs.). *Les Mutations du Livre et de l'Édition dans le Monde du XVIII^e Siècle à l'An 2000*. Saint-Nicolas e Paris: Presses de l'Université Laval e L'Harmattan, pp. 47-72.
- MOLLIER, Jean-Yves (2001b). *La Lecture et ses Publics à l'Époque Contemporaine. Essais d'histoire culturelle*. Paris: Presses Universitaires de France.
- MOLLIER, Jean-Yves (2007). Éditer au XIX^e siècle. *Revue d'Histoire Littéraire de la France*, vol. 107, n.^o 4, pp. 771-790.
- MOLLIER, Jean-Yves (2008). Le capitalisme à l'assaut du livre populaire, in ARTIAGA, Loïc (dir.). *Le Roman Populaire. Des premiers feuilletons aux adaptations télévisuelles, 1836-1960*. Paris: Autrement, pp. 17-34.
- MOLLIER, Jean-Yves (2014). Sobre os itinerários dos profissionais do livro na Europa e no Brasil, in DEAECTO, Marisa Midori, ABREU, Márcia (orgs.). *A Circulação Transatlântica dos Impressos – Conexões*. Campinas: Unicamp e Instituto de Estudos da Linguagem, pp. 81-89.
- MOLLIER, Jean-Yves, SIRINELLI, Jean-François, VALLOTTON, François (dirs.) (2006). *Culture de Masse et Culture Médiatique en Europe et dans les Amériques. 1860-1940*. Paris: Presses Universitaires de France.
- MONIZ, Maria Lin (2007). A case of pseudotranslation in the Portuguese literary system, in SERUYA, Teresa (org.). *Estudos de Tradução em Portugal: a coleção Livros RTP-Biblioteca Básica Verbo – II*. Lisboa: Universidade Católica.

lica Editora.

NORONHA, Eduardo de (1922). Breves palavras, in *Estroínas e Estroinices. Ruína e Morte do Conde de Farrobo*. Lisboa: João Romano Torres & C.^a – Editores, s.p. [p. 5].

NUNES, Ana Bela, MATA, Eugénia, VALÉRIO, Nuno (1989). Portuguese economic growth, 1833-1985. *Journal of European Economic History*, vol. 18, n.º 2, pp. 291-330.

NUNES, Maria de Fátima (1990). O fenómeno da difusão da leitura, in REIS, António (dir.). *Portugal Contemporâneo*, vol. II. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 263-270.

O Recreio, Publicação Semanal, Litteraria e Charadistica (1886a). 1.^a ser., n.º 24, 29 de Julho.

O Recreio, Publicação Semanal, Litteraria e Charadistica (1886b). 1.^a ser., n.º 26, 9 de Agosto.

O Recreio, Revista Semanal, Litteraria e Charadistica (1886c). 2.^a ser., n.º 1, 16 de Agosto.

O Recreio, Revista Litteraria e Charadistica (1888a). 5.^a ser., n.º 17, 4 de Junho.

O Recreio, Revista Litteraria e Charadistica (1888b). 6.^a ser., n.º 4, 3 de Setembro.

OUTEIRINHO, Maria de Fátima da Costa (2003). *O Folhetim em Portugal no Século XIX: uma nova janela no mundo das letras*. Tese de doutoramento. Porto: Universidade do Porto.

PATRIARCA, Raquel (2012). *O Livro Infantojuvenil em Portugal entre 1870 e 1940: uma perspetiva histórica*. Tese de doutoramento. Porto: Universidade do Porto.

PINTO, Olga (2014). *Educação e Ideologia. Portugal, pátria de heróis: a figura histórica em contexto educativo (1926-1974)*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

PINTO, Rui Pedro (2008). *Prémios do Espírito: um estudo sobre prémios literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Presidência do Conselho de Ministros – Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo (1981). *Livros Proibidos no Regime Fascista*. Mem Martins: Comissão do Livro Negro Sobre o Fascismo.

PUGA, Rogério Miguel (2006). *O Essencial Sobre o Romance Histórico*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

QUADROS, António (1965). O mercado do Ultramar. *Diário Popular*, Suplemento, 21 de Janeiro, pp. 6 e 9.

- RADWAY, Janice (1997). *A Feeling for Books. The Book-of-the-Month Club, literary taste, and middle-class desire*. Chapel Hill e Londres: University of North Carolina Press.
- RALPH, Fernando (s.d.) [1936]. *O Golpe Alemão. Documentário da actualidade: 1936*. Lisboa: João Romano Torres & C.^a – Livraria Editora.
- RAVEN, James (2007). *The Business of Books: booksellers and the English book trade 1450-1850*. New Haven: Yale University Press.
- REIS, Jaime (1986). A produção industrial portuguesa, 1870-1914: primeira estimativa de um índice. *Análise Social*, vol. XXII, n.º 94, pp. 903-928.
- RENDEIRO, Margarida (2010). *The Literary Institution in Portugal since the Thirties: An analysis under special consideration of the publishing market*. Berna: Peter Lang.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (1999). Livros e leituras no século XIX. *Revista de História das Ideias*, vol. 20, pp. 187-227.
- ROCHA, Natércia (1984). *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- ROGERS, Geraldine (2008). *Caras y Caretas. Cultura, política y espectáculo en los inicios del siglo XX argentino*. La Plata: Editorial de la Universidad de La Plata.
- Roma Galante. Chronica escandalosa da corte de Roma, no tempo dos doze cesares* (s.d.). Lisboa: João Romano Torres & C.^a.
- ROSAS, Fernando (1994). *O Estado Novo (1926-1974)*, vol. 7 de MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1988). *Intelectuais Portugueses na Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Editorial Presença.
- SCHAPOCHNIK, Nelson, ABREU, Márcia (orgs.) (2005). *Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas e São Paulo: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil e FAPESP.
- SCHUWER, Philippe (1986). L’auteur, l’éditeur, le lecteur. *Communication et Langages*, n.º 68, pp. 5-13.
- SORÁ, Gustavo (2010). *Brasilianas. José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp e Com-Arte.
- TELO, António (1993). A economia da República, in MEDINA, João (dir.). *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. XI, *A República II. O nó górdio e as espadas*. Amadora: Ediclube, pp. 219-238.
- TENGARRINHA, José (1989). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

- THIESSE, Anne-Marie (1990). Le roman populaire, in CHARTIER, Roger, MARTIN, Henri-Jean (dirs.). *Histoire de l'Édition Française*, vol. 3, *Le Temps des Éditeurs: du romantisme à la Belle Époque*. Paris: Promodis e Fayard, pp. 509-519.
- TORRES, João Romano (1904). Ao leitor, in *Portugal. Dicionario Historico, Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artístico*, volume I – A. Lisboa: João Romano Torres – Editor, s.p. [pp. 1-2].
- TRINDADE, Luís (2014). A cultura, in TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.). *A Crise do Liberalismo: 1890-1930*. Lisboa: Fundación MAPFRE e Objectiva, pp. 197-234.
- Um livreiro popular. Alguns aspectos da vida de João Romano Torres – o mais antigo editor da capital, que morreu com 80 anos, inteiramente consagrados ao trabalho (1935). *República*, 22 de Maio, p. 5.
- VIDIGAL, Luís (2003). Henrique Marques Júnior, in NÓVOA, António (dir.). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: ASA, p. 866.
- WIMSATT, William, BEARDSLEY, Monroe (1954). *The Verbal Icon. Studies in the meaning of poetry*. Lexington: University of Kentucky Press.
- WRIGHT, David (2007). The Big Read: Assembling the popular canon. *The International Journal of the Book*, vol. 4, n.º 4, pp. 19-26.